

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO
URBANO E REGIONAL-PROPUR**

Pedro Rubens Nei F. Vargas

**O MERCADO CENTRAL DE PORTO ALEGRE E OS CAMINHOS
INVISÍVEIS DO NEGRO: UMA RELAÇÃO PATRIMONIAL**

Porto Alegre 2011

Pedro Rubens Nei F. Vargas

**O MERCADO CENTRAL DE PORTO ALEGRE E OS CAMINHOS
INVISÍVEIS DO NEGRO: UMA RELAÇÃO PATRIMONIAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Eber P. Marzulo

Porto Alegre

2011

Pedro Rubens Nei F. Vargas

**O MERCADO CENTRAL DE PORTO ALEGRE E OS CAMINHOS
INVISÍVEIS DO NEGRO: UMA RELAÇÃO PATRIMONIAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre, pelo
Programa de Pós-Graduação em Planejamento
Urbano e Regional da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul.

Aprovado em 18 de março de 2011.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.Dr. Eber Pires Marzulo (orientador)

Prof. Dr. João Farias Rovati

Profª Drª Zita Rosane Possamai

Drª Briane Panitz Bicca

Dedico este trabalho a Luan Gonçalves Vargas e à professora Sandra Pesavento (*In memoriam*)

AGRADECIMENTOS

AGRADEÇO:

Em especial à professora Sandra Pesavento (*in memoriam*), pelo incentivo que me levou a ingressar no Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, e pela disponibilidade sempre atenta e prazerosa com que acolheu minhas inquietações relacionadas à construção desta pesquisa, durante o período que me orientou, na primeira metade de minha trajetória neste Programa.

Não poderia me furtar, sob pena de dar voz estrondosa ao esquecimento, de agradecer ao meu orientador professor Eber Pires Marzullo pela orientação segura e competente na condução deste trabalho, o que nunca é demais ressaltar, fez toda a diferença para que eu continuasse persistindo na busca de tentar aprimorar a pesquisa.

À banca de qualificação formada pelas professoras Célia Ferraz de Souza e Zita Rosane Possamai, completada pelo professor Eber, que foram essenciais na condução dos rumos deste estudo a partir daquele momento.

Também não poderia deixar de agradecer aos meus colegas, ou melhor, amigos de trabalho pela troca de idéias e principalmente pela compreensão sobre a disponibilidade de tempo e atenção que tive que dedicar à realização desta dissertação. São eles: Briane Bicca, Lauro Machado, Doris Oliveira, Luiz Merino, Júlia e Anelise e mais recentemente Aline.

Merecem ainda agradecimentos especiais os informantes da pesquisa, que gentilmente dispuseram do seu tempo e atenção para os intentos desta análise. Sem eles não seria possível concluir este trabalho.

Por fim, agradeço ao meu filho Luan, irmãos, parentes, amigos e namorada por terem convivido com a pouca atenção que pude lhes dispensar, em virtude de dirigir as energias para a conclusão do estudo ora apresentado.

RESUMO

A pesquisa analisa a influência do processo de restauração (1992 – 1997) realizado no Mercado Público de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, Brasil, nas significações atribuídas àquela edificação por quatro grupos de sujeitos sociais: os técnicos que compuseram a Equipe Técnica de Restauração, os comerciantes que exercem suas atividades no Mercado, auto denominados de mercadeiros, os sacerdotes de religiões de matriz africana e os militantes do movimento negro local. A ênfase é dada a análise sobre a relação entre dois grupos sociais que extraem suas representações a partir de um recorte étnico. O conceito que embasa o trabalho é o de relação patrimonial onde o objeto deixa de ser o elemento estruturante da concepção de patrimônio, passando a ser esse elemento estruturador a relação que se estabelece entre os sujeitos sociais, o objeto (Mercado Público) e o cenário (espaço urbano).

A base de dados que permitiu as conclusões deste estudo está alicerçada em uma pesquisa qualitativa que envolveu a coleta e a análise de doze entrevistas com representantes dos grupos sociais que formaram o recorte de população-alvo deste trabalho acadêmico.

Palavras-chave:

Mercado Público de Porto Alegre, Patrimônio Cultural, Grupos Étnicos, Urbanismo.

RÉSUMÉ

La recherche en question analyse l'influence du processus de restauration (1992-1997) réalisé dans le Marché Public de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, par rapport aux significations attribués à l'édifice par quatre différents groupes de sujets sociaux. L'emphasis est donnée à l'analyse de la relation de deux groupes sociaux avec le marché, pour lesquels sa représentation se fait par biais d'une vision ethnique. Le concept de base du travail est la relation patrimoniale où l'objet (construction) perd son rôle d'élément structurant de la conception de patrimoine, et est substitué par la relation qui s'établit entre les sujets sociaux, l'objet (marché public) et la scène (espace urbain).

Mots – clé:

Marché Public de Porto Alegre, Patrimoine Culturel, Groupes Éthniques, Urbanisme

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 Mercado Público restaurado.....	30
Foto 2. Mercado Público no séc. XIX.....	32
Foto 3 Bar Naval, espaço de sociabilidade negra.....	34
Foto 4 Incêndio de 1912.....	36
Figura 1 Mapa mental/objeto técnico 1.....	65
Figura 2. Mapa mental/objeto técnico 2.....	66
Figura 3. Mapa mental/objeto técnico 3.....	67
Figura 4. Mapa mental/cenário técnico 1.....	68
Figura 5. Mapa mental/cenário técnico 2.....	69
Figura 6. Mapa mental/cenário técnico 3.....	70
Figura 7. mapa mental/objeto mercadeiro 1.....	94
Figura 8. Mapa mental/objeto mercadeiro 2.....	96
Figura 9. Mapa mental/cenário mercadeiro 2.....	97
Figura 10. Mapa mental/objeto mercadeiro 3.....	98
Figura 11. Mapa mental/cenário mercadeiro 3.....	99
Figura 12. Mapa mental/objeto religioso 1.....	118
Figura 13. Mapa mental/objeto religioso 2.....	119
Figura 14. Mapa mental/cenário religioso 2.....	120
Figura 15. Mapa mental/objeto religioso 3.....	121
Figura 16. Mapa mental/cenário religioso 3.....	122
Figura 17. Mapa mental/objeto militante 1.....	131
Figura 18. Mapa mental/cenário militante 1.....	132
Figura 19. Mapa mental/objeto militante 2.....	133
Figura 20. Mapa mental/objeto militante 3.....	134
Figura 21. Mapa mental/cenário militante 3.....	135

LISTA DE ABREVIATURAS

ASCOMEP	Associação dos Comerciantes do Mercado Público Central
J M	Jornal do Mercado
FRACAB	Federação Riograndense de Associações Comunitárias de Bairros
MNU	Movimento Negro Unificado
PMPA	Prefeitura Municipal de Porto Alegre
SMC	Secretaria Municipal da Cultura
SMED	Secretaria Municipal de Educação
SMIC	Secretaria Municipal de Indústria e Comércio
SMOV	Secretaria Municipal de Obras e Viação
SPM	Secretaria Municipal de Planejamento
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

Patrimônio e Planejamento Urbano: uma questão introdutória.....	11
1- Os Dois Lados do Triângulo: O Cenário e o Objeto.....	16
1.1 Cenário da Relação Patrimonial: O centro de Porto Alegre.....	21
1.2 O Mercado Público/Objeto: O Segundo Vértice da Relação Patrimonial.....	30
1.3 Artefato e Memória: as propriedades dos objetos.....	35
2- Os Produtores do Espaço.....	40
2.1 Patrimônio é Representação?.....	60
2.2 A Ordenação do Espaço: Uma leitura de Imagens.....	63
2.3 Uma síntese necessária.....	71
3- Mercadores: Os Guardiões da Memória.....	73
3.1 “O Carregador, com carrinho de frutas, o que ele faz aqui é patrimônio”.....	91
3.2 Um Mapa de Símbolos.....	94
3.3 Entrevistas e mapas mentais: uma relação convergente.....	99
4- Alupo Bará e os Movimentos pela Afirmação.....	101
4.1 Os Sacerdotes de religião de matriz africana e o patrimônio cultural negro	101
4.2 O Cruzeiro, a morada de Bará.....	118
4.3 Os Militantes negros e o mercado – um território negro no centro da cidade	123
4.4 O Mercado no mapa dos militantes negros.....	131
4.5 Sacerdotes, militantes e território negro: um mesmo centro e fronteiras diferentes.....	136
5. Considerações Finais? Relação Patrimonial Uma Relação em Movimento.....	138
5.1 Técnicos do patrimônio, mercadores, grupos étnicos e o Mercado Público: visões do patrimônio e espaço urbano.....	139
5.2 Patrimônio e conceito dominante.....	146
5.3 Apontamentos e avaliação de resultados.....	150
6. Referências.....	153

Patrimônio e planejamento urbano: Uma questão introdutória

A produção desta pesquisa começou bem antes da formatação teórica qualificada para este empreendimento, da coleta de dados e da apresentação dos resultados que ora se realiza. Não iniciou, portanto, visando cumprir o objetivo superior das pesquisas acadêmicas que é, em última análise, contribuir para o desenvolvimento do conhecimento na área em que se situa o estudo produzido. A motivação para o empenho em desenvolver este trabalho científico, teve início com a oportunidade de exercer profissionalmente atividade nas dependências do Mercado Público Central de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, no Brasil, por um período de três anos e, lá captar o universo de sociabilidades distintas que permeiam este conhecido centro de abastecimento alimentar da cidade.

Esta oportunidade foi aproveitada no estudo do material produzido pela Equipe de Restauração do Mercado (1992 – 1997) e por outros grupos e instituições acadêmicas, e na realização de novas pesquisas para dar suporte ao trabalho exercido pelo Memorial do Mercado, equipamento da Secretaria Municipal da Cultura.

O manuseio constante das fontes de pesquisa trouxe consigo a instituição de um planejamento flexível de projeto, uma espécie de pesquisa exploratória, que como emprega Gil (1988), para definir esta categoria de pesquisas, as mesmas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito. Naquele momento este objetivo não foi possível de ser alcançado, no entanto, a observação cuidadosa do ambiente que constitui o Mercado Público permitiu que se projetassem hipóteses que foram utilizadas quando da construção desta análise.

No momento de construir a pesquisa em apreço, a primeira preocupação foi escolher um método de coleta de informações que não corresse o risco epistemológico de se tornar independente do escopo teórico utilizado neste empreendimento científico. Teoria e metodologia, por suposto, devem ser um só e único corpo. A partir desta preocupação relevante, passou-se a utilizar como forma de coletar informações, o método de entrevistas não diretivas, mais adequadas ao estudo de caso, procedido no Mercado Público a partir das modificações advindas com a restauração ocorrida nos anos noventa do século que passou.

A escolha desta categoria de entrevistas, a princípio suscitou outro problema ligado à postulação da neutralidade do método de coleta de dados. Essa aceção de

utilização da técnica de entrevistas impõe ao pesquisador a responsabilidade de um questionamento constante, não apenas sobre as técnicas de pesquisa, mas também do processo intelectual que resultou nessa proposta de trabalho. Este questionamento se estende ao papel de pesquisador, como a minha extração social, interesse pelo tema, identidade com os grupos sociais envolvidos na pesquisa e outros.

A partir dos argumentos acima, se escolheu utilizar a metodologia em questão na perspectiva crítica, ou seja, diferente da postura empiricista (positivista), que apresenta a observação da realidade a partir de uma postulação de neutralidade, tanto da técnica quanto do pesquisador. Na perspectiva que optamos, a técnica de pesquisa por nós pretendida é apresentada como técnica de relacionamento ou de comunicação entre o pólo investigador e o pólo investigado, ambos socialmente determinados.

A relação de proximidade com os dois grupos de identidade negra – os sacerdotes de religião de matriz afro-brasileira e os militantes do movimento negro – poderia conferir riscos ao trabalho do ponto de vista de se constituir num obstáculo epistemológico, que como se preocupa Bourdieu (2004),

A familiaridade com o universo social constitui o obstáculo epistemológico por excelência porque ela produz continuamente concepções ou sistematizações fictícias, ao mesmo tempo em que as condições de sua credibilidade (BOURDIEU, 2004 p. 23).

Por outro lado, a partir de uma vigilância epistemológica constante, essa familiaridade pôde ser vista como uma vantagem, no sentido defendido por Becker (1994), que pensa que o objeto da sociologia é a:

Vida social na qual estamos todos envolvidos, a capacidade de fazer uso imaginativo da experiência pessoal e a própria qualidade da experiência pessoal de alguém serão contribuições importantes para a capacitação técnica dessa pessoa (BECKER, 1994 p. 44).

Mesmo com os perigos de a investigação do objeto de pesquisa sofrer percalços em razão de um possível obstáculo epistemológico decorrente da identificação com grupos alvo dessa pesquisa já apontado, sublinhamos que nossa experiência pessoal foi marcante para a escolha dos referenciais teóricos desse trabalho. Entendemos que a metodologia de investigação empregada ganha sentido quando é capaz de ser um instrumento de mediação entre a teoria aplicada ao projeto de pesquisa e a comprovação ou refutação das hipóteses pretendidas.

Como postulado teórico que serviu de base para esta pesquisa se utilizou o conceito de relação patrimonial, conceito originário do campo de estudos de museus, e que a primeira vista pode parecer surpreendente a sua utilização no campo de estudos de planejamento urbano e regional. No entanto, partiu-se da compreensão de poder ser o espaço urbano um espaço musealizado, ou seja, um espaço que compreende um conjunto de objetos (prédios e espaços públicos) organizados, e que é suporte de informação a sujeitos sociais. Estes objetos tal qual ocorre em um museu podem ser resignificados e adquirir funções diferentes para as quais foram criados.

A relação patrimonial compreende um jogo metaforicamente triangular de interação e influência mútua entre sujeitos sociais, objetos e cenário, aqui entendido como espaço urbano. Este conceito será apresentado com maior ênfase no primeiro capítulo, mas estará presente com igual importância nas demais partes desta pesquisa. Por ora, basta compreender que por meio desta construção teórica, o objeto deixa de ser o elemento estruturante da concepção de patrimônio, passando a ser esse elemento estruturador a relação que se estabelece entre os três entes do triângulo citado acima.

Ainda é importante salientar, neste capítulo introdutório, a oportunidade que uma pesquisa com este alinhamento na questão do patrimônio cultural urbano, ganhou por ser desenvolvida no PROPUR/UFRGS. Patrimônio é uma categoria que cada vez mais se afigura como importante para a compreensão da sociedade e da sua cultura (GONÇALVES, 2003), e tem se constituído num problema complexo que envolve a intervenção de entes administrativos, políticos, sociais e populares, e profunda capacidade de negociação entre estes entes e os grupos locais que querem ganhar o direito de terem representação no conjunto dos bens da sociedade que devem ser preservados. O fato de obras de grande escala, por vezes interferirem na preservação patrimonial, por si só mostram a necessidade desta linha de encaminhamento de pesquisas fazer parte das preocupações do campo do planejamento urbano.

Cabe salientar que este texto procurou fugir ao foco das análises, quando tratam de preservação patrimonial e interpretação de patrimônio, que normalmente recaem sobre o papel dos especialistas ou profissionais do campo do patrimônio. A abordagem da pesquisa está centrada na relação entre sujeitos sociais diferenciados e o Mercado Público com a função de objeto patrimonial. A forma como cada um dos sujeitos constrói sua relação de significado com o objeto é mostrada de forma equilibrada em cada um dos capítulos a seguir. É, entretanto, dado destaque no corpo do trabalho ao

papel dos grupos negros (religiosos e militantes) em função de ser uma representação étnica da cidade de Porto Alegre, invisível no conjunto patrimonial homologado pelo poder público.

A seguir será feita uma breve apresentação do conteúdo de cada capítulo. A primeira informação necessária para o procedimento apontado é esclarecer o leitor, que este texto está dividido em quatro partes e um capítulo de conclusões.

A divisão inaugural da pesquisa preocupa-se em descrever o conceito de relação patrimonial, ao mesmo tempo em que trata da constituição do centro da cidade, encarado pela teoria escolhida como cenário, e, por conseguinte faz um breve histórico do Mercado Público para logo a seguir destacar as propriedades dos objetos e a sua relação com o processo de memória social dos sujeitos estudados.

A segunda parte do texto traz a tona o terceiro elemento da relação triangular proposta, os sujeitos, mostrando o processo de construção da relação patrimonial entre os técnicos que formaram a Equipe Técnica de Restauro e o mercado\objeto. Neste capítulo é destacada a importância do processo de restauração para a construção da concepção de patrimônio para estes técnicos, e aponta para o significado que as mudanças advindas com os procedimentos restaurativos causam nos demais grupos sociais alvo deste estudo. Este capítulo é sustentado ainda pela divisão conceitual de atadores do espaço que faz Roncayollo (1988), que vê aqueles profissionais como produtores e os demais atadores no papel de usuários do espaço.

O terceiro capítulo traz como protagonistas os comerciantes do Mercado Público, ou mercadeiros, como se auto-referem. Esta parte da pesquisa aborda as concepções de patrimônio que este grupo constrói a partir da relação especial mantida com aquele prédio já quase sesqui-centenário, e o impacto que a restauração do mesmo trouxe às suas percepções.

A última divisão oferecida pela pesquisa contempla dois grupos ou sujeitos sociais, que extraem elementos cruciais para a constituição de sua identidade a partir de uma leitura particular do Mercado Público. São eles os sacerdotes de religião de matriz africana e os militantes do movimento negro.

O grupo dos sacerdotes, como mostrará o texto, foi particularmente atingido em suas representações de patrimônio em função da restauração efetuada na edificação estudada. A partir deste evento estes sujeitos elaboraram novas demandas e

reivindicações sociais e políticas, e viram a necessidade de criar uma narrativa sobre a origem mítica do assentamento tido como no centro do prédio em consagração à Bará, um dos mais influentes orixás do *panteon* africano na cosmovisão Iorubá.

O outro grupo social abordado neste capítulo é os militantes do movimento negro local. Estes sujeitos sociais, como serão demonstrados no correr do texto, corporificam às suas manifestações as significações por eles atribuídas ao prédio. Os dois grupos mencionados elaboram concepções diferentes sobre patrimônio

Por fim cabe esclarecer ao leitor que foram realizadas doze entrevistas em profundidade, sendo três para cada grupo social. Os critérios de escolha dos depoentes estão relatados no interior dos capítulos.

1. Os dois lados do triângulo: cenário e objeto

O título escolhido para marcar este capítulo de abertura pode por certo, à primeira vista, no mínimo parecer provocativo, já que não se faz necessário ser versado em geometria euclidiana, para saber que qualquer triângulo suporta a junção de três elementos diferentes articulados em ângulo entre si.

Os elementos de que trata esta pesquisa são o sujeito, o objeto e o cenário. Cabe, no entanto, ao arcabouço teórico escolhido para levar a termo este estudo, a função de articular os elementos relacionados, tal como num triângulo, de maneira que os mesmos tenham a propriedade de interação entre si e a de influenciarem-se mutuamente. A base da teoria que dá suporte a este texto é o conceito de relação patrimonial. Oriundo da área de saber da museologia, o conceito em questão não se preocupa apenas com a conservação do objeto patrimonial, mas também com a leitura que o sujeito faz deste objeto, bem como a influência que o local onde o objeto está disponível ao olhar do sujeito exerce tanto sobre este quanto sobre aquele.

Esta primeira parte do texto geral da pesquisa, se posta por situar os dois primeiros elementos citados, o cenário e o objeto, deixando ao encargo dos capítulos posteriores tratarem do sujeito da relação patrimonial. O cenário a ser apresentado tem como pauta o centro ou zona central da cidade de Porto Alegre. Nesta apresentação a atenção é dada à configuração espacial da região apontada e a relação desta configuração com as funções políticas\administrativas, de habitação, economia e circulação. A formação do patrimônio edificado que marca aquela zona é também alvo, mesmo que brevemente, das páginas deste capítulo.

O objeto patrimonial abordado neste trabalho, na condição de elemento de uma relação que influencia e é influenciada ao mesmo tempo pela ação do sujeito, é a edificação que contempla o Mercado Público central de Porto Alegre. O edifício é abordado quanto ao seu aspecto histórico, relacionado à planta original do século XIX, a resistência à destruição representada na sobrevivência a três incêndios, e a construção atribuída à mão de obra escrava. As características citadas terão grande influência nas significações atribuídas pelos sujeitos sociais ao Mercado Público. Ainda são destacados as propriedades materiais dos objetos e o fato de ser uma espécie de documento sensorial de evocação de memórias.

Como irá ocorrer em outros momentos desta exposição, é sublinhado o papel dos representantes da etnia negra ao propor novas funções ou novos significados ao patrimônio presente no cenário urbano. Em relação ao Mercado Público é mostrada a grande circulação de negros na região onde está erguida a construção referida no século XIX, mas como será detalhado em capítulos vindouros esse fato de cunho histórico é importante para a concepção de patrimônio dos grupos de religiosos de matriz africana e dos militantes do movimento negro.

A razão da escolha deste destaque é por ser este grupo étnico carente de representação material no conjunto de bens a serem preservados como representantes da população porto-alegrense.

Feitas as observações acima, pode-se inferir que relação patrimonial é definida como a relação estabelecida entre sujeitos/grupos sociais e os objetos que dão significado a sua cultura, e se realiza num cenário, que para Waldisa Russio, evocada por Araújo (2004), é institucionalizado, pelo motivo de sua linha de pensamento ser orientada para os museus.

Recorremos a este conceito próprio do campo museológico para estruturar este trabalho, por duas razões fundamentais: a primeira é a organização do texto, que como um triângulo equilibrado em três vértices, nesse caso: cenário urbano, Mercado Público (objeto) e sujeitos sociais, direciona-se a desenhar neste capítulo o cenário (centro de Porto Alegre) onde a relação apontada pode ser estabelecida, e o objeto (Mercado Público) a ser interpretado pelos sujeitos sociais.

Outro motivo que move este trabalho é a razão de o conceito de relação patrimonial ter sido desenvolvido visando superar a concentração do olhar numa única vertente da análise social, qual seja a valoração quase que exclusiva da cultura material, ou melhor, apenas do objeto. Nesta linha de construção de recorte teórico, recorreremos à colaboração de Araújo (2004), que na condição de pesquisador da área de museus chama a atenção para a mudança de enfoque na atribuição de valor dada na investigação científica que passa do objeto –o Mercado Público – para a relação entre este objeto e o público/sujeito. Assinala o estudioso:

Metodologicamente, deslocou-se o eixo de análise, que antes repousava na natureza do objeto como elemento determinante do conceito de patrimônio, para a relação ou relações que se estabelecem entre o objeto e os diferentes sujeitos, no tempo e no espaço. (ARAÚJO, 2004 p.304).

Esta perspectiva de análise permite pensar o território urbano como um espaço musealizado, onde as edificações, as áreas públicas, o desenho das ruas, constituem um arranjo discursivo. Não estamos de nenhuma maneira nos reportando a tradição preservacionista brasileira, baseada na chamada “pedra e cal”, ou seja, aquela cujo enfoque é voltado à estrutura construída (objeto) em detrimento dos aspectos intangíveis, estes relacionados à valoração que os grupos sociais conferem aos objetos dispostos no espaço.

No entanto - embora o esforço teórico da área de museus voltada para a relação sujeito-objeto já referida - ainda não são correntes perspectivas analíticas que se situem fora do foco em um dos pólos já reportados: o espaço construído e ou planejado, ou os grupos sociais que habitam ou vivenciam este espaço, e se concentrem no exame da relação entre as dimensões tangíveis e intangíveis da realidade social.

Nesse contexto, Arantes (2004) chama a atenção para a cisão existente entre estudos a respeito do espaço urbano edificado por um lado, e os que tratam de processos sociais recorrentes em centros urbanos por outro, distinção a qual nomeia entre urbanismo e processo de urbanização. Para o mesmo, tal tendência se manifesta na forma de uma dissecação técnica do chamado fenômeno urbano, por meio de trabalhos que apontam para a dissecação, relativamente independente de temas como: formação do valor imobiliário, práticas de sociabilidade e processos políticos.

A razão para a dicotomia analítica a pouco apontada seria para o antropólogo referido, a dissociação na cidade contemporânea entre a produção arquitetônica do espaço e a cultura dos grupos locais. Nesse caso a arquitetura deixaria de representar o papel de ser a referência sócio-espacial dos grupos humanos. A arquitetura vai deixar de orientar o espaço numa perspectiva cultural interna aos grupos sociais, como era nas aldeias e assentamentos primitivos, quando a orientação espacial era uma resposta a padrões estéticos e conhecimentos sociais que revelavam a identidade dos agrupamentos humanos, para se converter numa prática de uma atividade profissional autônoma, onde a produção das estruturas arquitetônicas que marcam o espaço urbano contemporâneo são exteriores a experiência humana. A este respeito diz com propriedade Arantes (op. cit.):

Eles (os espaços) são antes concebidos segundo os ditames da arquitetura, respeitam os processos institucionais desse campo, seguem suas orientações técnicas, referem-se as suas tendências estéticas, personalidades e agendas de referência. Resultando de práticas que dizem respeito a uma atividade profissional especializada que se realiza em escala mundial, as cidades

tornam-se realidades predominantemente exteriores à experiência humana, já não cumprindo seu papel de referência sócio espacial de grupos humanos específicos (ARANTES, 2004 p.256)

Sobre o papel da arquitetura, do urbanismo e do poder público na organização e produção da cidade contemporânea, Choay (2006), na mesma linha de pensamento apontada, chama a atenção para o fato de que com a revolução das comunicações – que a autora data a partir dos anos 1960 – o fenômeno subsequente da globalização foi visto apenas na perspectiva da economia, sendo que a organização do espaço por meio de práticas múltiplas como o erguimento de prédios singulares para a arquitetura, cidades e seus projetos urbanos, monumentos e conservação patrimonial, vistas como uma só e mesma atividade, que Choay (op. cit.) vai chamar de espacialização, deixou de ser entendido - pela arquitetura, urbanismo, poder público – como um fenômeno antropogenético, ou dito de outra forma, a espacialização parece que deixou de ser percebida como uma competência simbólica dos seres humanos, enquanto seres políticos.

No caso do patrimônio, em particular o edificado, o mesmo deve ser visto na condição de recurso, não apenas do ponto de vista econômico voltado ao caráter imobiliário, como é comumente tratado, mas deve-se avaliar este patrimônio no sentido prático e simbólico, “como bens acumulados e transmitidos pelas sucessivas gerações e que podem servir a novos usos” (ARANTES, 2004). A forma como esses recursos podem transmutar para usos com finalidades diferentes para as quais foram construídos devem, para Arantes (op.cit.), serem entendidos como processos sociais de atribuição de sentido às coisas materiais.

No mesmo caminho dos argumentos acima, de que a organização e orientação espacial conferida pelos objetos (edificações e espaços públicos), não pode ser pensada como atividade exterior às práticas sociais, Freire (1997) discorre sobre a função dos monumentos que é o de carregar a cidade de sentido simbólico, pois os mesmos testemunham sistemas mentais da época em que foram criados.

Na vertente dos argumentos já apresentados a análise dará ênfase às relações de atribuição de valor pelos grupos sociais habitantes do espaço urbano, para as construções e espaços públicos que organizam sua vida social.

Buscando coerência com a linha argumentativa escolhida, tomar-se-á o centro de Porto Alegre como uma espécie de cenário onde ocorre a relação patrimonial - processos de atribuição de sentido às coisas materiais, com capacidade de modificar o

sujeito e o objeto com o qual é estabelecida tal relação - com o intuito de se constituir como um espaço organizador de artefatos, estes entendidos como estruturas materiais que guardam história, técnicas arquitetônicas, projetos sociais e urbanos.

Sobre o papel do centro, que abriga o patrimônio edificado mais importante da capital gaúcha concorda-se com Arantes (op.cit.) quando diz:

(...) espaços edificados exercem significativo caráter reflexivo sobre a ação social. Sendo criados socialmente, eles passam a participar da ação social por meio das significações que corporificam. (ARANTES, 2004 p.259)

Pela linha das considerações tratadas até aqui, pode-se ver sentido, por exemplo, em passeatas, manifestações culturais e políticas de cunho variado serem realizadas em determinados espaços do centro histórico de Porto Alegre. Essas atividades sociais e outras que mostraremos no decorrer desta dissertação por parte de grupos sociais ligados ao movimento negro ganham ressonância para suas causas e reivindicações porque incorporam às suas práticas as significações atribuídas a determinados espaços e prédios.

Como postulado no início deste capítulo, será visto o centro da capital como o cenário onde ocorre a relação patrimonial estabelecida entre os grupos sociais, por nós discriminados neste trabalho: técnicos da área do patrimônio, sacerdotes de religiões de matriz africana, permissionários (mercadores) das bancas do Mercado Público e militantes e simpatizantes do movimento negro e o Mercado Público central de Porto Alegre, na condição de objeto para o qual os grupos citados atribuem valor cultural diferenciado.

Tal cenário no conceito de relação patrimonial apresentado ocorre num espaço institucionalizado ou museu pelo critério de que no campo da museologia (área de estudos de onde o conceito de relação patrimonial é oriundo), essa relação se estabelecer por meio de uma linguagem não verbal – a linguagem dos objetos - que possibilita a compreensão imediata e direta de uma informação e sua mais longa permanência na memória.

Outro fator, que normalmente liga pensar neste tipo de relação, que procura articular as dimensões tangível e intangível das práticas sociais com patrimônio material, como ocorrendo no interior de um museu é o fato de o museu ser uma instituição da sociedade que fornece um discurso autorizado, assim como outras instituições como as universidades e institutos de pesquisa, que na percepção da

sociedade fornecem credibilidade à sua produção, ou seja, o que está sob a guarda de um museu tem “autoridade” para lá estar.

Então é de se perguntar por que o centro pode ser apreendido como um cenário com capacidade de ser parte de uma relação de atribuição de valor e incorporação de significados a determinados objetos que fazem parte da vida social, se este espaço urbano não é um museu?

Na perspectiva de trabalho apresentada, o espaço urbano em geral e os centros das cidades em particular, podem ser aproximados a um museu. Seus objetos (edificações e espaço público) estão dispostos no espaço de forma organizada, ainda parte desses objetos perdeu sua função de uso primitiva (como num museu) e adquiriram novos significados e, por fim, seus objetos e a forma como estão organizados no espaço são suportes materiais de informação e fontes provocadoras de memória social e individual.

Como veremos a seguir os centros urbanos são historicamente pensados e construídos para gerar valores funcionais e simbólicos a um só tempo.

1.1. Cenário da relação patrimonial: o centro de Porto alegre

Como afirma Moreira (2009) “o centro de uma cidade pode ser considerado, historicamente como um espaço que concentra uma forte carga valorativa, tanto em termos materiais como simbólicos” (MOREIRA, 2009 p.17). Poderíamos seguir no texto da historiadora citada até o momento em que a mesma constata com clareza que para muitas pessoas o centro é confundido com a própria cidade, quando por necessidade de deslocamento ao local na *urbe*, considerado como central se ouve: “vou à cidade”.

Percebe-se aqui, no sentido de tentar formar uma imagem da argumentação proposta, a figura de uma bifurcação de um caminho, que mais além se junta formando um traçado unitário. A primeira parte do parágrafo acima considera o centro da cidade como um espaço carregado de valores, tanto materiais quanto simbólicos. Tal afirmação vai encontrar amparo no trabalho de Villaça (2004), que por meio de uma síntese histórica sobre formação dos centros das cidades, diz que “historicamente os centros urbanos sempre exaltaram Deus, o Estado e a classe dominante” (VILLAÇA, 2004 p.21). As elites estariam representadas no centro urbano historicamente, não necessariamente

como lugar exclusivo de moradia, mas através das instituições de comando da sociedade.

Esse modelo de configuração de centro urbano permaneceu ao longo dos vários períodos históricos, só sofrendo mudanças com o surgimento da cidade chamada por Villaça (op. cit.) de tipicamente capitalista, que diferentemente dos modelos de cidades anteriores não terá integrado nos seus centros espaços urbanos que enalteçam as estruturas arquitetônicas destinadas aos templos religiosos e aos que representam o aparato estatal, embora os mesmos continuassem a existir no espaço central das cidades.

Voltando a figura metafórica da bifurcação, o segundo braço desta divisão de um caminho, que fica visível na fala popular “vou à cidade” está relacionada ao motivo de que os centros urbanos concentram as instituições fundamentais na organização da sociedade. Villaça (op. cit.) pensa que tal concentração também possui uma vertente histórica e racional. A explicação está na necessidade que as sociedades organizadas possuem de proporcionar aos seus membros a localização espacial de instituições necessárias ao seu funcionamento como templos, mercados, palácios, em um ponto no espaço que é capaz de otimizar o tempo gasto nos deslocamentos humanos.

Essa vertente da função dos centros urbanos é importante por mostrar que são para aqueles pontos (os centros) no espaço das cidades, que são planejados e destinados prioritariamente os fluxos viários e as vias de transporte.

Porto Alegre não fugiu por certo ao padrão descrito acima, o núcleo formador da cidade se constituiu em seu centro. Nas próximas linhas será feito um histórico da formação da cidade,¹ a o mesmo tempo que será buscado relatar como determinados grupos sociais, em especial os negros constroem uma relação especial com espaço que conforma o centro da cidade.

A atual capital gaúcha no processo de urbanização brasileiro é uma cidade de formação tardia². No século XVII, a economia brasileira, naquele período temporal baseada nos ciclos econômicos, assistia ao declínio da economia açucareira na região nordeste e a consolidação do ciclo do ouro em Minas Gerais. No entanto as terras setentrionais, parte do que hoje é o Rio Grande do Sul, era alvo de disputas entre os

¹ Dados históricos retirados do Acervo Histórico do Projeto Monumenta/Porto Alegre, organizado por Zita Possamai. Este Acervo é referenciado nas obras listadas na nota abaixo.

² Sobre a formação da cidade de Porto Alegre ler: MACEDO, Francisco Riopardense de. Porto Alegre, Origem e Crescimento. Porto Alegre: Sulina, 1968; MONTEIRO, Charles. Porto Alegre: urbanização e modernidade: construção social do espaço urbano. Porto Alegre: Edipuc, 1995 e PESAVENTO, Sandra J Memória Porto Alegre: espaços e vivências. Porto Alegre: Ed. UFRGS/PMPA, 1991.

reinos de Portugal e Espanha. Explica-se: o mais setentrional dos territórios brasileiros tinha posição estratégica no acesso às riquezas minerais extraídas das terras da América Espanhola pelo Rio da Prata, onde os portugueses tinham se estabelecido, em 1680, com a Colônia de Sacramento. A luta pelo controle desta cidade, nas proximidades dos portos de Montevideu e Buenos Aires, se deu antes mesmo da criação da Capitania do Rio Grande de São Pedro, no ano de 1760, e que teve como sede Viamão³ pela razão de tal sítio se mostrar com maior facilidade de defesa dos ataques espanhóis por ser afastado do litoral.

Fundamental para a pequena nucleação que formou Porto Alegre, por meio da “retenção provisória” de casais açorianos no ano de 1752, que se dirigiam a região das missões jesuíticas foi a assinatura do Tratado de Madrid em 1750.

Este acordo passou a Colônia de Sacramento à administração espanhola e definiu as fronteiras do Rio Grande do Sul ao fazer com que os portugueses anexassem o território missioneiro. Por este motivo, visando primeiro ocupar o novo território, e segundo, implantar outro modelo de produção da terra baseado na pequena propriedade e no cultivo agrícola, foram trazidos os ilhéus dos Açores.

Outro objetivo da imigração açoriana foi garantir o domínio português do novo território, para tanto, planejou-se a ocupação da área ao longo do Rio Jacuí por colonos açorianos. Resolvem-se assim criar, ao lado da sociedade pastoril em formação, outra, constituída por pequenos agricultores dedicados à lavoura, sedentários, capazes de propiciar a urbanização dos pontos fortificados.

A guerra guaraníca (1753 - 1756), por outro lado, ao impedir que aqueles imigrantes fossem assentados na região das missões, foi responsável pela ocupação pelos mesmos de uma faixa de terra às margens do Lago Guaíba, nas proximidades da Lagoa dos Patos e da sede da Província, pelos casais açorianos, que se estabeleceram num trecho da Sesmaria de Jerônimo Dornelles, que detinha o uso autorizado da terra como sesmeiro desde o ano de 1740.

Em 1772, aqueles colonos açorianos são definitivamente assentados, ocorrendo a desapropriação da Sesmaria de Santana, sendo demarcadas as suas datas (272 ha para

³ A região dos Campos de Viamão, a leste de Porto Alegre, foi utilizada como local de pouso dos tropeiros e área de reunião de rebanhos, sendo, conseqüentemente, uma das primeiras do continente de São Pedro do Rio Grande a receber a ocupação luso-brasileira. Em função dessa atividade dá-se o povoamento da planície sulina, com a formação de currais que, inicialmente, não passam de meros campos de retenção, de centros de fixação de manadas, mas que logo em seguida servirão de suporte para a sociedade pastoril gaúcha, através do sistema de formação de sesmarias.

cada família), para o cultivo de produtos de subsistência e comerciais, em especial o trigo, e providenciada a abertura de duas estradas ligando Viamão ao Porto de São Francisco dos Casais, nome da nova povoação, ao mesmo tempo em que são cortadas as primeiras ruas do povoado⁴.

A primeira função econômica da cidade, que ela conserva por muito tempo, é a comercial, ligada essencialmente ao escoamento da produção açoriana. Porto Alegre se situa numa área extremamente privilegiada do ponto de vista do transporte hidroviário, o mais importante durante o século XVIII e na maior parte do século XIX. Está junto à Lagoa dos Patos, pela qual se ganha acesso ao mar e se encontra às margens do Guaíba, um lago formado por rios navegáveis em boa parte de seus cursos. Deste modo, passa a ser Porto Alegre o escoadouro natural⁵ de toda a produção exportada pela área ocupada pelos ilhéus procedentes do arquipélago português dos Açores.

Em 1773, José Marcelino de Figueiredo, governador do Continente de São Pedro do Rio Grande, transfere a capital de Viamão para o Porto dos Casais por possuir melhores condições de defesa e comunicação. Passando a chamar-se oficialmente “Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre”.

Souza & Muller (2007) em estudo sobre a evolução urbana da capital do Rio Grande do Sul, que possui como método de análise, a relação de fatores demográficos e sócio-econômicos com períodos históricos determinados, apontam, para a linha de tempo histórico até aqui assinalada, a importância da função portuária para a consolidação do novo núcleo urbano, e para o papel administrativo de capital que o núcleo urbano passa a ter naquele momento e conserva até os dias atuais na condição de metrópole.

No início do século XIX, uma nova leva migratória preparará as bases para o impulso comercial que a cidade de Porto Alegre sofrerá a partir da segunda metade de século. Trata-se da colonização alemã na região do vale do rio dos Sinos e Caí.

⁴ A área do atual município de Porto Alegre foi ocupada por cinco sesmarias, estando o seu porto natural localizado na Sesmaria de Santana, onde mais tarde originou-se o núcleo urbano de Porto Alegre. O proprietário, Jerônimo Dornelles, recebeu em 1740 o documento de posse da terra na qual já habitava desde 1732. As terras ao sul do Arroio Dilúvio foram ocupadas desde 1733 pelo sesmeiro Sebastião Francisco Chaves. Havia ainda a sesmaria de Dionísio Mendes, com sede no local onde se formou o arraial de Belém Velho. A população de açorianos ocupa diversos pontos ao longo da principal via navegável, o Rio Jacuí, em direção às Missões, até o ponto extremo de Rio Pardo, onde se estabeleceu um forte e uma povoação. Fundam-se neste período as cidades de Cachoeira, Taquari, Santo Amaro, Gravataí e Triunfo.

⁵ Sobre a importância do porto natural na economia da cidade ver: Bicca, Briane P. o Centro Histórico de Porto Alegre e o Projeto Monumenta: a estratégia dos eixos. In: Ana Luisa H. de Castilho. Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados. Editora Manole, Barueri São Paulo, SP, 2006.

A colonização alemã ampliará consideravelmente a área de influência de Porto Alegre, tornando a cidade o porto de exportação da produção de uma vasta região ao norte da capital. Este reforço econômico só se efetivará, entretanto, a partir da década de 1850, devido a dois fatores: a paralisação das atividades econômicas na província por ocasião da Guerra dos Farrapos (1835-45) e o próprio ritmo produtivo das colônias alemãs, que necessitam vencer etapas iniciais preparatórias até atingirem escalas produtivas de exportação. A agricultura comercial se implanta na colônia a partir de 1840.

Neste período, Porto Alegre começa a equipar-se: desenvolveram-se os primeiros passos do povoamento, a instalação da administração pública, incipiente infra-estrutura urbana (serviços públicos), normatização da utilização do espaço urbano. Nesta mesma época foi aberta uma trincheira para dar maior proteção contra possíveis invasões. Esta estrutura orientou o sentido do crescimento urbano, permanecendo até o final da Revolução Farroupilha, em 1845. Externas a ela localizavam-se as propriedades rurais - chácaras de produção agrícola e criação de animais.

O espaço interior à trincheira compreendia a malha urbana, constituída por três ruas principais: a Rua da Graça e Rua da Praia (atual Rua dos Andradas), Rua da Ponte e Rua do Cotovelo (atual Rua Riachuelo), Rua da Igreja e Rua do Hospital (atual Rua Duque de Caxias), ruas secundárias (“becos”) e conjunto de lotes. As três ruas, correspondentes aos antigos caminhos do povoamento, foram as primeiras a receber calçamento, iluminação, chafarizes e policiamento e nelas estabeleceram-se os órgãos burocrático-militares, igreja, residências de famílias ricas e comerciantes. Perpendicularmente, foram sendo formados os “becos” como locais de habitação, trabalho e diversão de mascates, taverneiros, prostitutas, artesãos, carregadores, marinheiros. Com percursos acidentados, sem alinhamentos, curtos e estreitos, eram destituídos de qualquer infra-estrutura.

Na segunda metade do século XIX, já é nítido no desenho urbano da cidade, a divisão da mesma em duas partes, ao mesmo tempo distintas, e complementares em suas funções: uma cidade alta onde preponderava a função de centro cívico, administrativo e religioso, além de cultural com o teatro São Pedro e a Sociedade Bailante, e que concentrava as residências da elite; e outra, a parte baixa que compreendia a alfândega, e o comércio.

As cidades possuírem mais de um centro não é um fato incomum, Benevolo (2001) ao retratar a cidade medieval, aponta:

Uma cidade bastante grande nunca tem um único centro: tem um centro religioso (com a catedral e o palácio episcopal), um centro civil (com o palácio municipal), um ou mais centros comerciais com as lojas e os palácios. O centro da cidade é o local mais procurado; as classes mais abastadas moram no centro, as mais pobres na periferia (BENEVOLO 2001 p.269)

Este centro que agrega em um núcleo as instituições de comando da sociedade e numa extensão mais ampla, do ponto de vista territorial, as sedes de comércio e as residências das famílias da elite local são conceituados por Villaça (op. cit.) como: a) centro para o núcleo de comando institucional e, b) de área central, a extensão territorial contígua ao núcleo de comando, que abriga o centro comercial e as moradias das famílias abastadas. No entanto é essa área central que inclui a nucleação de comando, que constitui o centro principal da cidade.

Este período de tempo (segunda metade do século XIX) assistiu ao começo do adensamento dos primeiros arraiais fora dos limites da área central, os quais mantinham com esta, relação comercial e administrativa. Os primeiros foram o Menino Deus, São Miguel, São Manoel e Navegantes, sendo que neste último se concentravam os imigrantes alemães. Além destes, outros dois arraiais surgiram neste período: Glória e Partenon.

A comunicação entre os arraiais e o centro da cidade era difícil e já estava em andamento no século XIX o processo de adensamento populacional na zona urbana, que vai levar a uma polarização da região central da cidade e a necessidade de obras que venham a facilitar a comunicação no território da capital. Essa necessidade de facilitar as demandas de deslocamento sistemático da população às instituições de governo e ao comércio será mais tarde no início do século XX uma das preocupações do Plano de Melhoramentos de Moreira Maciel em 1914.

Na virada do século XIX para o século XX a cidade recebe uma série de novos investimentos urbanos (redes de infra-estrutura urbana, energia elétrica, esgotos, água tratada, gás, iluminação pública) que se articula com um novo discurso modernizador. A arquitetura, tanto oficial quanto civil reflete este contexto através de uma busca de monumentalidade e pompa. São deste período o Palácio Piratini, a Biblioteca Pública, o Banco da Província, a Confeitaria Rocco, a construção do Cais Mauá do Porto.

A partir da década de 1920, Porto Alegre consolida a liderança industrial no Estado, tendo início um processo de remodelação do núcleo central da cidade, com obras já apontadas no Plano de Melhoramentos de Moreira Maciel, de forma a “adequá-lo” aos avanços da modernidade e resolver os problemas de acessibilidade ao centro da

cidade. É um período marcado pela abertura de grandes avenidas, como a Júlio de Castilhos, Alberto Bins, Salgado Filho e Borges de Medeiros, esta última, viabilizada através da construção do Viaduto Otávio Rocha. Neste período, a cidade inicia um processo de verticalização do tecido construído, com a substituição do conjunto novecentista por prédios comerciais. É uma arquitetura marcada pela suntuosidade, destacando-se prédios como o Hotel Majestic (1933), o Clube do Comércio (1939) e o Edifício Sulacap (1940).

O Plano Maciel, nesse contexto, embora possa ser entendido como um plano viário (SOUZA & MULLER, 2007), se revela uma proposta radical de planejamento da cidade no longo prazo. Merece destaque, ainda, por nascer no período próximo ao surgimento na Europa e Estados Unidos de disciplinas que fizeram das cidades objeto do conhecimento científico, entre 1900 e 1910, como são exemplos o “*city survey e o town planning na Grã Bretanha, o urbanismo na França e o city planning nos EUA*” (NYGAARD Paul, 2005 P.72).

A produção do espaço urbano (sistema viário, áreas verdes, arruamentos, loteamentos e edificações), nas primeiras décadas do século XX e que originou a paisagem urbana que é uma das marcas da cidade foi fruto da ação do Estado, como testemunham os prédios contíguos dos Correios (Memorial do Estado) e da Fazenda (Margs), a Avenida Sepúlveda, o porto atual e a transformação da Praça da Alfândega de uma praça de comércio e serviços de despacho de mercadorias no século XIX em um jardim público.

No entanto, a metrópole aqui estudada, não apresenta na totalidade as características de centro de cidade pré-capitalista, originado da produção do espaço urbano pelo poder do Estado.

Nestas cidades, conforme Villaça (2004), marcadas pela constituição e progressivo domínio do capitalismo, os centros urbanos buscam refletir a intenção de marcar valores como a indústria e o Estado burguês, por meio da expressão da monumentalidade de seus edifícios e pelo desenho do espaço público em perspectiva direcionando o olhar para a produção arquitetônica desejada.

Por outro lado, seguindo o pensamento de Villaça (op. cit.), O centro de Porto Alegre apresenta também algumas características próprias de uma cidade tipicamente capitalista conceituada assim porque a estrutura urbana (arranjo espacial dos usos do solo) é determinada pela lógica de mercado.

No que concernem as características visuais desse modelo de cidade, Villaça (2004) destaca que parques e praças deixam de ser associados ao volume monumental dos palácios e da perspectiva das avenidas para se tornarem funcionais e dedicados ao lazer, como é o conceito do Parque Farroupilha, próximo a área central da cidade. Ainda o sistema viário, nesse modelo de cidade, perde o caráter monumental para adquirir outro utilitário de servir ao tráfego. O papel do Estado aqui é o de regulamentar a produção do espaço urbano.

Na década de 1950 ganha força uma nova visualidade na composição de artefatos organizados no espaço do centro de Porto Alegre. O processo de verticalização da área central, agora com a paulatina transferência da antiga elite para os bairros residenciais e pela substituição do uso residencial pelo setor terciário. É a fase da construção de grandes e expressivos prédios.

Essa estrutura tal qual como até agora descrita, baseada nos aspectos materiais mais do que simbólicos, fez parte de uma racionalidade descrita por Rolnik & Botler (2004) como processo de urbanização acelerada, onde uma das vertentes deste processo foi a possibilidade de construção dos prédios modernistas, como o Edifício Santa Cruz, na Rua da Praia, o Edifício Jaguaribe, na Avenida Salgado Filho, o Tribunal de Justiça na Praça da Matriz e os Correios e Telégrafos, na Siqueira Campos.

Este centro que ainda mantém sua estrutura originária, caracterizada por uma cidade elevada onde se encontra o aparato de estado e a catedral metropolitana e uma parte baixa marcada por atividades econômicas e de lazer é marcado por uma diversidade de estilos arquitetônicos, e como em outras capitais caracterizado pela saída da classe média dos grandes centros urbanos para constituírem novos bairros e novas centralidades, gerando o paulatino esvaziamento dos centros tradicionais. Comentam os autores apontados:

Do ponto de vista da estratégia de produção e financiamento das infra-estruturas, os centros tradicionais foram abordados apenas como centros econômicos saturados, devendo ser objeto de descentralização das atividades, inclusive administrativas. (ROLNIK, Raquel & BOTLER Milton, 2004 p.141)

Esse processo carregava consigo um ideário de novidade, cuja base era a renovação urbana em substituição as antigas estruturas dos centros tradicionais sem preocupação imediata com a memória ou as funções simbólicas exercidas pelas estruturas dos centros históricos.

Rolnik & Botler (op. cit.) chamam a atenção de que a política de preservação, a partir dos anos 70 do século XX, estava balizada no ideário urbanístico internacional, naquele momento expressados nas cartas patrimoniais, que orientavam os projetos de restauração e regulavam a legislação de proteção patrimonial, para que os sítios históricos deixassem de ter uma utilidade funcional para serem vistos como pertencentes ao universo simbólico do belo, à capacidade inventiva local e a forma peculiar de ocupar o espaço.

Tal perspectiva de desenvolvimento urbano sofreu uma inflexão a partir dos anos 2000, com a reintrodução de programas de reabilitação urbana na esfera do planejamento federal, que relativo às ações de requalificação de centros históricos trabalha com a visão da dimensão simbólica e com a forte carga valorativa atribuída pela população local aos centros originais.

Nesse sentido, o centro de Porto Alegre é um espaço, que pode ser apropriado simbolicamente por atores sociais, e em especial, como destaca este estudo, pela população negra, que não dispõe de um repertório de representação material de sua cultura no centro da cidade, vivenciando aquele espaço e atribuindo novos usos ao mesmo, como enxerga Bittencourt:

Os territórios negros, de um modo geral, ultrapassam a uma dimensão conceitual e restrita da idéia de espaço físico e, ao contrário, possuem um sentido mais sistêmico, próxima à definição de território de Guattari e Rolnik, que é relativa tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido, no seio do qual se sente em 'casa'. (...) Deste modo, os diversos percursos criados, mantidos e legitimados publicamente pelos negros de Porto Alegre, potencializaram suas presenças e as intensidades da diferença social, assim multiplicando a diversidade cultural afro-brasileira. (BITTENCOURT, 2010 p. 60)

O texto até aqui apresentado teve por objetivo qualificar o centro de Porto Alegre, como cenário ou local que proporciona a base material para a ocorrência da relação patrimonial. Para tanto, desenvolveu argumentos que tiveram por preocupação conduzir o olhar do leitor para, primeiro realizar um registro da configuração espacial do centro da capital do Rio Grande do Sul, destacando, nos limites desta pesquisa, a evolução urbana do mesmo. Em segundo termo, a escrita quis destacar a importância da dimensão simbólica dos artefatos distribuídos ao longo da zona central da cidade, e a carga de valor que os grupos sociais podem atribuir a estes bens. O objeto patrimonial de que se ocupará a pesquisa a partir de agora, será o Mercado Público central da cidade, uma das edificações que, pode-se dizer marca a paisagem da região central da capital.

1.2 O Mercado Público/Objeto, o segundo vértice da relação patrimonial.

O Mercado Público nos dias atuais possui uma área total de 12.969,50 m², é de propriedade da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e administrado pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio – SMIC – e é tombado como patrimônio histórico e cultural de Porto Alegre desde 21 de dezembro de 1979. Ao longo de sua história resistiu a três incêndios, o primeiro em 1912 (de grandes proporções), outro em 1976 e por último ao sinistro de 1979. Foi alvo ainda de ameaças de demolição nas décadas de 1960 e 1970. Embora a edificação assinalada tenha passado por reformas ao longo dos anos, principalmente após os dois últimos incêndios citados, estas de curto fôlego, e por uma grande intervenção na primeira década do século XX, quando recebeu um segundo pavimento, é indiscutível que a restauração ocorrida no prédio entre os anos de 1992 a 1997, foi uma referência para a área de conservação patrimonial na cidade de Porto Alegre, e com certeza alcançou a mesma importância para obras desta envergadura no estado do Rio Grande do Sul.



Foto 1. Mercado Público após a restauração, com a cobertura que integrou o primeiro e o segundo pavimento.

Imagem: Gilberto Simon/PMPA

O Mercado Público Central de Porto Alegre quando inaugurado em outubro de 1869, era um quadrilátero formado por um piso e quatro torreões nas extremidades, e no interior do edifício podia-se observar a existência de um logradouro calçado que alguns

anos mais tarde, em 1873 foram arborizados. Por necessidade de organização de espaço, no ano de 1887 foi construído um conjunto de 24 chalés (bancas de vendas) de madeira, destruídos por um incêndio em 1912 (LORENTZ, 2003), no mesmo período em que este prédio passava por obras de ampliação com a construção do segundo pavimento, mesmo momento em que foi elaborado nas fachadas elementos decorativos que dão a edificação o aspecto neoclássico que ostenta até os dias atuais. Ainda em 1912, os pontos de venda de madeira destruídos pelo incêndio referido, foram substituídos por bancas com estrutura de ferro.

O prédio, segundo os dados históricos extraídos da pesquisa de Lorentz (op. cit), foi projetado pelo arquiteto Friederich Heydtmann, e por meio de contrato com a Câmara Municipal de Porto Alegre foi erguido pelo empreiteiro Polidoro Antônio da Costa entre os anos de 1864 a 1869. A construção do segundo pavimento que ocorreu entre 1910 a 1912 ficou cargo do arquiteto/construtor Hildebrando Fernandes Oliveira sob contrato já da Intendência Municipal.

Construído sobre uma área aterrada ao Lago Guaíba, em frente à antiga Praça do Paraíso (atual Praça XV de novembro), substituiu o primeiro mercado instalado na então capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, na mesma região do centro e que serviu à população da cidade entre 1844 a 1870.

A resolução para a construção de um Mercado Público na capital, veio por intermédio do Governador da Província Saturnino de Sousa Oliveira, em 1842. O governador, carioca, recém chegado á Porto Alegre, surpreendeu-se por não possuir a cidade um mercado organizado. No período assinalado o comércio era realizado em barracas irregulares de quitandeiros que se estendiam ao longo do Guaíba entre as praças da Quitanda (atual Praça da Alfândega) e a Praça do Paraíso, hoje Praça XV de Novembro. A idéia era dotar Porto Alegre de um espaço abrigado, que organizasse o comércio de forma disciplinada e permitisse a fiscalização, de acordo com as regras de higiene do século XIX. Estes espaços neste período histórico no Brasil eram sinônimos de progresso e evolução urbana (LORENTZ, 2003).

Já no século XX entre os anos sessenta e setenta, os pontos levantados entendidos como exemplos de resistência da edificação como as ameaças de demolição e os incêndios (a ser visto no capítulo três), originaram uma mobilização de parte de integrantes da mídia, professores, funcionários públicos e arquitetos, entre outros em prol do salvamento daquela construção e de outras na cidade de Porto Alegre. Este processo ganhará sua devida dimensão no decorrer do terceiro capítulo, e se mostrará

importante para a visão dos mercadeiros quanto às concepções de patrimônio que extraem da sua vivência no Mercado Público.



Foto 2. Mercado Público no século XIX, com um pavimento e quatro torreões. A árvore à direita mostra a existência de um pátio interno. A construção foi realizada por mão de obra escrava negra.

Imagem: Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo. Fotógrafo desconhecido.

Como afirmado antes, esta pesquisa destaca dois grupos de atores sociais que mantêm uma relação de extração de significados com o Mercado Público na condição de objeto patrimonial por meio de um viés étnico. Com esse sentido, as linhas abaixo serão estruturadas com o objetivo de mostrar ao leitor a relação histórica entre o espaço onde está situado o edifício do mercado, e o contingente de população negra da cidade que fazia daquela área do centro uma espécie de território negro.

Informação que foi esboçada rapidamente, mas que importa sobremaneira para as análises posteriores encarregadas ao quarto capítulo, é a época da construção do prédio entre 1864 e 1869, marcadas pela utilização de mão de obra compulsória oriunda do regime de escravidão no Brasil. Não foi objeto desta pesquisa mapear, relativo aos trabalhadores negros que participaram do erguimento daquele edifício, a sua condição de cidadania, ou seja, qual seria o percentual de negros livres, ou quando escravos quais qualificação administrativa possuíam, se de ganho, ou outra condição. O que interessa neste caso é o fato da existência de trabalho compulsório ter marcado profundamente as significações atribuídas ao Mercado Público por parte dos religiosos de matriz africana e aos integrantes do movimento negro.

Não apenas o labor compulsório de negros na construção do prédio possui significado para os grupos assinalados. O fato de ter sido a região onde aquele centro de comércio foi erguido, um local de grande circulação e de práticas de sociabilidade por parte dos membros da etnia negra, contribui para o caráter reflexivo (ARANTES, 2004) que a edificação que abriga o Mercado Público exerce na ação social praticada por religiosos e militantes.

A significação que compreende o Mercado Público para os grupos sociais em questão tem por base um substrato histórico que comprova as relações daquela área do centro da cidade com a passagem de grande número de negros, como demonstram as linhas abaixo.

A área onde se localiza o Mercado era já no século XIX ponto de intensa circulação de negros. Refere Coruja (1996)⁶ em suas crônicas que retratavam a capital gaúcha da primeira metade do século XIX que:

(....) diariamente os negros seguiam sua rotina, um verdadeiro ritual, por entre a Praça do Paraíso a Praça dos Ferreiros e becos das proximidades, carregando água, despejando dejetos na beira do rio, os negros e negras quitadeiras com seus tabuleiros, vendedores de peixes, aves e quinquilharias, ferreiros, amoladores de facas, carregadores e outros (CORUJA, 1996 p.22)

A sociabilidade da cultura negra se dava por meio da circulação em pontos da cidade relacionados às diversas funções exercidas por negros escravos como o abastecimento das casas e daí a concentração de negros próximos a fontes de água e a venda, exercida em geral por escravos de ganho. A pesquisa realizada por Zanetti (2002) aponta que já era grande a concentração de negros na região onde está situado o Mercado Público mesmo antes da sua construção.

Zanetti (op. cit.) indicou os locais do centro da cidade, onde ocorriam as vendas de comestíveis, realizadas majoritariamente por negros na época que a sua pesquisa abarca (século XIX). Quando trata das Posturas Municipais de Porto Alegre, informa que as mesmas determinavam como sendo as seguintes áreas para as atividades de Mercado Público: as praças do Paraíso (atual Praça XV de Novembro); Porto ou Largo dos Ferreiros (litoral do Guaíba, desde a rua General Câmara até o Mercado, na altura da rua Mal. Floriano); do Pelourinho (em frente à Igreja das Dores), do Hospital

⁶ Antônio Álvares Pereira Coruja (1806 – 1889) escreveu crônicas que tiveram por tema a Porto Alegre da primeira metade do século XIX. Em 1996 a Prefeitura Municipal relançou os textos de Coruja, publicados originalmente em 1940, denominados de Antigualhas. Reminiscências de minha cidade e Reminiscências sobre Porto Alegre. O segundo volume de textos, editados na origem na Gazeta Mercantil entre 1883 e 1884, foi reunido à Antigualhas por Sergio da Costa Franco para a edição de 1996.

Militar (Duque de Caxias) e do Largo da Quitanda e Praça do Comércio (do lado oeste). Nessas praças, poderiam “se reunir e conservar parados todas e quaisquer pessoas da cidade, que traficam em vendas de comestíveis” (ZANETTI, 2002 P.66)

Ainda sobre este aspecto, é preciso acrescentar que a venda de comestíveis era permitida nesses locais antes da construção do primeiro Mercado Público. A partir dessa afirmação, é possível imaginar um “ir e vir” constante de negros nessas áreas durante o dia, realizando a venda de produtos às pessoas que circulavam na área central da cidade.

A transposição temporal que marcou a passagem do século XIX para o XX trouxe consigo o desaparecimento das funções exercidas por negros escravos e livres, mas não modificou a relação de identificação dos negros com a área próxima e com a ocupação e uso do próprio mercado. A partir de 1920 com a construção do porto da capital, era grande o número de estivadores – atividade em que a maioria dos trabalhadores era negra – que freqüentavam as dependências do Mercado Público, em especial o Bar Naval, estabelecimento que até os dias atuais é freqüentado por um grande número de negros. Funcionou também naquele centro de abastecimento, uma bolsa informal de empregos de baixa renda que atraíam grande número de trabalhadores negros, além da presença nos primeiros trinta anos do século passado, nas portas daquele prédio público das “negras minas” que viviam do ofício da adivinhação e da venda de ervas medicinais.



Foto 3. Bar Naval fundado em 1907, espaço de sociabilidade negra no Mercado

Imagem: Gilberto Simon/PMPA

Pode-se dizer que a relação de identidade entre os grupos negros e o Mercado Público, originada nos oitocentos ainda é perene nos dias atuais quando se adentra nos primeiros anos do século XXI. O conhecido quadrilátero amarelo que marca a paisagem do centro da cidade é, nesse sentido, ele mesmo, parte da ação social de religiosos e ativistas negros, por meio das significações que aquela construção confere às mobilizações e celebrações leigas e religiosas que dizem respeito à etnia negra na cidade.

1.3 Artefato e memória: as propriedades dos objetos

O prédio apontado, enquanto unidade material de longa permanência no tempo carrega consigo a propriedade de trabalhar a memória dos grupos sociais estudados e de selecionar um recorte do passado. Este passado evocado pelo prédio do Mercado Público é uma das qualificações dos objetos. Menezes (1998) destaca o papel central que possuem os objetos materiais (Mercado Público) nos processos de rememoração, processo esse que é tanto de palavras quanto de coisas. A exterioridade, a concretude, em suma, a natureza física dos objetos materiais acabam por trazer marcas específicas à memória dos grupos. Menezes (op. cit.) com acuidade alerta que:

Basta lembrar que a simples durabilidade do artefato, que em princípio costuma ultrapassar a vida de seus produtores e usuários originais, já o torna apto a expressar o passado de forma profunda e sensorialmente convincente (MENEZES, 1998. P. 92)

A questão aqui colocada é que encarar o Mercado Público como um objeto, é uma forma de pensá-lo como um documento, ou seja, como suporte material com capacidade de fornecer informações. No entanto, deve-se estar atento ao fato de que estes documentos materiais também podem mudar e sofrer transformações ao longo do tempo, passando a ter os objetos mesmos, também uma trajetória. No sentido apontado, é preciso que se examine a influência do objeto/mercado para os grupos pesquisados em situação, ou melhor, levando em consideração a conjuntura e o efeito que as transformações sofridas pela unidade material causam nas significações auferidas pelos grupos estudados.

A capacidade do prédio de fornecer informações na qualidade de documento foi um dos aspectos mais valorizados pelo grupo de técnicos que participaram do processo de restauração do Mercado Público. Por esse motivo é importante chamar a atenção do leitor, para que possa deter-se de forma mais atenta aos capítulos a seguir,

sobre os seguintes aspectos até aqui trabalhados: o pátio interior de que era dotado o Mercado Público de acordo com a planta original do século XIX; a colocação de bancas de ferro em 1912. A informação de que o desenho da planta original mostrava o interior do edifício contendo uma arcada sustentada por pilastras passa ser fundamental para o entendimento do projeto de restauração crítica realizado no Mercado Público e para a percepção de patrimônio auferida pela Equipe Técnica de Restauro, estudada no capítulo dois.



Foto 4. Incêndio de 1912 que destruiu as bancas de madeira. Observa-se o cruzamento central do pátio interno, a divisão em quatro quadrantes e os arcos que configuram a construção.
Imagem: Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo. Fotógrafo desconhecido

Por este caminho o processo de restauração empreendido pela administração municipal de Porto Alegre, por meio da nomeação de uma Equipe Técnica de Restauro, que atuou nas dependências da edificação de cento e quarenta e um anos analisada, de 1992 a 1997 significou uma mudança profunda que marcou a trajetória do mercado/objeto.

Voltar o olhar para enxergar o Mercado Público como objeto museológico, não pode ser pensado de nenhuma maneira como uma tentativa de restituição ou de recomposição da forma original do objeto, antes deve ser destacada que é preciso entender a capacidade de interação social do objeto com os sujeitos que deste retiram as significações para o seu fazer cultural.

Reitera-se nesta pesquisa, que o objetivo da mesma não é focar o objeto como intento principal da análise, mas antes, trabalhar com o sentido de interação que ocorre entre os objetos e os sujeitos. Por esse mecanismo os objetos podem tornar-se elementos de comunicação da visão de mundo e da identidade dos sujeitos sociais.

A propriedade de se constituir numa expressão sensorial do passado torna o objeto (mercado público) um suporte de informações que permite várias camadas de leitura. O exame mais detido daquele prédio mostra que a partir dele podem ser visualizadas técnicas construtivas, conceitos arquitetônicos, desejos políticos e outros fatores que originaram sua produção. Também na estrutura de construção que abriga as funções de mercado de abastecimento, estão inscritas mentalidades (FREIRE, 1997) e formas de apreensão de significados atualizados socialmente.

O centro de abastecimento alimentar alvo desta pesquisa, por outro lado, quando pensado apenas por sua exterioridade e materialidade, e ainda pela localização geográfica que ocupa no espaço do centro da cidade, pode ser lido como um elemento balizador de um sistema de referências da organização do espaço urbano.

Às características acima de unidades de referência para a leitura legível do espaço urbano, Lynch (1977) atribui a sua definição de marco visível, quando diz:

Se for identificável de perto e de longe, enquanto nos deslocamos rápida ou lentamente, de dia ou de noite, tornar-se-á uma **referência estável** (grifo meu) para a percepção do mundo urbano, complexo e em permanente transformação. (LYNCH, 1977. p. 112)

A força da imagem deste marco visível tem implicações como referência da organização do espaço para os sujeitos/informantes desta pesquisa, na medida em que, como será mostrado nos capítulos seguintes, solicitou-se aos mesmos esboços da área central da cidade onde pudessem ser marcados pontos importantes para os grupos envolvidos na pesquisa a partir da concepção de patrimônio postulado por eles, extraídas da base da relação patrimonial estabelecida entre os sujeitos e o Mercado Público/objeto.

No entanto, a relação entre sujeitos e objetos existentes no centro da cidade, compreendidos como o cenário que propicia tal encontro, ganha sentido a partir do entendimento do conceito de patrimônio ambiental urbano, que pensa a realidade urbana em três dimensões: a) na sua condição de artefato; b) como campo de forças sociais e c) como agregado de representações simbólicas. Este conceito definido por Arantes (2008)

é a mesma visão que Menezes (2006) possui das cidades na relação com seu patrimônio, que ele vai chamar de cidade como bem cultural.

A importância dessas contribuições está no fato de que a tradição preservacionista tem sido maciçamente construída a partir de monumentos de “pedra e cal”, centrada no objeto, na edificação em si. Essa perspectiva estende a questão patrimonial para as cidades no seu todo. Este pensamento induz a prática patrimonial a se voltar para os aspectos intangíveis (estéticos, históricos, simbólicos) dos bens formadores da paisagem urbana. Assim, a noção de patrimônio é revestida de uma dimensão social que ressalta os sentidos de lugar que nutrem a experiência de habitar as cidades e o constante refazer das identidades no espaço urbano.

Por esse caminho o Mercado é compreendido como artefato (história, materialidade, técnica arquitetônica) de forma nenhuma isolado, mas compondo o conjunto da cidade, possuindo, no entanto, sentido de lugar porque é compreendido na sua totalidade, considerando seus aspectos intangíveis. É parte da dinâmica das forças sociais: primeiro pela luta pela sua preservação. Depois, pelo conflito tácito entre produtores e usuários do espaço (RONCAYOLLO, 1988), na disputa pela imposição de suas representações e por fim, pela tensão latente entre a produção social de atribuição de valores dos grupos que freqüentam aquele prédio e o reconhecimento social conferido pelo poder público, que, no entanto, têm outras normas para atribuir valor patrimonial aquelas práticas sociais (ARANTES, 2008). O mercado também é um laboratório para o estudo do agregado de representações simbólicas sobre a cidade que produzem os grupos sociais alvo deste estudo.

A compreensão da cidade como patrimônio ambiental urbano (Arantes, 2008 & Menezes, 2006) nos leva a pensar na possibilidade de entender este espaço (cidade como artefato) como uma espécie de cenário com capacidade de abrigar uma coleção de monumentos, tanto históricos, por serem escolhidos como fonte de representação de grupos sociais, fatos históricos e desenho estético, como apenas monumento na função primordial de rememoração, nesse caso, como estruturas vivenciadas por grupos sociais aliados do processo de representação social (CHOAY, 2001).

Tal compreensão da cidade como um espaço musealizado que abriga uma coleção de objetos – edificações, espaços públicos, traçados de ruas – intencionalmente preservados como lugares de memória, ao mesmo tempo oferece possibilidades de leitura e interpretação daquela coleção exposta no cenário urbano, que escapa às

intenções dos grupos sociais com força para escolherem objetos que segundo sua ótica, representa a memória da comunidade.

Desta forma, deve ser entendido o cenário onde ocorre a relação patrimonial como um espaço que contempla um conjunto organizado de objetos, e o Mercado Público como um destes artefatos, mas que ao mesmo tempo, é uma das unidades materiais mais significativas do centro da capital.

O velho centro de compras se reveste em uma das peças com maior significado para a composição deste cenário, pela capacidade que possui de incorporar às manifestações culturais e políticas dos sujeitos que com o prédio interagem, as significações atribuídas pelos mesmos ao edifício em questão.

Feitas as considerações ao cenário e ao objeto, é que se passará, nos próximos capítulos, a enxergar o papel dos sujeitos sociais como o terceiro elemento que completa o triângulo da relação patrimonial

2. Os produtores do espaço

O trabalho de restauração no Mercado Público central de Porto Alegre, realizado entre os anos de 1990 e 1997 deixou marcas profundas tanto na configuração do espaço interior como na visualidade exterior desta conhecida edificação no centro da cidade.

As marcas da mudança não ficaram apenas materializadas no prédio do mercado, mas aquela experiência de restauração se afirmou como um divisor de águas na prática profissional dos componentes da Equipe Técnica de Restauo designada para aquela intervenção, e ainda influenciou a metodologia e os conceitos de restauração aplicados em trabalhos de preservação posteriores por parte do poder público municipal.

É preciso salientar que o Mercado Público central de Porto Alegre é propriedade da prefeitura municipal da cidade que é em última instância, a entidade pública responsável pela preservação da edificação e, por conseguinte, pela delegação dada à equipe técnica, que trataremos neste capítulo, para realizar o projeto e as obras de restauração, além da redação das normas de ocupação do espaço pelas bancas de vendas e, para as normatizações referentes às reformas e adaptações para os pontos de vendas poderem exercer sua função comercial.

Esta equipe de trabalho contou ao longo dos anos em que atuou com seis arquitetos, sendo um deles consultor externo em restauração, dois historiadores, um sociólogo e um economista especialista em abastecimento. Do ponto de vista organizacional, se faz necessário esclarecer que o técnico especialista em abastecimento, em 1990 assumiu o comando da Secretaria Municipal da Indústria e Comércio (SMIC) da capital. Por este fato, o mesmo passou a comandar a coordenação geral do processo de restauração do mercado central, reforçando o caráter político da importância daquela intervenção, e a Equipe Técnica de Restauo pode contar para as obras em si, com um coordenador e um vice-coordenador. Além destes profissionais, foi necessário o trabalho de consultores engenheiros e economista, que realizaram tarefas específicas previstas no escopo do projeto.

O número de profissionais desta equipe não foi o mesmo do começo ao fim dos trabalhos de restauração. Durante o processo de intervenção no Mercado Público, dois arquitetos, um historiador e o sociólogo, deixaram o Projeto. Um dos arquitetos por

divergências com a equipe e os demais profissionais por motivos pessoais e profissionais como a assunção de outras funções em suas secretarias municipais.

A restauração do Mercado Público já havia sido anunciada como compromisso na campanha política para prefeito municipal de Porto Alegre em 1989, ano em que assumiu o posto de administrador da capital Olívio Dutra (PT).

Antes, em 1984 a Secretaria de Obras e Viação (SMOV), responsável na época pelos prédios municipais havia realizado projetos de reformas pontuais e organizado um seminário para debater sobre soluções relacionadas à situação calamitosa em que se encontrava o edifício que abriga o Mercado Público central.

Dando prosseguimento ao compromisso político da nova administração municipal, em 1989 a Secretaria de Planejamento Municipal (SPM), que naquele momento tinha a responsabilidade sobre a concessão de licenciamentos para obras em prédios tombados como patrimônio histórico do município, designa um arquiteto para realizar estudos sobre uma restauração a vir a ser realizada no mercado.

Para cumprir o objetivo de estudar soluções visando a uma provável restauração da edificação, o profissional de arquitetura designado pela SPM e outro arquiteto representando a SMOV passam a ocupar uma sala nas dependências do mercado e iniciam estudos preliminares de âmbito cadastral visando um futuro trabalho de restauração.

No ano vindouro 1990, a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (SMIC), que organizava o comércio no Mercado Público forma uma comissão para a restauração daquela edificação tombada como patrimônio histórico do município, integrada pelas seguintes secretarias municipais: SMIC, SMOV, SPM e Secretaria Municipal da Cultura (SMC).

Ao mesmo tempo a SMIC reforça o trabalho de convencimento dos permissionários das bancas daquele centro de abastecimento, sobre a importância da restauração das dependências do mercado. Este esforço político é assumido como tarefa pessoal pelo então Secretário de Indústria e Comércio, que pouco mais tarde fará a coordenação geral do processo de restauração.

A partir da comissão já referida, se forma a Equipe Técnica de Restauo, formada pelos dois arquitetos da SMOV e SPM, que já estavam realizando estudos sobre o prédio, o Secretário de Indústria e Comércio, na condição de economista especialista em abastecimento e coordenador geral do processo de restauração, um arquiteto vindo da Secretaria Municipal de Educação (SMED), cedido a SMIC para os

trabalhos de restauração, um historiador e um sociólogo da SMC. Em 1991 a Equipe é completada com a chegada de um arquiteto cedido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com a missão de coordenar os trabalhos de projeto de restauração. Naquele mesmo ano para suprir a falta de um especialista em restauração em edificações neoclássicas, é contratado outro arquiteto com formação requerida na tipologia citada na condição de consultor externo.

Para entender a atuação do grupo de especialistas que influenciou e executou o restauro do Mercado Público no período de 1990 a 1997 são necessários subsídios de Roncayolo (1988) que procede a uma divisão que distingue os atuadores do espaço urbano em produtores e em usuários deste espaço.

O mesmo vê como produtores aqueles que exercem algum poder social com capacidade de criar certa quantidade de regras ou atores sociais cujas decisões ou efeito de suas ações se manifestam em regras que atingem os usuários do espaço.

O escopo de atuação destes produtores, aqui analisados, é a princípio o prédio que guarda o Mercado Público central de Porto Alegre. Essa afirmação, no entanto, deve ser entendida com a devida cautela. Embora o trabalho da Equipe de Restauro, que concentra a maioria de seus componentes na área de arquitetura, estivesse focado em soluções para a edificação tombada como patrimônio histórico dos porto-alegrenses, o Mercado Público, que manteve a sua função original de centro de abastecimento da população, de comércio no setor de alimentação, mostrou-se, sobretudo um espaço social complexo.

O projeto de restauração foi sendo desenvolvido ao longo da atuação da Equipe nas dependências daquele centro de abastecimento. Os anos de 1990 a 1992 foram dedicados às soluções de restauro no nível de projeto. Durante todo o trabalho de restauração (1990 a 1997), a Equipe se manteve instalada no prédio que foi alvo de seu trabalho.

Essa convivência com o objeto a ser restaurado revelou aos profissionais da Equipe Técnica uma gama insuspeita de atuadores do espaço urbano, que na condição de usuários do Mercado Público, com o mesmo mantinham relações sociais diferenciadas.

O grupo de usuários do espaço que manteve, no entanto, uma relação objetiva com os membros da equipe técnica foi o dos permissionários dos estabelecimentos e bancas comerciais, auto denominados “mercadeiros”.

A interação, todavia, dos diversos grupos de usuários com ambientes físicos ou funções diferenciadas do mercado influenciou diretamente no projeto de restauração, gerando pontos de divergências e conflitos internos na equipe técnica. Essas divergências se manifestaram em conceitos diferenciados de restauração e de patrimônio.

Para apreender a situação descrita acima, este capítulo irá deter-se na análise do papel da Equipe Técnica de Restauo no processo de restauração do Mercado Público Central. Esta equipe será abordada como ferramenta de análise no rol de produtores do espaço (Roncayolo, op. cit.).

O trabalho está estruturado em entrevistas, em número de três, com técnicos de áreas diferentes.

Por ser relevante, e ao mesmo tempo interessante, o diálogo com outras fontes de pesquisa que dão voz ao grupo de técnicos e políticos influentes no processo de restauração do Mercado Público, será utilizado uma entrevista concedida pelo Secretário da Indústria e Comércio do município de Porto Alegre, no período da restauração da edificação estudada, à pesquisadora Marlise Giovanaz, como parte do projeto de publicação dos “Cadernos de Restauo do Mercado” da Secretaria Municipal da Cultura. A razão de trazer à luz dados da entrevista citada é o fato de ter sido marcante (para os técnicos entrevistados) o papel desempenhado por este ator social nas definições do processo de restauo do prédio. Alerta-se, para fins de esclarecimento ao leitor, que a morte prematura do ator social referido impediu a colheita de seu depoimento.

Além das entrevistas foi utilizado como fonte de pesquisa o Caderno de Obras do Mercado Público Central, conjunto de normas, produzidas pela Equipe Técnica de Restauo, contendo instruções para obras de reformas e instalação de pontos de vendas. Acompanham este caderno três anexos: Anexo 1 Referente às Lojas Térreas; Anexo 2 Referente aos Bares e Anexo 3 Referente às Lojas do 2º Pavimento.

A base teórica que organiza, tanto este como os demais capítulos, é o conceito de relação patrimonial. No caso aqui estudado o capítulo se ocupa da análise da Equipe

Técnica de Restauro (produtores do espaço) no papel de sujeito social que interage com o Mercado Público, ao mesmo tempo em que este próprio municipal é encarado na condição de objeto.

Assim a organização das entrevistas procura captar o momento onde estes profissionais se colocam como usuários do espaço, que em geral é quando falam das lembranças que guardam daquele prédio quando o freqüentavam na juventude ou com a família e num segundo momento, já como produtores do espaço, quando estabelecem uma relação especial com aquela edificação, onde a mesma passa a ser objeto de intervenção.

Entende-se que a relação entre o sujeito/conhecedor e o objeto é uma espécie de via de mão dupla, que modifica a percepção do sujeito sobre o objeto e, ao mesmo tempo modifica o objeto, que passa a adquirir novo sentido para o grupo que o valora como patrimônio. Essa relação se estabelece por meio de uma linguagem não verbal – a linguagem dos objetos- que possibilita a compreensão imediata e direta de uma informação e sua mais longa permanência na memória.

Nesse sentido, pode-se pensar que elementos materiais que estruturam a edificação que foi restaurada são capazes de fornecer informações importantes que não necessariamente emergiriam em entrevistas, por estarem alicerçados em uma linguagem não verbal, ao contrário da locução das enquetes gravadas.

Visando compreender parte da comunicação direta entre o sujeito e o objeto, ou melhor, entre os profissionais da equipe de restauro e o mercado, objeto de intervenção, recorreu-se à utilização de mapas mentais (LYNCH, 1997), onde os entrevistados foram convidados a desenhar elementos que consideravam os mais importantes no Mercado Público.

Foi solicitado aos informantes ainda, o esboço de elementos materiais e espaços públicos na zona central da capital, como forma de entender a percepção que estes técnicos possuem de existência de outros objetos patrimoniais no cenário onde está inserido o mercado/objeto.

Sobre a argumentação acima, mostraremos no decorrer da proposta alguns exemplos, onde a expressão do grupo de técnicos do patrimônio será evidenciada no destaque que dão a recuperação da planta original do Mercado, onde aparecia com força a visualização das arcadas do prédio, a recuperação da forma primitiva dos

quadriláteros com o centro da edificação tornando a fazer parte da paisagem atual daquele edifício.

Na análise das entrevistas a seguir serão mostradas as falas dos técnicos no momento em que eram atuadores do espaço urbano na condição de usuários, antes de exercerem a atividade profissional que os levou a participar do processo de restauração. No decorrer do procedimento de análise o foco se fixa na condição de produtores do espaço urbano e a relação estabelecida com o mercado enquanto objeto de intervenção.

A partir do emprego do método anunciado, as páginas a seguir irão querer demonstrar que a relação patrimonial construída entre estes técnicos e o mercado enquanto objeto pleno de significações trouxe mudanças significativas para a prática profissional daqueles e o entendimento ampliado que irão passar a ter sobre patrimônio.

As narrativas extraídas das entrevistas serão confrontadas com a documentação já assinalada no correr deste capítulo e com os mapas mentais desenhados pelos depoentes.

Para o técnico 1 sua relação enquanto atuador do espaço na condição de usuário se relaciona com a sua infância:

Eu sou um porto-alegrense, nasci aqui, meus pais nasceram aqui meus avôs nasceram aqui, existe uma relação de identidade até familiar, meu avô morava no centro e como era representante comercial ia ao correio, tinha uma caixa postal, e todo dia passava no mercado que abastecia a cidade. Quando eu tava no colégio a gente ia ao mercado tomar salada de frutas, minha mãe pedia para buscar coisas que só tinha no mercado, era o centro de abastecimento da cidade.

O profissional entrevistado identifica não apenas o prédio como uma das marcas da identidade de ser porto-alegrense, e ainda sublinha o fato de o mercado estar no centro, ou melhor, ser uma referência da zona central. Destaca a função de abastecimento como aspecto importante da vida do mercado e da cidade. A relação que o mesmo define como familiar com o mercado começa a ser construída no início da década de 1960, na infância e se estende até fim da década de 1970, período da adolescência.

Deve-se levar em conta que a narrativa desses profissionais é indissociável da experiência adquirida ao longo do trabalho no Mercado Público, sendo suas lembranças constantemente atualizadas por fatos que aconteceram quando fez parte da equipe de restauro neste texto analisada.

Nesse sentido, o informante vai associar a relação de sua família com os espaços e a vivência no mercado enquanto consumidores, com uma história a ele relatada por uma historiadora da equipe de restauração, de que havia descoberto que seu bisavô, que era engenheiro, teve por um breve período um escritório no segundo piso do mercado. Este fato da vida de seu bisavô era desconhecido pelo informante. Esta informação que o mesmo relata na entrevista reforça a relação que o mesmo entende como familiar com aquele espaço de compras. O destaque para a função de centro de abastecimento, como será visto depois, aparece no seu trabalho para a criação de um projeto de restauração que ele pensa adequado para o velho mercado.

Para o técnico 2 as lembranças que traz sobre o Mercado Público na infância e na adolescência, não possuem o mesmo peso dado pelo profissional anterior, no entanto, como veremos a seguir, o fato de não ter nascido em Porto Alegre, reforça a idéia de que o mercado era visto como um dos ícones da identidade de ser porto-alegrense. Relata o informante:

Desde criança não me lembro de ter uma relação com o mercado muito estreita, não sou de Porto Alegre (grifo meu), vinha com minha mãe com sete anos, era uma relação de passagem, vinha ao médico, passear, comia sorvete na banca 40, mas não era lugar que normalmente a família viesse. A mãe vinha às vezes fazer compras, legumes, chás, mas não tive uma relação nessa época estreita com o mercado.

Continua a entrevista, ressaltando que o seu interesse por aquela edificação do século XIX, se dá de forma profissional. O mercado, nesse sentido, é visto naquele momento, como monumento histórico.

Minha relação com o mercado começou um pouco antes de vir trabalhar no projeto de restauração, por conta de ter interesse de trabalhar na área de patrimônio. Fui para SPM e a gente dividiu o trabalho, porque a equipe era pequena. Fazia análise de obras patrimoniais, isso lá no início do governo Olivio Dutra (1989-92). Eram a Usina do Gasômetro, o anexo do teatro São Pedro e o Mercado. As colegas apostavam menos no mercado e como eu era

a mais nova fiquei com o mercado, que era muito complicado por causa dos permissionários.

A fala deste depoente chama a atenção para o conceito de patrimônio colocado em pauta. Ao colocar em ênfase como patrimônio a Usina do Gasômetro, o Teatro São Pedro (o prédio anexo) e o Mercado Público, o interesse recai sobremaneira nos prédios destas instituições em detrimento das relações sociais complexas que ocorrem em suas dependências. Pode-se ler sobre o mercado “era muito complicado por causa dos permissionários” que os arquitetos daquele setor da SPM, viam com dificuldade a idéia de que patrimônio histórico pode contemplar uma diversidade de olhares e, principalmente, que patrimônio pode ser vivido no tempo presente, mais do que representação do passado.

A compreensão de ser o Mercado Público um monumento histórico está colocada com força na introdução do Caderno de Obras. Note-se que o documento mencionado é direcionado em especial aos permissionários ou mercadeiros. Nesse sentido, reflete o olhar da Equipe de Restauro sobre o processo de restauração da edificação, ao mesmo tempo em que os mercadeiros, com voz passiva são alertados sobre a importância de ser o seu local de trabalho um monumento histórico:

O Mercado Público de Porto Alegre é um Bem Cultural, tombado como Patrimônio Histórico do Município em 21 de dezembro de 1979, com base na Lei Municipal n.º 4317 de 16 de novembro de 1977.

Por este motivo e em reconhecimento às suas características arquitetônicas peculiares e à sua importância como centro de abastecimento alimentar da cidade, a Administração Municipal desenvolveu e executou, entre os anos de 1990 e 1997, o Projeto de Restauração do Mercado Público.

Embora a Equipe Técnica de Restauro, na sua relação de trabalho cotidiano no Mercado Público, vá percebendo a diversidade de interpretações e usos diferenciados que fazem daquele prédio diversos usuários do espaço urbano, além dos mercadeiros, a concepção de monumento histórico enquanto apenas estrutura material do passado dotado de significados políticos, estéticos ou históricos permanece apontando para o norte do projeto de restauração a ser efetuado no mercado.

Existe na trajetória desta Equipe uma divergência de olhares sobre a concepção de monumento histórico entre as formações profissionais que compõem aquela equipe.

A esse respeito comenta o técnico 3:

Entrei para a Equipe em 1991 substituindo O Colega sociólogo, que saiu para assumir outra função na SMC. Aí ficamos em dois historiadores. Um que já estava desde o início do trabalho representando a Equipe do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural (EPHAC) e eu pela Assessoria de Pesquisas (ASSESPE). Naquela época havia uma disputa de espaços, assentos pela SMC junto às demais secretarias da prefeitura nos trabalhos de restauração. Havia conflitos na dinâmica da equipe de restauração, havia cinco arquitetos e dois historiadores, era uma hegemonia do olhar especializado. (...) Antes de me apresentar à Equipe procurei um arquiteto que tinha trabalhado no mercado e saiu por divergências com os demais colegas, disse que tentou trazer a memória do negro para o projeto e não foi bem acolhido.

A existência de tendências teóricas diferenciadas na equipe técnica de restauração é manifestada na palavra do gestor do processo de restauração, no papel que exercia de agente político, na condição formal que detinha de Secretário Municipal de Indústria e Comércio:

Havia internamente na Equipe algumas diferenças teóricas. A restauração para alguns era algo em que a flexibilidade de adequação era muito pequena. Isto tornava difícil e mesmo contraditório trabalhar a restauração, já que o prédio estava muito modificado na parte inferior. (Entrevista concedida a Marlise Giovanaz, 2006)

Existiam enfoques diferenciados mesmo sobre o papel que deveria exercer o profissional de história na construção do projeto. Nesse sentido, aponta o técnico 3 :

O espaço da história (grifo meu) já era ocupado pelo historiador que estava desde o início dos trabalhos, que era o de buscar dados que pautassem os projetos arquitetônicos, a história naquele caso, era um ofício subsidiário da arquitetura, então eu precisava achar um caminho, relacionado à pesquisa histórica, que contribuísse para a restauração, porque o enfoque pontual, positivista já existia.

A necessidade da pesquisa, no entanto, é vista como fundamental pela equipe técnica que procedia ao projeto de restauração. Mais do que um fundamento de um projeto daquela magnitude, a constituição de uma equipe multidisciplinar e a utilização de pesquisas de outras áreas do conhecimento além do arquitetônico, é vista pelos integrantes da equipe, como inovação nesse tipo de trabalho na área do patrimônio em Porto Alegre, por estarem alicerçadas pela primeira vez na cidade, nos ditames das

cartas patrimoniais de Atenas (1934) e na carta de Veneza de 1968. A esse respeito comenta o técnico 2:

A restauração do mercado foi o projeto que mais contribuiu para uma nova visão sobre o que é um projeto de restauração e para inovações em Porto Alegre, pela primeira vez se aplicou as normas das cartas de restauro, projeto-se conforme os cânones que já existiam para restauração. A complexidade era enorme e foi preciso se lançar mão de uma série de pesquisas para errar o menos possível. O norte era não intervir sem o máximo que se pudesse saber sobre o monumento. Abriu-se para questões sociais e antropológicas que nunca havia antes se levado em consideração do ponto de vista técnico. Tudo era novidade e tudo era interessante.

Percebe-se que a apropriação simbólica do prédio em processo de restauração, por grupos de usuários no tempo presente (FREIRE, 1997) vai paulatinamente entrando na pauta de discussões da equipe. Embora no início da formação da mesma já se sabia que seria uma efetuada uma intervenção de grande envergadura, não se tinha uma idéia precisa da extensão desse procedimento.

O Projeto de restauração foi sendo desenhado enquanto surgiam dados novos revelados pelas pesquisas. É fato recorrente nas entrevistas, que a riqueza, e ao mesmo tempo a dificuldade no processo decisório da equipe de restauro, era oriunda da origem diversa de experiências e áreas de saber científico da mesma. Não havia unidade de posicionamentos e muito menos unanimidade nas decisões. Essas eram construídas por consenso da maioria.

Outro fator recorrente ao longo das entrevistas com os técnicos é a dificuldade de relacionamento com os mercadeiros. Era consenso entre os dois grupos a necessidade de restauração do prédio que abriga o mercado. No entanto, o grupo de técnicos alegava sempre que aqueles usuários do espaço apresentavam necessidades que eram impossíveis de serem cumpridas por não compreenderem que aquela edificação era tombada e, portanto, patrimônio histórico da cidade.

No entanto, pode-se pensar que as divergências com os mercadeiros iam muito além dos interesses comerciais dos últimos. As leituras das entrevistas e do Caderno de Obras sugerem a importância dada pelos técnicos para a distribuição das bancas de vendas em quatro quadrantes seguindo a recuperação do desenho original do prédio. Para os comerciantes, por outro lado, o conceito de patrimônio não estava marcado pela recuperação do espaço interno original. Antes dos procedimentos de restauração

promovidos pela equipe técnica os permissionários estavam distribuídos espacialmente de outra forma, e a leitura que faziam do mercado enquanto patrimônio da cidade era a mesma que fazem ainda hoje, independentemente da realocação que sofreram para se aproximarem da planta original da segunda metade do século XIX, acrescidas das modificações no desenho das bancas em 1912 tão caras ao grupo de técnicos. Para os mercadeiros o mercado é patrimônio porque é lá que constroem no dia-a-dia as memórias sobre o tipo de trabalho que lhes confere identidade de grupo.

Outros usuários do espaço que mantinham uma relação simbólica com o mercado foram elementos importantes para o desenvolvimento da relação patrimonial entre os técnicos e o Mercado Público, pensado como objeto museológico.

A questão era: Com a descoberta, por meio de pesquisas, de diferentes “vivenciadores” do mercado que mantinham uma relação simbólica ou econômica com determinadas áreas do prédio, como produzir um espaço, por meio de um projeto de restauração, que mantenha a riqueza de usos e funções daquele bem patrimonial?

Responder a essa questão implicou, pelo menos para a maior parte dos membros da equipe técnica, em uma nova percepção sobre o que venha a ser patrimônio histórico. A resposta trouxe consigo ainda um novo padrão de intervenção, no que diz respeito a projetos de restauração, em bens materiais de interesse patrimonial na cidade.

As respostas à questão acima como não poderiam deixar de ser em uma equipe de origem tão diversa, não foram unívocas e se manifestaram sempre em um timbre agudo, reflexo de um tensionamento das vozes daqueles produtores do espaço que desenharam um projeto de restauração para o Mercado Público.

É importante mostrar que as respostas de projeto para a restauração daquele bem patrimonial eram de interesse da população da cidade. A mídia, no período repercutia, não apenas os projetos para as obras que viriam, mas a visibilidade que as pesquisas davam aos grupos de pais de santo que cultuavam o orixá Bará no interior do mercado. Como relata o técnico 3: “ se ouvia falar no Bará, mas não havia nenhuma informação escrita, sistematizada”.

O papel da divulgação para a população sobre a riqueza da relação que grupos sociais mantinham com o mercado no tempo presente coube, principalmente, ao então Secretário de Indústria e Comércio, e coordenador geral do processo de restauração da edificação.

Sobre a influência que o ex-secretário exerceu nos rumos do projeto de restauração, será tratada adiante. Neste momento cabe um breve relato sobre o papel da pesquisa naquele trabalho.

Existia, conforme aparece nas entrevistas, a preocupação por parte principalmente dos profissionais da SMC, com a possibilidade de ser implantado um projeto de restauração que apenas contemplasse o prédio enquanto unidade material, deixando em segundo plano a riqueza de relações sociais estabelecidas no mercado.

Para tanto, o membro da equipe, sociólogo, e logo a seguir o segundo historiador designado pela Secretaria de Cultura, para compor a equipe de restauração, implantam a pesquisa denominada “As Sociabilidades no Mercado Público”. Sob este título estavam dois projetos de pesquisa, um que se preocupava em mapear os grupos sociais que mantinham relações econômicas e sociais diferenciadas com os estabelecimentos comerciais do Mercado Público, sendo o perfil destes pontos comerciais submetidos a critérios econômicos (para os frequentadores) e agrupados por fachadas.

Essa pesquisa chamada “Os frequentadores do Mercado”, revelou o seguinte perfil de consumidores: os grupos que frequentavam os estabelecimentos comerciais na fachada da Praça Parobé possuíam baixo poder aquisitivo, aquela fachada apresentava ainda sinais de violência e de prostituição; a fachada de frente para a Avenida Mauá, por outro lado, apresentava um perfil de consumidores pobres, em geral trabalhadores da construção civil que naquela zona do mercado realizavam contatos de trabalho, configurando uma espécie de bolsa laboral informal. A fachada do prédio que dava a frente para a Avenida Borges de Medeiros é caracterizada por possuir um bom número de restaurantes que eram frequentados por bancários e funcionários públicos estaduais e municipais, na sua maioria. Por fim a fachada que tem entrada pelo Largo Glênio Peres era marcada pela frequência de transeuntes, se caracterizando como um local de passagem.

A outra linha de pesquisa era o “Bará do Mercado”, onde o método empregado foi a coleta de dezesseis entrevistas com sacerdotes e simpatizantes das religiões de origem afro-brasileira com o objetivo de informar como esse grupo se relacionava com o espaço do centro do mercado.

As investigações citadas apontaram que as pessoas ou grupos sociais ouvidos nas enquetes se relacionavam com setores ou áreas físicas da edificação mais do que com o mercado na sua totalidade.

A novidade, do ponto de vista de estas pesquisas serem dirigidas para informar um trabalho técnico de restauração, é que as mesmas apresentavam um problema de pesquisa que era a questão: Quais são as relações que as pessoas mantêm com o espaço? Ou seja, as questões relacionadas à interpretação do espaço devem ser tratadas como um problema histórico. Diz a esse respeito o técnico 3:

O mercado foi para mim um divisor de águas, não tinha eu enfrentado um trabalho com aquelas características, e os arquitetos não tinham experiência em trabalhar com história (o técnico 2 relatou que se usou pela primeira vez as cartas patrimoniais, que citam a utilização da pesquisa histórica – Nota do Autor). E as informações que procuravam eram apenas as que subsidiassem seu trabalho. Lembro que quando apresentei a pesquisa sobre o Bará, um dos arquitetos me disse: “seu trabalho é interessante, mas não serve para nada”. Era difícil para alguns pensar a relação das pessoas com o lugar.

As entrevistas chamam a atenção para o fato de que todas as questões que apareciam nas pesquisas, bem como problemas vários que surgissem eram sempre muito discutidos no interior da equipe de restauro. A esse respeito as falas dos depoentes destacam alguns pontos no decorrer do processo que são importantes para entender a dinâmica dos entendimentos diferenciados sobre determinadas decisões de projeto, como será visto no correr do texto.

Primeiro se torna necessário, para a compreensão do projeto de restauração, o relato sucinto dos aportes da pesquisa histórica pela Equipe Técnica.

O Mercado Público foi construído entre 1864 e 1869 a partir do projeto do arquiteto Friederich Heydtmann elaborado entre 1861 e 1863. Sua construção original, erguida sobre uma área aterrada do Lago Guaíba, era um quadrilátero de um piso conformado por quatro torreões. Possuía um pátio interno com árvores que permitia a circulação de carroças e mercadorias.

Após um incêndio que destruiu a maior parte das bancas de vendas, em 1912 foram erguidas novas bancas em ferro importado da Europa formando quatro quadrantes bem definidos, ao mesmo tempo foi construído um segundo pavimento com

salas comerciais visando suprir a deficiência de espaços para escritórios de profissionais liberais e de empresas.

Entre as décadas de 1930 e 1940 com o processo de verticalização da zona central da capital, a necessidade de o Mercado abrigar escritórios deixa de existir. Aproximadamente a partir da década de 1960, todo o espaço inferior que compreende o pátio central do desenho original, vai ser ocupado por bancas comerciais. O centro do mercado passa a abrigar uma banca denominada de banca central. O telhado de zinco sobre o pavimento inferior, construído ao longo desse processo, isola as funções comerciais na parte de baixo das que são exercidas no andar superior.

Ao mesmo tempo, as salas do segundo pavimento passam a ser ocupadas por serviços de utilidade pública diversa e por escritórios de sindicatos e de organizações da sociedade civil que tinham por objetivo reivindicações sociais.

O importante neste levantamento histórico é que o mesmo fornece aos membros da equipe técnica a convicção de que a edificação que abriga o Mercado Público, embora conserve exteriormente suas características arquitetônicas originais, havia perdido no seu interior a capacidade de leitura da planta original.

As modificações ao longo do tempo foram tão impactantes, que o prédio havia perdido elementos como a integração entre o primeiro e o segundo pavimentos e a de que o primeiro pavimento era um pátio interno.

Outra conclusão a que a investigação histórica conduziu foi a de que o pavimento superior do Mercado Público, nunca havia tido a função de venda de produtos, ou seja, nunca havia sido um mercado.

Essas informações são relevantes para que se possa entender - de acordo com os argumentos deste trabalho - de que foi estabelecida uma relação patrimonial entre o grupo de produtores do espaço que realizou a restauração do Mercado Público e o prédio em questão, e que esta relação por ser informacional, produziu mudanças nos dois elos da relação – algumas decisões de projeto que apareceram nas enquetes com os técnicos e que serão vistas abaixo.

A banca central:

Como já relatado, até a restauração do Mercado Público, uma banca comercial ocupava a área central daquele próprio municipal. O projeto de restauração apresentava

como seu mote a reintegração da arquitetura original do edifício, e ao mesmo tempo queria manter a função comercial de mercado, o que implicava não descaracterizar a forma de relações de vendas, que eram pessoais entre o mercadeiro e o cliente, bem como as apropriações simbólicas e econômicas que outros grupos e pessoas mantinham com o prédio no todo, ou com setores ou partes do mesmo, como foi enfatizado na pesquisa sociológica.

As entrevistas apontam sobre a hipótese de permanência desta banca no local onde estava instalada, por ser considerada por alguns membros da equipe um elemento estrutural já incorporado à paisagem do Mercado Público. No entanto, a recuperação da visualidade do pátio interno projetado no século XIX, era fator constituinte do projeto de restauração levado a cabo pela equipe técnica.

Por outro lado, existia a preocupação, por parte dos técnicos da Equipe, de que a retirada daquele ponto comercial da área central do Mercado Público, poderia ter influência sobre os rituais desenvolvidos pelos sacerdotes de religião de matriz afro-brasileira, justamente realizados no centro do mercado e ao redor da referida banca.

Para o técnico 1 a recuperação do espaço central era uma questão de projeto, assim a banca central era um problema do ponto de vista do espaço: ‘Não parecia, mas o interior era um pátio e o *meião* tinha que estar bem livre’.

O técnico 3, que havia direcionado suas entrevistas com o grupo de sacerdotes para responder às questões da relação da prática religiosa com os espaços do Mercado Público, chegou à conclusão de que:

A questão não era a banca, era o espaço. A banca não tinha relação com a prática religiosa, com o ritual e com as relações do negro. O que importava era o espaço do centro do mercado.

Para parte da Equipe questões como as levantadas pela relação dos pais de santo com a banca central, são questões de produção de espaço e devem ser respondidas no projeto de restauração. A esse respeito comenta o técnico 1:

A relação do projeto (grifo meu) com os pais de santo é boa, houve dificuldades em saber quem seriam os interlocutores, mas se procurou respeitar isso, e eles fizeram o acompanhamento depois na escavação arqueológica no centro. Por uma questão simbólica as redes foram desviadas de passar no centro (grifo meu), respeitando a questão simbólica. O meio é o

espaço deles. Qualquer intervenção se quiser marcar a questão religiosa, deve ser escrito no centro, o projeto deixa livre o centro. É para a circulação.

Porém, as decisões de projeto da Equipe não podem ser compreendidas de forma isolada. Além do olhar político da administração que governava a cidade, trazido pelo Secretário da Indústria e Comércio, pode-se pensar em um processo de circulação de informações em meio à sociedade civil e entre os grupos diretamente envolvidos com a apropriação de espaços do mercado, que retornavam à Equipe e exercia influência em sua forma conduzir o plano de restauração.

O caso da apropriação de espaços do mercado por parte dos religiosos de matriz afro-brasileira, para uma prática ritual bastante desconhecida pela população de Porto Alegre é emblemático da observação acima.

Até os trabalhos de restauração do Mercado Público se iniciarem, a prática de apresentação dos neófitos das religiões de matriz afro-brasileira, por meio de um ritual consagrado a um orixá (Bará), era circunscrita ao grupo de religiosos.

A visibilidade alcançada com projeto de restauração do mercado para este grupo, junto aos demais setores da sociedade, contribuiu para a compreensão de ser o Mercado Público um elemento importante para uma visão positiva da identidade negra na capital.

Este entendimento faz parte das percepções de alguns dos membros da equipe técnica de restauração. Diz o técnico 3:

A divulgação do Bará para a cidade, por meio de entrevistas dadas pelo Secretário, repercutiu. Foi simbolicamente importante para a cultura negra. (...) Lembro que surgiu a idéia, não sei a ordem da idéia, se da equipe ou se foi dos pais de santo, de se fazer uma marcação no mercado relacionado ao Bará. Então o Secretário reuniu os pais de santo no Salão Nobre da Prefeitura, não foi qualquer lugar, era uma coisa importante, para discutir essa idéia, mas não houve consenso por parte dos pais de santo e a marcação acabou não saindo.

A leitura do depoimento acima mostra que as decisões da equipe de restauração possuíam uma dimensão ampliada, muito além dos limites da sala de reuniões dos membros da mesma. Esta equipe deveria ser permeável ao *feedback* da sociedade, ao mesmo tempo em que era influenciada pelo olhar da administração

através da figura do coordenador do processo de restauração e secretário municipal de indústria e comércio.

Em acordo com a análise acima o técnico 2 confirma:

Se não fosse o papel do Secretário, seria outro o projeto, ele entendeu a complexidade do trabalho de intervenção, foi mudando e aceitando as demandas, foi mudando, se adaptando, mudou da visão só técnica, divulgou as descobertas no mercado para a sociedade.

O mesmo informante ressalta em complemento que, realizar as atividades de restauração vivenciando a realidade do mercado foi um marco para a realização do projeto da maneira como foi executado: “Fazer o projeto no mercado com vivência mudou o jeito de intervenção em prédios históricos, a gente saiu do isolamento, tem que fazer com as pessoas.”

Outra decisão importante, destacada nas entrevistas, e que comportava a racionalização econômica do espaço, foi sobre dividir ou não os diferentes gêneros de alimentos e produtos por setores como acontece nos supermercados. A questão posta neste ponto do projeto era como conduzir tal procedimento mantendo a vivacidade das trocas comerciais.

Embora existissem vantagens econômicas de custos menores e facilidades para a orientação de clientes na busca por produtos, e ainda na competição entre as bancas no quesito preço, porque estando lado a lado produtos da mesma categoria de gêneros fica facilitado para o comprador comparar preços, a Equipe de maneira unânime decidiu por um zonamento parcial das linhas de produtos vendidos no mercado. O agrupamento de pontos comerciais ficou restrito às que necessitam de refrigeração constante para a manutenção de seus artigos como é o caso das peixarias e açougues.

O técnico em abastecimento que realizou o estudo de econometria, segundo as entrevistas, foi convencido pelos profissionais que realizavam a restauração de que o mercado deveria permanecer com suas bancas misturadas, vendendo lado a lado artigos diferentes. Prevaleceu a visão de uso da função de mercado, e a necessidade de se diferenciar dos modernos centros de abastecimento da população que são os supermercados.

Para o técnico 3 o projeto teria que preservar o máximo possível a relação das pessoas com o espaço, como relata a seguir:

(...) tinha que interferir no projeto, porque tinha a relação das pessoas com o espaço, respeitar as sociabilidades, já tinha havido a saída da sorveteria Martini (trocou de lugar), mas por bem tinha permanecido no mesmo lugar o Gambrinus, o Bar Santos e o Naval, foi uma vitória do olhar que pensou a cultura. Tinha a refrigeração que mexia com os espaços de sociabilidade, criava um zoneamento, mas felizmente esses espaços com poucas modificações, foram respeitados.

O técnico 2, por outro lado, destaca o conhecimento adquirido pela Equipe por ter realizado uma vivência no Mercado Público durante o período de restauração. Mostra uma mudança no comportamento dos técnicos quanto à importância da relação das pessoas com aquele prédio.

No entanto, chama a atenção o silêncio desta Equipe, num tema que diz respeito especialmente à atividade dos mercadeiros, ao menos quanto os depoimentos para este trabalho, sobre as negociações com os permissionários.

O técnico 2 ao descrever as bases da decisão sobre os procedimentos que conduziram a escolha por uma setorização parcial de pontos de venda por tipologia de produtos, em nenhum momento chama a atenção para o papel que poderiam ter exercido os mercadeiros na construção dos parâmetros de escolhas estratégicas do projeto de restauração:

O projeto já veio com a intenção de vivenciar o clima do mercado, para intervir num bem como aquele, é necessário. Isso trouxe um conhecimento das relações que o mercado estabelece com grupos e que a gente não sabia quando começou. Tem o fato do consultor de abastecimento. A consultoria apontou para a necessidade de dar uma “setorizada” como no supermercado. Dizia: o mercado tinha que ter uma setorização. Aí a gente rebateu mostrando para ele que era preciso manter a característica que é tudo misturado, os cheiros, as cores etc. porque o mercado não é um supermercado. Então ele assimilou os conceitos, e o mercado teve uma setorização parcial, só para os açougues e peixarias, e mesmo assim algumas bancas que vendiam outros produtos ficaram naquela área para manter essa mistura.

O terceiro ponto de destaque, e seguramente o mais importante, nas decisões de projeto da Equipe foi a cobertura efetuada no Mercado Público. A mesma foi a

solução de restauração que possibilitou a integração arquitetônica do edifício o mais aproximado possível do desenho original do século XIX.

A estrutura metálica projetada para ser a cobertura daquele bem patrimonial, postulou a integração entre o primeiro e os segundo pavimento e devolveu ao interior da edificação a visualidade de um pátio interno.

A recuperação da visualidade do pátio no interior do prédio proporcionou a descoberta da fachada de arcos que limita o espaço interno do mercado. Essa fachada, por sua descoberta – ficava invisível diante da ocupação total do espaço interno do pavimento inferior pelas bancas de vendas – é realçada por todos os técnicos em seus depoimentos. No entanto, como será visto no decorrer desta pesquisa, os demais grupos estudados que mantêm uma relação patrimonial com o mercado em nenhum momento fazem menção à importância desta fachada interna na composição estética daquela edificação.

A ênfase dada à projeção da fachada em arcos do pátio interno, proporcionada pela cobertura do prédio, é compartilhada também por arquitetos que não participaram dos trabalhos de restauração.

Outra menção destacada é feita à monumentalidade do espaço interior conseguida com a recuperação da arquitetura próxima da planta original. Esta perspectiva da grandiosidade da escala interna do prédio foi alcançada com a cobertura da edificação. O técnico 1 comenta:

A parte de cima era um espaço ocioso e impedia de enxergar o prédio como um todo. E arquitetura é uso, é diferente do objeto artístico, se não tem uso é objeto artístico quase uma escultura. A polêmica até onde intervir é uma polêmica sobre o uso. E projetos são escolhas, são perdas e ganhos, é o risco que se assume, inerente ao trabalho de arquitetura, são perdas e ganhos e aí entra a cobertura do mercado, que foi um dos pontos mais marcantes. E a magnitude das fachadas, mostrou que o prédio é um e não dois. O mercado tinha uma grande escala externa, e a cobertura e as fachadas interiores mostraram a magnitude do espaço interior. Foi um grande ganho e manteve o uso.

Sobre a cobertura do prédio, o técnico 2 comenta sobre o fato de que essa idéia surgiu depois:

O prédio estava em péssimas condições (antes da restauração) de higiene, com perigo de sofrer incêndios. Já havia a decisão de se fazer uma

intervenção, mas não se tinha idéia da extensão dessa intervenção. A cobertura veio depois, o projeto foi sendo feito. O Secretário trouxe a discussão quando disse que o segundo pavimento tinha que ter uso comercial. Daí a cobertura, que foi a maior discussão, era uma intervenção radical ia mudar a imagem do prédio. (...) Hoje concordo com a cobertura, mas lembro que pensei nas perdas. Tem coisas que se perderam com a cobertura. Eu e outro colega (que depois saiu por divergências) comentávamos que do segundo pavimento ver o céu, parecia outro lugar, que era uma espécie de ilha, e com a cobertura isso ia se perder.

Em relação à fachada interna ritmada pelo repertório de arcos o técnico 2 mostra que a mesma foi uma descoberta durante o processo de restauração:

Sobre o pátio em arcadas, não se sabia, não se percebia antes do restauro. O levantamento por detrás das bancas é que mostrou, foi uma descoberta, depois se fez a pesquisa com fotografias. Não se percebia antes por causa do antigo telhado de zinco que dividia o mercado em dois.

O texto até aqui apresentado indica que a relação patrimonial estabelecida por estes produtores\sujeitos com o Mercado Público\objeto trouxe mudanças na compreensão sobre conservação de patrimônio cultural para aqueles técnicos, ao mesmo tempo em que o mercado passou a ser percebido de forma diferenciada pelos sujeitos estudados.

O grupo de técnicos da Equipe de Restauro enfatiza, a partir da experiência adquirida no processo de restauração da edificação contemplada neste estudo, uma mudança na sua prática profissional, no que tange ao entendimento sobre a compreensão que o conceito de patrimônio deve exercer nas decisões sobre restauração de bens protegidos, bem como sobre sua importância na definição das práticas estabelecidas entre os sujeitos sociais e o espaço urbano. Os pronunciamentos abaixo caminham na direção dos argumentos expostos:

A esse respeito diz o técnico 2:

Reconheço que mudei, mudei durante e depois desse trabalho, não tinha experiência de restauração, despertei o interesse pelo campo. Aquela experiência foi mais do que um projeto de restauração, a metodologia aplicada pela primeira vez na prefeitura, passou a ser referência, mudou de dinâmica foi um divisor de águas, foi importante para os técnicos da Prefeitura entenderem que não é qualquer técnico que faz projeto de

restauração. Ainda, depois desse projeto, o centro mudou, veio o Largo Glênio Peres, a Praça Parobé. A prefeitura enxergou o centro histórico.

A opinião do técnico 3 da Equipe vai ao mesmo sentido:

Foi um divisor de águas, mostrou a importância do historiador nas questões relacionadas ao patrimônio. O patrimônio se tornou, com a experiência no Mercado Público, uma questão de investigação, pode-se dizer, campo do patrimônio, um lugar de intervenções, não só de pesquisa, como é o campo acadêmico. É preciso um olhar que pense mais as relações das práticas sociais com a cultura.

2.1 Patrimônio é representação?

Os depoimentos acima apontam para duas questões que não haviam sido exploradas ao longo do texto, mas não por isso menos importantes, pois é produto da relação patrimonial constituída entre os profissionais estudados e o Mercado Público.

Os profissionais acima assinalados chamam a atenção para a mudança de olhar por parte da administração pública do período - mas pode-se pensar que é uma tendência que ainda persiste - para a área da conservação do patrimônio cultural, por meio do planejamento de investimentos no setor, não mais apenas em prédios isolados, mas como projeto urbano.

A outra questão trazida pelos depoimentos apresentados é apropriação por parte também de historiadores, do campo do patrimônio como objeto de investigação. Mas mais importante, destaca a questão que este campo é um lugar de intervenções, de ação.

Embora neste trabalho seja omitida a identidade dos depoentes, pode-se constatar que alguns dos profissionais que foram membros daquela equipe de restauração do mercado público são influentes entre seus pares por seus posicionamentos em defesa do patrimônio cultural da cidade, nos diversos fóruns populares de participação, no meio acadêmico e nos espaços fornecidos pela mídia.

O procedimento de restauração crítica empregado no Mercado Público, que proporciona adaptações ao contexto contemporâneo, mas que, no entanto, valoriza como pressuposto básico de intervenção a integridade histórica e estética da estrutura está referenciada no conceito de monumento histórico.

Quando o grupo de produtores do espaço se refere a patrimônio histórico normalmente o pensamento se dirige as estruturas materiais que melhor os representam que são os monumentos. A esse respeito Choay (2001) faz uma distinção importante entre monumento e monumento histórico, sendo que enquanto os monumentos foram construídos com a função original de rememorar, os monumentos históricos podem ser encarados como objetos do passado, trazidos ao presente convertidos em testemunho histórico, por critérios variados – estéticos, culturais e políticos – sem que para isso tenham tido na origem uma destinação memorial.

A leitura de Choay (op. cit.), por outro lado, nos leva a perceber que os monumentos históricos são objeto de escolha. Escolha, nesse caso, que podemos compreender como atributo de grupos sociais que possuem força para impor aos demais suas representações de história, de projeto urbano, de arte, de política e outros.

A perspectiva de ser o prédio que abriga o mercado um monumento histórico, no sentido empregado pela estudiosa assinalada, foi fundamental para que o grupo de técnicos responsável pela restauração do mesmo procedesse ao plano de restauro que valorizasse os aspectos arquitetônicos da planta original do prédio.

Pode-se perceber, no entanto, que a dinâmica das discussões sobre os rumos do projeto de restauração no interior da equipe de técnicos convivia com dois conceitos de monumento, um já citado por Choay (op. cit.) que o compreende como estrutura material escolhida para representar o passado e outro, definido por de Freire (1997), que entende monumento enquanto,

Materialidade, que por sua vez revela mentalidades, valores simbólicos, portanto históricos, temporais, inscritos nas técnicas e materiais envolvidos na sua construção e na nossa compreensão, na apropriação simbólica vivida por grupos sociais em seu cotidiano. (FREIRE, 1997 p. 216)

Esta abordagem é interessante por permitir associar na mesma estrutura material estudos sobre técnicas de construção e as mentalidades que a originaram, sem, no entanto, deixar de dar espaço para a compreensão da apropriação simbólica da edificação em questão praticada por outros grupos sociais no tempo presente.

O entendimento paulatino por parte dos técnicos da Equipe de Restauração, durante os procedimentos de intervenção no Mercado Público, de que existem formas diferentes de relação patrimonial entre grupos sociais diversos e o espaço edificado

restaurado, fez com que as entrevistas mostrassem que existem por parte destes profissionais, referências distintas sobre o conceito de patrimônio. O conceito de patrimônio histórico vai aos poucos cedendo lugar para a compreensão de patrimônio cultural.

Esta migração de uma compreensão conceitual para outra, pode ser referenciada em Fonseca (2003) que faz uma distinção apropriada sobre esses conceitos, muitas vezes utilizados como sinônimos. A pesquisadora enxerga patrimônio histórico e artístico baseado no objeto, na autenticidade/excepcionalidade e na perenidade do bem. Propõe, de forma crítica, visando alargar esse conceito o de patrimônio cultural, que deve ser visto em uma relação da sociedade com sua cultura.

Sobre os mercados históricos a mesma argumenta que em muitos casos podem ser vistos como lugares de práticas culturais coletivas. A prática pura e simples do tombamento pode converter esses prédios em testemunhos históricos (monumento histórico), pois associa a

Preservação de mercados em geral às idéias de conservação e imutabilidade, contraponto à noção de mudança ou transformação, centrando a atenção mais no objeto e menos nos sentidos que lhes são atribuídos ao longo do tempo. (FONSECA 2003, p. 64).

Pelo entendimento apresentado por Fonseca (op. cit.) o patrimônio histórico possui como principal atribuição de valor suas características físicas ou importância histórica. Como hoje, este patrimônio é visto numa dimensão mais ampla de ser considerado também pela apreensão simbólica que lhe fazem os diversos grupos sociais, Fonseca prefere nomear o mesmo de patrimônio cultural. Nesse sentido, entende-se como patrimônio cultural o patrimônio histórico quando apropriado ou praticado pelos grupos no seu cotidiano.

O capítulo mostrou que existia uma diversidade de olhares sobre patrimônio no interior da equipe de restauração, sendo que os profissionais de áreas do conhecimento oriundos das ciências humanas mantiveram sempre uma grande preocupação com os sentidos atribuídos ao prédio do mercado pelos diversos grupos sociais que com o mesmo mantinham algum tipo de relação. Para estes membros da equipe a preocupação era de que o projeto de restauração assegurasse a manutenção da relação das pessoas com o espaço.

Para os profissionais arquitetos, por outro lado, existiam opiniões que priorizavam a intervenção no prédio, por meio de uma reintegração da arquitetura mais próxima possível da planta original. Porém as soluções de projeto de restauração alcançadas mostram uma mudança de olhar da esfera do patrimônio histórico (CHOAY, op. cit.) para o entendimento oferecido por Fonseca (op. cit.) que retira a centralidade dos projetos de restauração do foco no objeto para prestar atenção também nos significados que o bem pode oferecer a outros grupos da sociedade.

Por fim, se crê que mesmo com o desenvolvimento pela equipe de restauração do mercado de uma sensibilidade voltada à noção de patrimônio cultural aqui explicitada, o direcionamento do olhar destes profissionais ainda é voltado mais para o objeto e, por conseguinte, patrimônio é bom para representar (GONÇALVES, 2003) algo, um período do passado, um estilo arquitetônico, uma classe social ou um modelo de cidade entre outros.

Nesse sentido, o técnico¹ assentindo concordância com a opinião do seu antigo professor de patrimônio, narra que ao encontrar o ex- professor este lhe diz, sobre a cobertura do mercado público: “quando vi por fora pensei: o que é que os meus alunos estão fazendo? Quando entrei pensei, tá lindo parece uma catedral, nunca tinha visto aquelas arcadas.”

O depoimento síntese apresentado mostra a visão de que a tipologia de cobertura escolhida no projeto de restauração corria o risco de descaracterizar o mercado enquanto objeto ou patrimônio histórico, por outro lado, a visão da recuperação da escala interior do prédio e dos arcos originais que haviam desaparecido da visualização com o passar do tempo, recuperam a compreensão por parte da área técnica, de representação do passado por meio da integridade do objeto.

2.2 A Ordenação do Espaço: Uma leitura de imagens

Este momento do texto é dedicado a análise de mapas mentais esboçados pelo grupo de técnicos envolvidos diretamente com o projeto de restauração do Mercado Público.

Por solicitação do pesquisador cada um dos entrevistados esboçou dois desenhos temáticos. O primeiro atendeu a seguinte solicitação: Em base a sua

experiência/vivência no projeto de restauração o que você destacaria no mercado (não foi especificado se o exterior ou interior do prédio)?

A segunda questão orientadora dos desenhos é a que segue: O que você destacaria no centro da cidade? A pergunta é abrangente e genérica e não coloca a obrigatoriedade de o mercado estar incluído na leitura da zona central da cidade.

Para analisar os trabalhos dos técnicos recorreremos às contribuições de Lynch (1977). As orientações dadas nos estudos do pesquisador apontado serão seguidas para os demais capítulos que se preocupam com a relação patrimonial mantida entre o Mercado Público e os usuários do espaço urbano (RONCAYOLO, op. cit.).

O trabalho de Lynch (op.cit.) apresenta como mote o exame da qualidade visual das cidades, e para atingir seu objetivo, utiliza como ferramenta de pesquisa as imagens mentais que da cidade fazem seus habitantes. Por qualidade visual, o autor entende a clareza ou a legibilidade aparente da paisagem das cidades.

A direção dos estudos acima apresentados é contribuir para a orientação das pessoas no espaço em uma cidade legível. No caso específico da pesquisa aqui desenvolvida, a preocupação é com a imagem mental de um objeto em particular, ou marco como refere Lynch (op.cit.).

Nesse sentido, serão tomadas como referência as contribuições do estudioso já apresentado, sobre a construção das imagens como é esclarecido a seguir:

As imagens ambientais são o resultado de um processo bilateral entre o observador e seu ambiente. O ambiente sugere especificidades e relações, e o observador – com grande capacidade de adaptação e à luz de seus próprios objetivos – seleciona, organiza e confere significado àquilo que vê (...). Desse modo a imagem de uma determinada realidade pode variar significativamente entre observadores diferentes. (LYNCH, 1977. P. 7)

No entanto, o autor citado ressalva, que embora cada indivíduo crie e assume sua própria imagem, existe um consenso substancial entre membros do mesmo grupo. Assim se organizará o desenho mental dos técnicos primeiro os que tratam da sua percepção sobre o Mercado Público e depois sobre o centro, ou no caso deste trabalho, o cenário onde ocorre a relação patrimonial.

Mesmo que no início deste capítulo já havia sido referido, nesta oportunidade reforçamos a idéia de que o recurso aos mapas mentais foi utilizado como forma de

perceber a linguagem material como fonte de informação de uma relação patrimonial (ARAÚJO, op. cit.).

O mapa mental do técnico 1 mostra o Mercado Público na perspectiva abaixo:

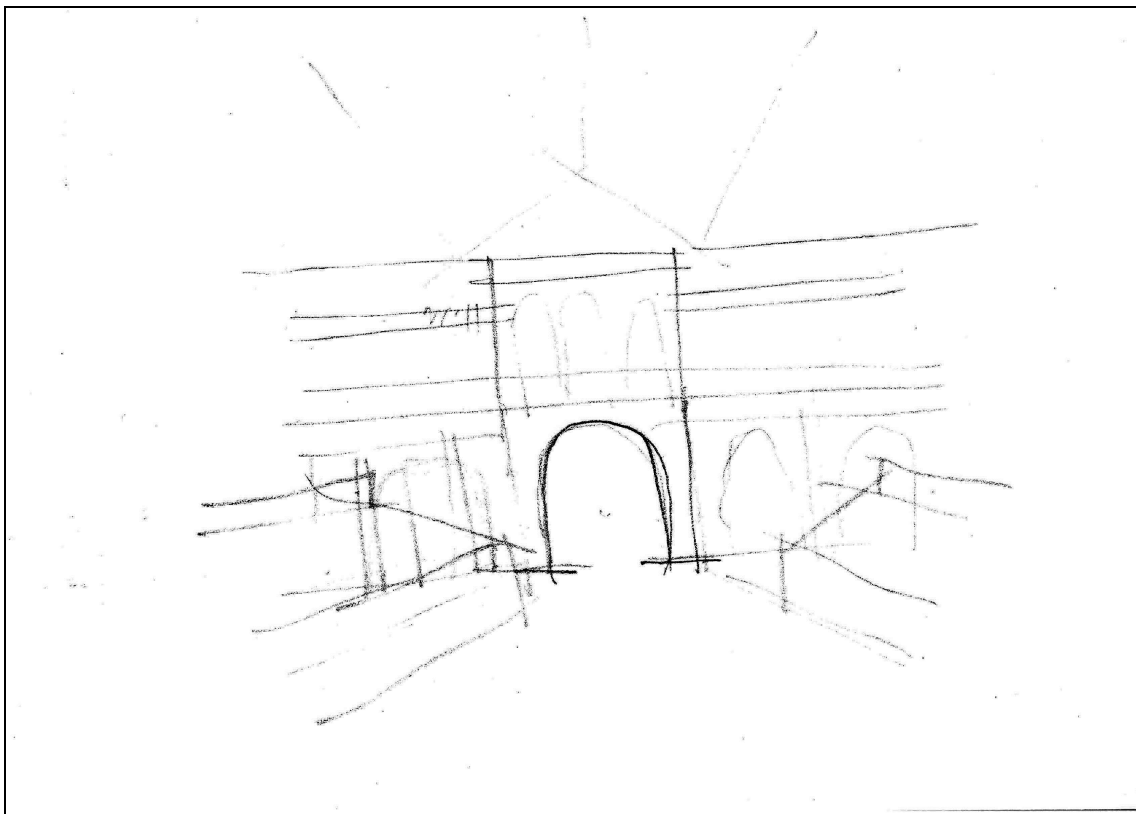


Figura 1. Mapa Mental/objeto Técnico 1

Percebe-se no desenho, em primeiro lugar que o mesmo se refere ao espaço interno. As estruturas recuperadas nesta imagem mental são a cobertura da edificação, a fachada em arcos. O desenho das bancas (no projeto, foi inspirado no original de 1912) mostra uma perspectiva que recupera a divisão do interior em quadrantes alinhados com a porta de entrada.

O mapa mental é assemelhado ao projeto arquitetônico de reintegração da arquitetura original, onde pode ser sublinhada a integração entre o primeiro e o segundo pavimento, a visualidade de um pátio interno e a recuperação da sua escala grandiosa.

A imagem não remete especificamente a nenhuma relação do Mercado Público com usuários do espaço sendo centrada no objeto arquitetônico.

Quanto ao técnico 2, esse organiza mentalmente a sua imagem do mercado da forma abaixo:

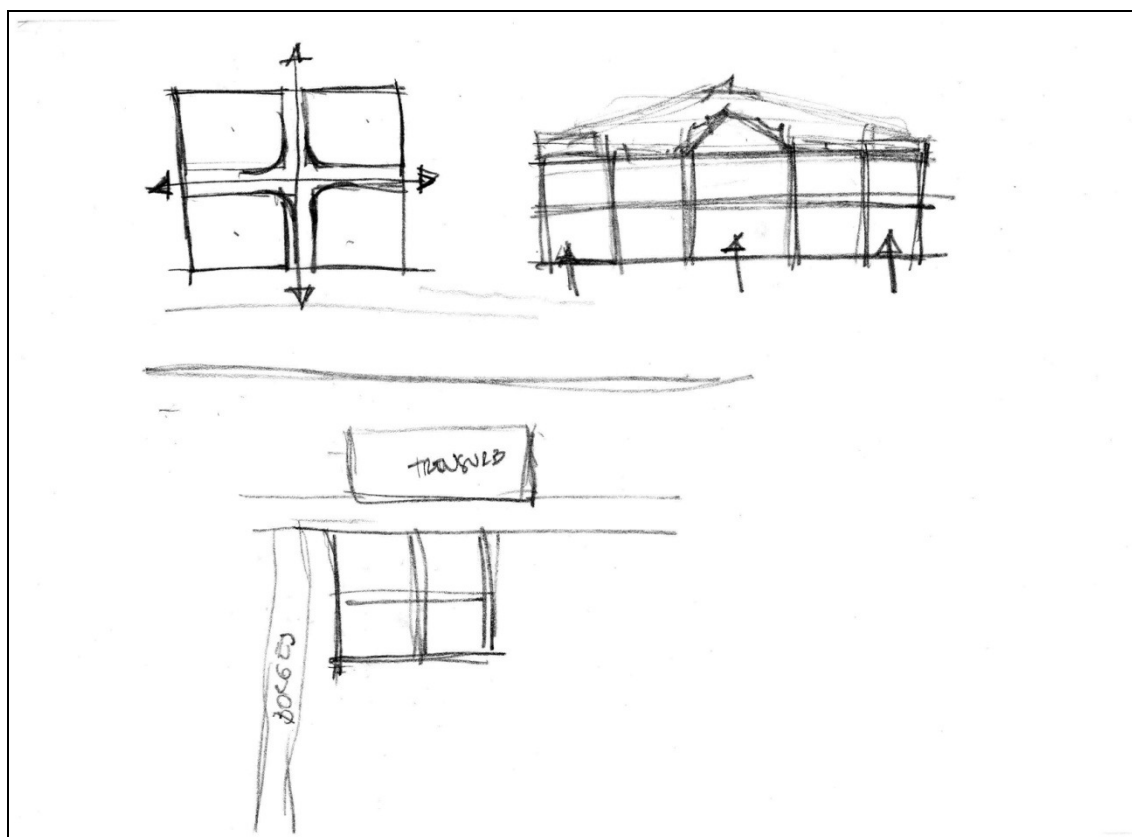


Figura 2. Mapa Mental /objeto Técnico 2

Este técnico dá ênfase à imagem externa do Mercado Público, por um lado, e de outro, ao marcar o esquema de quatro quadrantes bem delimitados e quatro portas alinhadas, chama a atenção para o pátio interno recuperado no projeto de restauração.

A fachada externa de um dos quatro lados do mercado representada no desenho mostra a cobertura e a repetição sincronizada do repertório arquitetônico, marcado pelas flechas de orientação mostrando as entradas do prédio e a força estética do centro e dos torreões que ladeiam este ponto. O desenho é reforçado por linhas simétricas, uma horizontal, demarcando os dois pavimentos e seis linhas verticais responsáveis pelo ritmo da construção.

A planta esquemática do pátio interno mostra um desenho bem definido, e um espaço organizado simétrico. A orientação dada pela direção dos vetores em cruz

aponta para as saídas do prédio, passando a idéia de integração entre o exterior e o interior da construção.

O desenho mostra ainda a localização do Mercado Público entre duas avenidas – a Borges de Medeiros e a Júlio de Castilhos - representada pelo “Trensurb” (metrô de superfície urbano). O pequeno mapa de localização confere ao Mercado Público o *status* de marco no sentido de se constituir numa “referência estável para a percepção do mundo urbano, complexo e em permanente transformação” (LYNCH, 1977. P. 112).

O esquema mental representado no desenho dos técnicos acima deve, no entanto, ser aproximado. Nos dois casos o olhar está centrado na força do objeto. Mesmo com as entrevistas apontando para o aprendizado oferecido pelo projeto de restauração quanto à importância da relação dos diversos grupos sociais com o bem patrimonial a ser restaurado, a linguagem expressa pela relação patrimonial estabelecida entre estes técnicos e a edificação do Mercado Público é focada no objeto.

O técnico 3 vai expressar sua visão do mercado da seguinte forma:

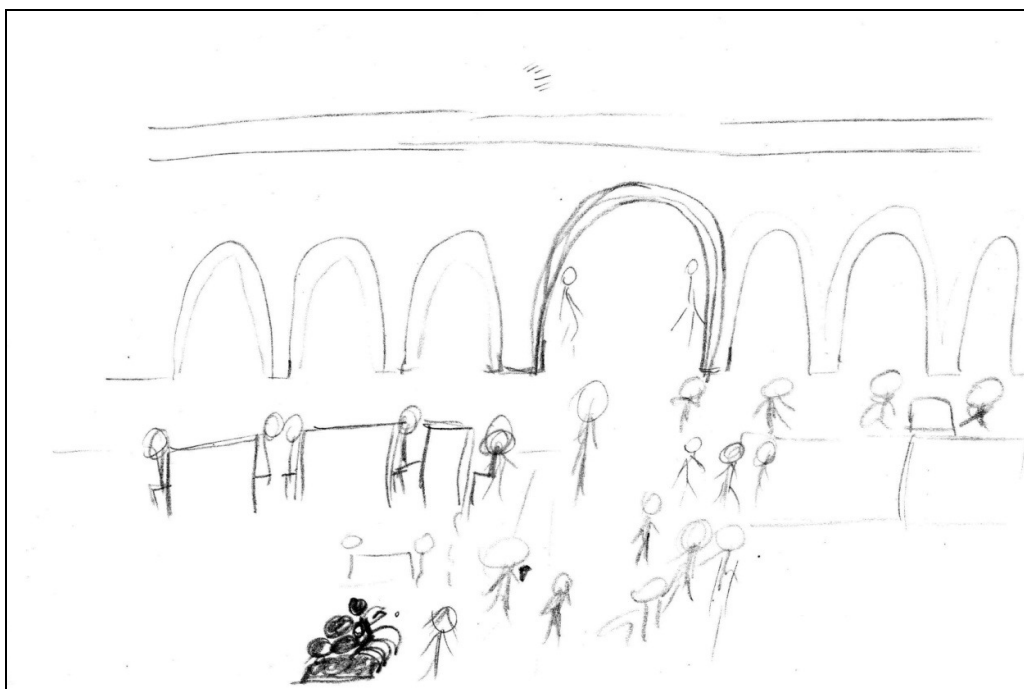


Figura 3. Mapa mental/objeto técnico 3

Este técnico faz uma leitura da função do mercado enquanto centro de abastecimento e de lazer, este fato de certa forma justifica que seu desenho foque o interior do mercado. Mostra as bancas e as pessoas em atitude de compra, mesas de

bar, a circulação intensa de público freqüentador e a ligação com o exterior, onde aparecem figuras que podem estar tanto adentrando, quanto saindo da edificação.

É forte, porém, a marcação das fachadas em arco do pátio interno e o portão do mercado. Estas estruturas em conjunto com a simetria de um corredor direcionado à porta revelam a configuração do projeto de recuperação da arquitetura original (com as modificações de 1912) do pátio interior.

Embora as duas linhas horizontais que limitam o desenho possam inferir que existe um segundo pavimento, a cena escolhida para representar o mercado é a que ocorre no piso inferior, local que sempre ocupou a função de mercado, de vez que o pavimento superior apresentou várias funções ao longo do tempo, sem, no entanto ser um mercado na verdadeira acepção de ponto de vendas. O que mais interessa ao produtor deste esboço é mostrar o mercado como um lugar onde predominam relações tanto econômicas quanto simbólicas.

As imagens mentais a seguir se referem às representações do centro da cidade, posição regional onde está localizado o Mercado Público.

O técnico 1 representa mentalmente o centro da seguinte forma:

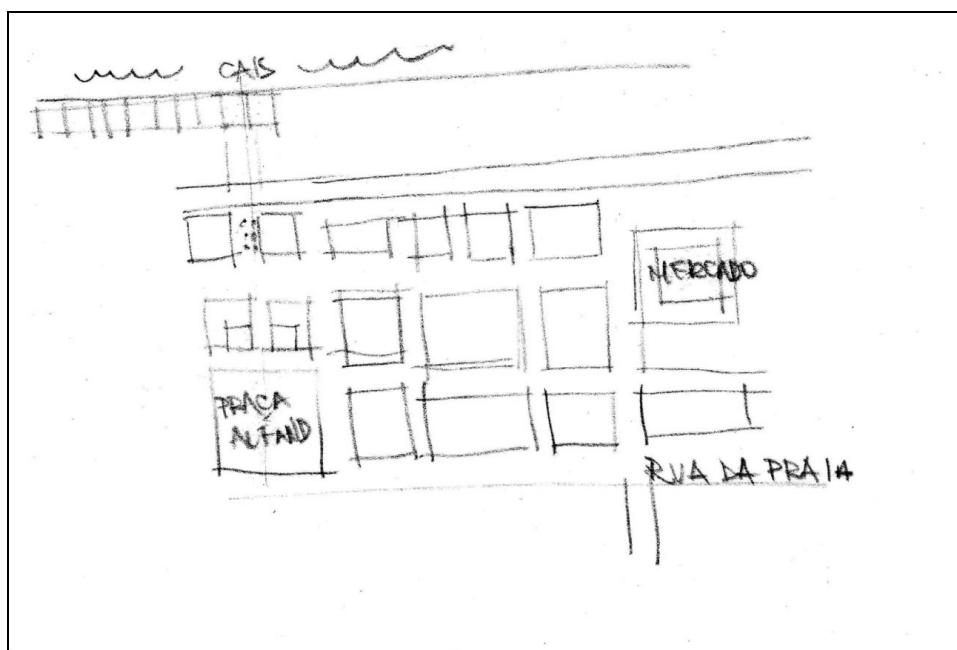


Figura 4. Mapa mental/cenário técnico 1

Este técnico demarca a área de cenário da relação patrimonial estabelecida entre estes profissionais e o Mercado Público em um perímetro limitado pelo próprio

prédio do mercado, visto no mapa como um ponto legível e de orientação do espaço, e a Praça da Alfândega como outro limitador.

Os pontos fortes definidos na imagem são o Mercado Público, a Rua da Praia, a Praça da Alfândega e o Cais do Porto (Mauá). Estes pontos definem um sentido de orientação, próximo ao que Lynch (Op. Cit) define como cidade imaginável, como uma cidade evidente, legível e visível.

A linha forte de marcação é o trecho que vai do cais do porto, Avenida Sepúlveda e Praça da Alfândega. Esta linha define um trecho que marcava a orientação do centro até aproximadamente a década de 1950. Na prática define um projeto de retomada de uma linha de visada da Praça da Alfândega com o Lago Guaíba e que deve ser acompanhada de um projeto de revitalização do cais Mauá. Existe na representação apresentada uma idéia de cidade (centro) orientada, com marcos físicos (mercado) legíveis e uma visão de projeto urbano.

Para o técnico 2 a representação mental do centro da capital é apresentada como segue:

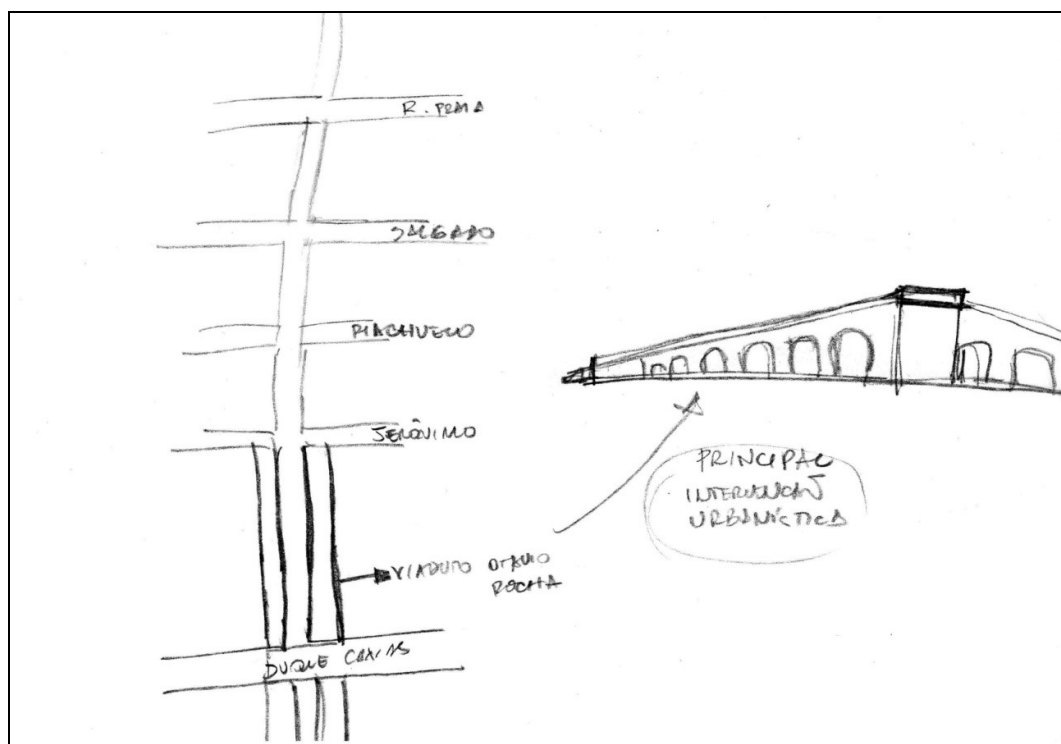


Figura 5. Mapa mental/cenário técnico 2

A representação apresentada, organiza a visualidade do centro em dois marcos visuais representantes da coleção de bens patrimoniais tombados pelo município de Porto Alegre que são o Viaduto Otávio Rocha e o Mercado Público Central.

Embora o Mercado Público não apareça diretamente nesta imagem a linha de visada do viaduto Otávio Rocha conduz o olhar até aquela edificação. Este desenho deve ser compreendido em conjunto com o esboço anterior deste mesmo técnico que mostrava a confluência da Avenida Borges de Medeiros e Avenida Mauá, onde aparece o prédio do Mercado.

A imagem põe atenção ao desenho urbano do centro e para a sua legibilidade. O destaque é a estrutura do Viaduto Otávio Rocha com a inscrição “principal intervenção urbanística”. Aqui a interpretação do esboço chama a atenção para a organização urbana da cidade e a necessidade da construção de um viaduto em 1932 que ligou o norte ao sul da zona central.

A precisão do desenho, por outro lado, mostra a valorização daquela estrutura urbana como bem patrimonial na mesma condição do Mercado Público.

O técnico 3, por outro lado, vai chamar a atenção para o centro da cidade como lugar do estabelecimento de relações entre as pessoas e os espaços públicos como mostra o desenho abaixo.

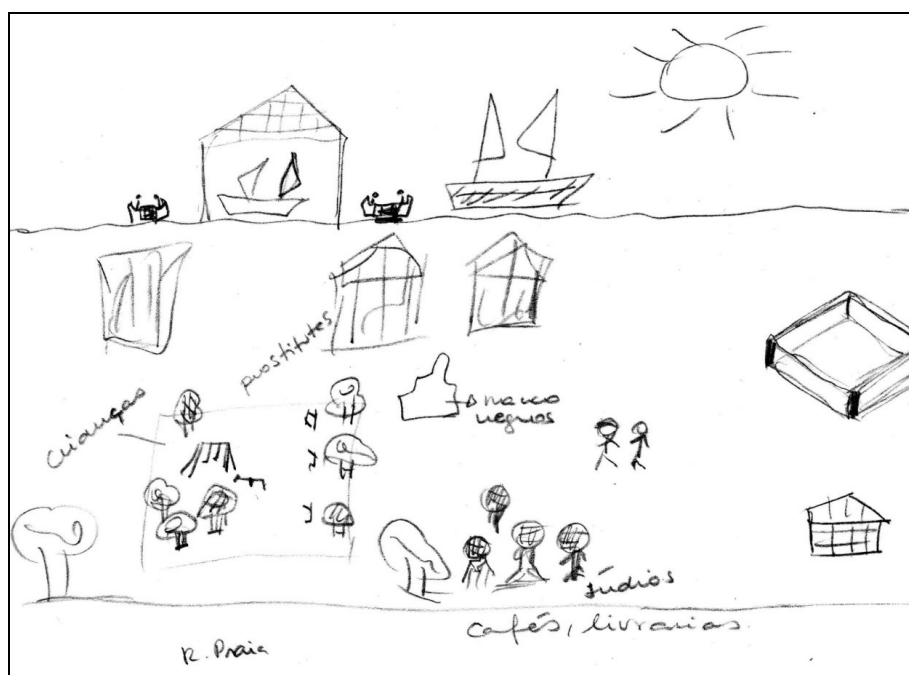


Figura 6. Mapa mental/cenário técnico 3

O desenho é enfático na relação dos espaços com as pessoas, e neste sentido, aponta vários grupos sociais que frequentam o centro, como índios, prostitutas e crianças.

Existe também uma organização do espaço urbano, onde o Mercado Público aparece na forma de um quadrilátero que é referência de orientação espacial, a Praça da Alfândega também é destacada, os prédios do Margs, Memorial do Rio Grande do Sul e Santander Cultural são esboçados, e próximo ao desenho do técnico 1, o cais do porto também aparece como um ponto de lazer a ser ocupado pela população.

A representação ainda mostra uma linha definida como a Rua da Praia, com cafés e livrarias e um esboço denominado “marcos negros” em alusão às esculturas do museu de percurso do negro, onde um desses marcos será na Praça da Alfândega.

2.3 Uma síntese necessária

Como fechamento do capítulo pode-se concluir que apesar das diferenças apresentadas pelas imagens mentais e mesmo de olhar sobre o foco de atuação das intervenções de restauração, a aproximação entre os membros desse grupo pode ser feita pelos seguintes aspectos:

Quanto ao centro de Porto Alegre, observa-se que o Mercado Público, neste trabalho apresentado como um objeto inserido num cenário, é olhado como um objeto imaginável na percepção de Lynch (op. cit.) que caracteriza os mesmos como objetos físicos com alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador.

Mais, o Mercado Público é visto como parte de um projeto urbano, e as ações de restauração do prédio, inferidas nas entrevistas como importantes para a valorização do patrimônio cultural da cidade, recebem destaque porque influenciaram intervenções posteriores, não apenas em prédios isolados, mas em áreas de referência para a conservação patrimonial.

Os mapas mentais utilizados nesta pesquisa como instrumento de aferição da influência da propriedade dos objetos de se constituírem com uma forma de linguagem com longa duração no tempo esboçam a força da edificação (objeto) como constituinte do conceito de patrimônio.

Os desenhos que trazem a tona o cenário onde está inserido o Mercado Público central, ou seja, o centro da cidade mostra uma visão, ou melhor, uma concepção integrada entre artefatos e espaço urbano, ao mesmo tempo em que se constitui como uma espécie de documento de proposição para novos usos deste espaço, como é o caso da utilização para o lazer do Cais Mauá. Tal compreensão é fruto, levando-se em consideração um dos pontos de apoio desta pesquisa, da atuação dos profissionais estudados como produtores do espaço, ou seja, atores sociais cujas decisões ou efeitos de suas ações vão se manifestar em regras que atingem os demais atuadores do espaço (RONCAYOLO, 1988).

As entrevistas captaram uma espécie de convivência dinâmica entre os conceitos de patrimônio material e o de patrimônio cultural, este último reforçado sempre quando a enquete conduzia para a percepção que os técnicos possuem sobre a relação entre os demais grupos sociais e os espaços da edificação do Mercado Público. No entanto, como já demonstrado, os mapas mentais reforçam a força que possui o objeto na definição de patrimônio.

Foi enfatizado ao longo do texto que a definição de objetos e espaços sociais a serem valorados como patrimônio é uma das funções atribuídas aos profissionais da área do patrimônio.

3 Os “mercadeiros”: guardiões da memória

Este capítulo irá analisar a relação patrimonial estabelecida entre os mercadeiros, na condição de sujeitos (possui conhecimento e constrói conhecimento), e o Mercado Público compreendido como objeto – no sentido de suporte de informações, ao mesmo tempo em que é interpretado pelo sujeito. Esta relação ocorre num cenário que é a zona central de Porto Alegre. No decorrer do texto será observado como este cenário e, as mudanças que o mesmo sofreu ao longo dos anos, é um elemento importante como referência temporal da presença longeva daqueles comerciantes no trabalho cotidiano nas dependências do Mercado Público.

Como fonte de pesquisa foi feita a escuta e interpretação de três entrevistas com permissionários, referidos como mercadeiros, relacionados como 1, 2, e 3. O critério de escolha dos informantes foi ter participado das negociações com os técnicos no período de restauração do mercado, em algum momento entre 1992 e 1997 ou, permissionário que trocou de ramo de negócios após, ou em consequência da restauração. O último critério de escolha foi o tempo de permanência atuando como comerciante nas dependências daquele centro comercial.

A partir das enquetes referidas foi solicitado aos informantes o desenho de mapas mentais do Mercado Público e do centro da cidade. Estes mapas, a exemplo do capítulo anterior, serão analisados tendo por base o trabalho de Lynch (1977).

Foi realizado ainda o estudo de doze exemplares do Jornal do Mercado (JM), publicação mensal de responsabilidade da ASCOMEPC – Associação dos Comerciantes do Mercado Público Central. Foram lidos e interpretados números deste periódico correspondentes a três edições de cada dos seguintes anos: 2007 (ano da fundação do jornal), 2008 e ao de 2009.

Os jornais foram estudados sob a seguinte perspectiva: a fala do sujeito (os mercadeiros), a referência ao Mercado Público (objeto), e as mudanças no entorno do prédio (cenário).

O Mercado Público, segundo informações fornecidas pela ASCOMEPC, conta hoje com 110 estabelecimentos comerciais entre bancas, lojas e restaurantes, uma barbearia, uma agência bancária, a sede da associação dos comerciantes e do Jornal do

Mercado, uma sala onde funciona a Federação Rio-grandense de Associações Comunitárias e Moradias de Bairros (FRACAB), e serviços públicos como o Conselho Municipal do Idoso, um tele centro, um memorial, um ponto de informações turísticas, uma loja de artesanato mantida pelo Programa de Economia Solidária da SMIC, um auditório e os escritórios técnicos da Secretaria Municipal da Indústria e Comércio (SMIC) e do Projeto Monumenta, Projeto originário do Ministério da Cultura e coordenado pela Secretaria Municipal de Cultura, que tem por objetivo a requalificação do centro histórico de Porto Alegre. Em suas dependências também está abrigada uma loja voltada ao artesanato gaúcho mantida pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. O número estimado de passantes pelas dependências do mercado é de 100 mil pessoas por dia.

A comunicação com o público é realizada por meio do Jornal do Mercado, por um sítio na internet e por um canal de notícias eletrônico materializado em monitores de TV afixados no pátio central do prédio.

No pavimento térreo, além das bancas, existem oito boxes de vendas especializados em hortigranjeiros. Estes comerciantes são chamados pelos mercadeiros de “tomateiros”. Tal qualificativo semântico é em razão destes últimos terem exercido sua atividade comercial por muitos anos na volta e nas entradas do Mercado Público, tendo sido incorporados à edificação daquele centro de compras com o fim do projeto de restauração, em 1997.

No entanto, os tomateiros hoje integrados ao complexo de vendas que é o Mercado Público, não são afirmados pelos mercadeiros como vozes autorizadas para falar da história do mercado.

A participação dos tomateiros na pauta de reportagens do JM é mínima tendo sido registrada apenas duas aparições numa seção sobre história das bancas.

Sobre o JM é necessário esclarecer que este periódico possui uma tiragem mensal de dez mil exemplares, podendo chegar a vinte e cinco mil em períodos especiais como a Páscoa e o Natal. É destinado ao público frequentador do Mercado Público e aos comerciantes do mesmo. O primeiro número foi lançado em setembro de 2007, com doze páginas (passou depois para dezesseis) no formato tablóide. A linha editorial do Jornal é definida por um conselho composto por vinte e um membros, dos quais um é o jornalista responsável pela publicação, e os demais são mercadeiros.

O tablóide possui em seu projeto editorial um tema de capa que é desenvolvido nas páginas centrais. Este tema é variável indo desde cadernos especiais sobre a importância do pescado para a saúde da população e no mix de produtos vendidos no mercado, até projetos de revitalização da área do entorno do prédio.

Além da chamada de capa, o periódico possui as seguintes colunas permanentes: Rádio Corredor, destinada as perguntas dos frequentadores do mercado; Depoimentos Ilustres, como o nome esclarece, trata-se de depoimentos de autoridades e personalidades da cidade e de outras regiões sobre o Mercado Público ou sobre algum tema de interesse dos mercadeiros e da população frequente às dependências daquela edificação; Memória, também depoimentos de personalidades e artistas focadas na sua relação com o Mercado Público.

Olhar sobre o Mercado, imagens e comentários de fotógrafos sobre alguma peça de sua autoria colhida no prédio, é um olhar contemporâneo e serve como contraponto aos depoimentos lidos na sessão “Memória”. Já a Voz da ASCOMEPC compreende a palavra do presidente da associação dos comerciantes do mercado.

A coluna Personagens do Mercado colhe depoimentos dos mercadeiros sobre sua vivência no local de trabalho, suas origens pessoais, como chegaram ao Mercado Público, construíram seus estabelecimentos, o valor do trabalho e o orgulho de ser mercadeiro.

História das Bancas do Mercado Público traz uma pequena história de cada uma das bancas existentes no edifício e do serviço que oferecem, além de valorizar o trabalho dos permissionários; De Olho no Passado, trata-se de uma coluna especial assinada pelo historiador Sérgio da Costa Franco sobre assuntos relacionados à história do mercado e de seus arredores.

Os frequentadores podem se manifestar no espaço “Eu no Mercado”, por meio de pequenas entrevistas sobre a motivação de estarem naquele centro de compras. Os entrevistados possuem um perfil diversificado, desde anônimos até personalidades conhecidas.

O JM conta com a colaboração de um cartunista que produz tiras, onde dois personagens, um otimista e o outro pessimista discutem problemas do cotidiano nas dependências do mercado ou no entorno. Existe ainda espaço para a manifestação dos

órgãos institucionais abrigados naquele edifício como o Memorial do Mercado, o Projeto Monumenta e o Escritório da SMIC.

A análise empreendida no JM mostra duas vertentes de comunicação, uma voltada ao público interno (mercadeiros) e a outra ao público consumidor. Os últimos são atingidos, em especial por matérias no campo da gastronomia, com demonstrações de receitas a partir de produtos vendidos nas diversas bancas, ou por meio de esclarecimentos sobre dietas e saúde alimentar, onde aparecem depoimentos de nutricionistas e outros especialistas, e ainda através de pratos oferecidos nos restaurantes. Em todos esses casos a expertise do permissionário é destacada, seja na apresentação de receitas, seja no conhecimento sobre os produtos que vendem.

Para o público interno o jornal reúne informações e opiniões por meio das colunas institucionais e da palavra do presidente da associação dos comerciantes. Nos exemplares pesquisados é alto o número de matérias relacionadas a projetos no entorno do prédio, outras reportagens comentam sobre demandas diretas dos comerciantes, como segurança e a necessidade da construção de um estacionamento, além de eventos na cidade com capacidade de atrair turistas e que repercutem no seu comércio.

Para os fins desta pesquisa, no entanto, se deu atenção especial à coluna “Personagens do Mercado”, que concentra o olhar do mercadeiro sobre o Mercado Público, na condição de sujeito.

A visão, por parte dos permissionários, de que a atividade de comércio exercida no Mercado Público é formadora de identidade é referida em diversos depoimentos dados pelos comerciantes ao JM. A esse respeito manifesta o Jornal a voz dos mercadeiros:

O meu pai que foi um homem de sabedoria, que aos meus oito anos trouxe-me para ajudar em seu trabalho. Sabia ele na sua infinita sabedoria, que o mercado molda (grifo meu) homens e mulheres de bem, de coragem e de luta. (Jornal do Mercado nº1 set-2007 p. 8)

A auto-atribuição do termo mercadeiro pode ser interpretada como parte da formação da identidade do grupo. Nesse caminho constata-se que aqueles comerciantes identificam-se oficialmente com a designação de mercadeiros para fontes de produção de conhecimento sobre o grupo com fins acadêmicos ou outras fontes de informação que atingem públicos diversos. Como exemplo, é trazido o depoimento de permissionários às pesquisadoras Daisy Senna e Maria Lúcia Roig:

(...) Mercadeiro é mercadeiro mesmo, é mais do que um comerciante, é um amor, é uma luta (depoimento para o vídeo Vidas que Passam pelo Mercado-Trabalho de conclusão do Curso de Pós-Graduação em Educação e Patrimônio Histórico e Cultural\ FAPA 2000)

O fato de ser mercadeiro não está relacionado apenas ao exercício de atividades comerciais no Mercado Público, mas é reforçado pelo destaque dado ao cotidiano de longa duração destas práticas naquela edificação por parte do comerciante, da sua família ou grupo de relacionamento. A coluna “Personagens do Mercado” mostra como tema recorrente o número de anos em que o permissionário está envolvido com a prática de vendas, dando ênfase ao início da “vida” como mercadeiro daqueles atores sociais, em geral chegados ao mercado, vindos pelas mãos dos pais ou de algum parente, ainda na infância ou na adolescência.

Por princípio, para quem vive da atividade comercial, como é o caso do grupo de comerciantes auto afirmados pela palavra mercadeiros, o objeto primeiro de um equipamento destinado ao abastecimento da população é vender.

Longe de abandonar a atividade essencial que caracteriza o setor comercial e é responsável pela manutenção material de mercadeiros e funcionários, este grupo constrói sua identidade por meio de um conjunto de valores e normas especiais, expressos no ato da realização de trocas comerciais que só ocorrem nas dependências do Mercado Público.

Este conjunto de valores e normas de ação auto-aplicadas pelos mercadeiros é transmitido aos clientes no momento dos atos de compra e de venda. Denominado pelos comerciantes de tradição, o ato comercial é marcado pelo atendimento personalizado, a venda à granel, a amostragem dos produtos em sacos de linhagem ou pendurados à vista do freguês, a utilização de técnicas de embalagem de produto pouco usadas por outros centros de abastecimento alimentar, como é o caso da utilização de papel e cordão (“barbante”), denominada de embrulho.

Através de uma unidade de posicionamento discursivo, como foi o exemplo, da autodenominação de mercadeiro, expressa no Jornal do Mercado, e em fontes diversas como, revistas, entrevistas, atividades culturais, exposições e reuniões com os agentes públicos, são intencionalmente destacados nas locuções dos comerciantes, o reconhecimento dos clientes antigos, o fornecimento de receitas culinárias, o ensinamento aos clientes de como se preparam chás, a orientação sobre pratos e bebidas

adequadas às ocasiões especiais, e até conselhos de vida. Comparado aos demais centros de abastecimento como os supermercados, o atendimento personalizado, as técnicas de venda específicas, e a forma de amostragem e embalagem de produtos características, consubstanciadas na palavra tradição, também é “vendida” como um produto que é apenas encontrado no Mercado Público

A proteção do mercado como patrimônio histórico e a valorização das práticas sociais do grupo no terreno do patrimônio cultural agregam valor ao seu comércio, sendo que os mesmos possuem a percepção de que fazem parte de um comércio especial que sobrevive da história da edificação e das memórias de seus frequentadores.

A afirmação da tradição é encontrada mesmo nos novos restaurantes, que a rigor não teriam a temporalidade necessária - passaram a existir após a restauração concluída em 1997 - para fazer parte da história do Mercado. Os mesmos buscam a tradição, entendida como historicidade, através de fotografias do mercado antigo, ou na fala do proprietário com seus clientes se apresentando como parente ou sucessor de algum permissionário destacado pela antiguidade naquele centro de abastecimento.

A tradição pode ser lida ainda, na organização espacial dos objetos. As bancas colocam em suas placas a data da fundação, alguns restaurantes expõem objetos de clientes famosos, mostram fotos do estabelecimento em algum período marcante para a história do Mercado Público como foi o caso da enchente de 1941.

É importante salientar, para o entendimento do que vem a ser tradição, que os mercadeiros não percebem o desenho do seu espaço de trabalho, como uma aproximação da recuperação histórica do projeto de construção do Mercado Público, como faz o grupo dos produtores do espaço. A preocupação dos comerciantes é antes com a organização interna da banca, com a amostragem do produto, com a circulação do freguês, com a sua posição à frente do balcão. Em outras palavras, o novo desenho das bancas e do interior (após a restauração) do prédio, não é entendido, por estes sujeitos sociais, como recuperação aproximada de um período da história da cidade marcada pela construção da edificação. A temporalidade histórica compreendida pelos permissionários como tradição, mais do que interessada na recuperação arquitetônica do prédio no sentido de documento histórico, está preocupada em mostrar a manutenção através do tempo, do processo de produção e transmissão de um saber que identifica a singularidade do trabalho no Mercado Público, realizado pelos mesmos.

A fala dos comerciantes para as mais diversas fontes de produção de conhecimento, e divulgação de idéias, é uma forma de trabalho da memória (BOSI 1994) que reafirma constantemente que o Mercado Público é um espaço de tradição.

Nesse sentido, pode-se dizer que os mercadeiros se consideram uma espécie de guardiões da tradição e da história do mercado.

Por entender tradição, na visão dos comerciantes, como uma relação de trocas comerciais, que envolvem necessariamente a presença do mercadeiro e do cliente, não se pode perder o horizonte de que as identidades ganham sentido na interação com o outro. Os fregueses dos comerciantes em especial, e os demais freqüentadores do Mercado Público, constituem uma situação de interação. A esse respeito contribui Menezes (1998) com o seguinte apontamento:

A identidade pessoal, como todo o processo de construção ou reforço de identidade, não remete a uma essência, mas a uma situação de interação, ou seja, se define sempre, diante do outro (grifo do autor), de preferência na escala de grupos ou sociedades (MENEZES, 1998 p. 96)

O Jornal do Mercado, no papel de voz dos comerciantes caminha nesta direção:

É este espírito que a cada dia, fortalece o mercadeiro, no seu trabalho no seu viver e principalmente cultivando virtudes e valores herdados pela tradição. Pois aqui não temos clientes, mas sim amigos, amigas, pessoas que não são apenas números, mas seres humanos que juntos conosco constroem um mercado cada vez mais bonito e pujante, um mercado de todos e para todos. (Jornal do Mercado nº1 setembro-2007 p. 8)

A tradição, embora percebida como uma técnica ou saber transmitido de geração a geração, está vinculada a uma noção de permanência no tempo da edificação que abriga o Mercado Público, que é relacionada à biografia, ou a história pessoal do comerciante que ao longo dos anos vem desenvolvendo suas atividades profissionais naquele centro de abastecimento alimentar.

O mercadeiro 1 afirma que “a tradição do mercado é parte da história do mercado”. Continua, vinculando sua história pessoal com a longevidade do Mercado Público. Diz:

Hoje tenho 60 anos, comecei aqui com nove anos de idade e é preciso contar para as futuras gerações o que é que representa o mercado para Porto Alegre. (...) a atenção ao cliente é tradição. Não é só ponto de venda (Mercado

Público), e sim marco histórico, muitos políticos, alguns presidentes e, até pedreiro, compram aqui.

O depoimento chama a atenção para dois aspectos importantes, o primeiro é o de que, na visão dos mercadeiros, o mercado é um espaço de acesso democrático e que a forma de atendimento é a mesma não importando a condição social ou econômica do cliente. Ainda, quando o JM (nº1, setembro de 2007 p.8) diz “são seres humanos que junto conosco constroem um mercado”, e completa com a afirmação “um mercado de todos e para todos”, estas palavras, no contexto analisado, podem ser interpretadas como a de que o mercado não se configura como ambiente elitizado, sendo, portanto, espaço de convívio para a população da cidade em geral e, que o modo de ser do mercadeiro é compreendido e valorizado pelas memórias dos frequentadores. Em direção a este sentido, se pronunciam os comerciantes:

Aqui os clientes ficam muito felizes porque são chamados pelo nome, diferente dos supermercados, onde todos são anônimos. Os clientes vêm aqui, conversam com o funcionário, comigo, às vezes contam até coisas particulares, problemas, alguma dificuldade, a gente ajuda, para que eles saiam mais aliviados. (Jornal do Mercado nº4 dezembro-2007 p. 16)

O segundo aspecto que chama a atenção nas palavras do mercadeiro 1 é a de que o Mercado Público é um marco histórico.

Confirmando o que pensa o mercadeiro 1, o Jornal do Mercado sublinha este fato na apresentação da coluna “Depoimentos Ilustres” que assim começa a descrição:

O Mercado tem milhares de frequentadores alguns mais famosos e conhecidos que os outros, mas todos ilustres amigos do nosso maior patrimônio arquitetônico do centro da cidade. (Jornal do Mercado nº1 setembro-2007 p.11)

A afirmação acima reforça a matéria de capa do primeiro número do jornal avaliado, intitulada “Reforma no Mercado: Mais Qualidade para Todos”, que diz no corpo do texto:

Mantendo suas características arquitetônicas e o conceito histórico que o levou a ser tombado como patrimônio histórico e cultural do município de Porto Alegre em 1979.

O JM para enfatizar a relação do Mercado Público com o patrimônio histórico da capital, em especial na zona central da cidade, desenvolveu ao longo dos anos de 2007 e 2008 uma série de reportagens sobre outras edificações tombadas como

patrimônio histórico, como é o exemplo do Teatro São Pedro, Chalé da Praça XV, Usina do Gasômetro, Viaduto Otávio Rocha, entre outros. Além destas reportagens, deu destaque a programas de educação patrimonial e a programas municipais de revitalização do centro de Porto Alegre.

A partir de 2009 o Jornal passou a publicar matérias sobre outros mercados em várias cidades do mundo, todos eles patrimônio de suas localidades.

A arquitetura do Mercado Público, como se referem os mercadeiros ao repertório arquitetônico que caracteriza a edificação construída para a função de mercado, é também um elemento valorizado pelos comerciantes principalmente após o processo de restauração. A esse respeito marcamos as observações do mercadeiro 2:

O prédio tá bonito, restaurado. A preservação fez os porto-alegrenses sentirem mais orgulho da sua cidade.

A percepção do entrevistado 3 relaciona o tombamento (realizado em 1979) à restauração executada na década de 1990, no sentido da responsabilidade pela preservação do prédio. Conforme relata o entrevistado:

Hoje o prédio é tombado, é uma obrigação por parte do poder público que ele tem com a sociedade, a gente tem a parte comercial, mas é preciso preservar o patrimônio histórico que a gente usa.

Esse depoimento é importante em razão dos conceitos de patrimônio que o mesmo faz emergir.

A primeira assertiva do depoimento é a de que o prédio por ser tombado é obrigação do poder público conservá-lo. Tal percepção se aproxima do conceito de patrimônio defendido por Arantes (2008), termo que designa um conjunto de bens que podem ser tanto tangíveis quanto intangíveis, que participam da construção de pertencimento, da identidade e da continuidade da experiência social dos grupos que compõe a sociedade. No entanto, a definição de patrimônio, nesta visão, está centrada na proteção oficial aos conjuntos de bens patrimoniais.

A chancela do poder público, que para o mercadeiro em questão se reveste em responsabilidade de preservação, tem para Arantes (op. cit.) o sentido de ser o mesmo (poder público), juntamente com outras instâncias da sociedade, representativo do todo social, e ao mesmo cabe classificar e destacar bens patrimoniais importantes para a continuidade da experiência social dos grupos componentes da sociedade, como

relevantes para a identidade do todo, ou da totalidade da sociedade que o poder público representa.

O segundo sentido que é oportuno sublinhar no trecho da entrevista acima destacado é a frase “é preciso preservar o patrimônio histórico que a gente usa”. Nesta parte da entrevista é possível localizar duas idéias básicas para o estudo a que nos propomos. A primeira é o conceito de patrimônio histórico que é, segundo Fonseca (2003), o valor de um bem patrimonial ser baseado no objeto, na autenticidade e na perenidade do bem.

Porém, no caso da entrevista analisada, o patrimônio histórico é valorizado por possuir uma função de uso. Em outras palavras, o Mercado Público, embora tombado pela importância, ou excepcionalidade da sua arquitetura deve ser visto como um lugar de práticas culturais e coletivas.

No entanto, os comerciantes percebem na paisagem do centro da cidade, em especial na área contígua ao Mercado Público, a existência de outros bens patrimoniais. Assim como, no caso da restauração da edificação onde exercem suas atividades, faz parte do entendimento do conceito de patrimônio cultural destes sujeitos sociais, a idéia de que para ser considerado patrimônio um bem deve receber a chancela do poder público. Tal chancela deve vir necessariamente acompanhada da responsabilidade do setor público sobre a preservação destes bens.

Pode-se dizer baseado nos depoimentos colhidos, que existe a visão de que se faz necessária a existência de um projeto mais amplo de conservação do patrimônio edificado da região do centro da cidade, porém este projeto ou ação por parte do poder público deve ser iniciado a partir da experiência adquirida no Mercado Público, em razão do entendimento do grupo em questão de que o mercado – e não outra estrutura material localizada no centro - é o coração da cidade.

Vão ao encontro dos argumentos acima as palavras obtidas na entrevista com o mercadeiro 2, que assim se pronuncia:

Depois da revitalização do mercado, acho que agora é a hora da restauração do chalé, do centro, etc. A restauração do mercado fez com que o porto-alegrense valorizasse mais o mercado, por isso a população deve se orgulhar se tiver uma revitalização do centro. Hoje com o prédio bonito, reformado, as pessoas têm mais orgulho da sua cidade.

A linha dos argumentos acima é seguida também pelo mercadeiro 3 que em seu depoimento destaca o que segue:

O mercado é o coração do centro. Acho que a obra no mercado deve ser vista como um chamado para revitalizar o centro. Revitalizar o centro, para mim, começa pelo mercado.

O próprio JM corrobora com esta visão por meio da publicação de depoimentos de convidados em suas colunas. A coluna “Depoimentos Ilustres” do exemplar nº 16 de março de 2009 traz com destaque o pensamento do poeta Fabrício Carpinejar a respeito de dever ser o mercado o mecanismo propulsor de ações planejadas para o campo da conservação patrimonial no centro da capital. Afirma, nesse sentido, o poeta:

O Mercado tem essa dimensão cultural de começar uma revolução no centro, que precisa ser revitalizado. E o Mercado Público acaba sendo o ponto de partida porque ele é muito bonito e atraente. (Jornal do Mercado, nº 16 março de 2009 p. 3).

A importância da restauração empreendida no Mercado Público como um atrator para desencadear um processo de conscientização da população para a preservação patrimonial é destacada mesmo na fala dos técnicos da área patrimonial. Num espaço generoso dado pelo JM ao Programa Monumenta em Porto Alegre a coordenadora do Projeto a esse respeito assim se manifesta:

O Mercado Público tem papel fundamental neste processo de requalificação do centro histórico de Porto Alegre, ao lado da Praça da Alfândega. O Mercado é o centro de tudo isto, o elemento de maior importância de toda esta revitalização que está sendo feita no centro (Jornal do Mercado, nº 8 maio de 2008 p. 3).

As afirmações acima apontam para a compreensão, tanto por parte dos mercadeiros, como por parte dos produtores do espaço, neste último escopo incluídas as autoridades municipais, de que existe um movimento que aponta para a necessidade de ações voltadas para a preservação patrimonial em especial na zona central da cidade.

A consciência atual sobre a necessidade de serem desenvolvidas ações visando à preservação do patrimônio cultural da área central da capital está relacionada, de certa forma, a movimentos em prol da permanência do prédio que abriga o Mercado Público, ameaçado de demolição entre o final da década de 1960 e o ano de 1979, quando a edificação estudada é tombada como patrimônio histórico de Porto Alegre.

A paisagem no entorno do Mercado Público mudou constantemente desde a inauguração do edifício em forma de quadrilátero no longínquo ano de 1869. As razões para tanto estão principalmente relacionadas aos sucessivos projetos de modernização da cidade desenvolvidos com ênfase a partir das décadas de 1930 e 1940.

A reordenação do espaço urbano em função de projetos de modernidade, que incluíam o saneamento de lugares de sociabilidade e verticalização das edificações, (PESAVENTO, 1991) atingiu com vigor o centro, primeiro espaço construído na cidade.

A modernidade empreendida em Porto Alegre, com o fim de tornar a antiga vila colonial em uma cidade nova, emergente, com o perfil de uma metrópole (GIOVANAZ 1999) pautou-se pela substituição do perfil arquitetônico colonial antigo pelo novo, ou se poderia usar como metáfora, que a metrópole foi erguida por administradores e intelectuais que puseram o olhar no futuro sem manter os pés no passado.

Nas quatro primeiras décadas do século XX, na área próxima ao Mercado Público foi construído o Viaduto Otávio Rocha, e abertas as avenidas Borges de Medeiros, Farrapos e Alberto Bins.

Porém é na década de 1970 que ocorre o mais violento processo de destruição e de reconstrução urbana na cidade. Particularmente no entorno daquele centro de abastecimento alimentar de mais de cento e quarenta anos, com a desativação das linhas de bonde e a implementação dos terminais de ônibus urbanos em toda a volta do prédio, o que descaracterizou o que ainda restava da antiga fisionomia da área, com o fim da utilização das antigas estações de bondes e do espaço de trabalho das floristas que marcavam aquele trecho do centro. Objetivamente naquele período cresceram as ameaças de demolição por parte da administração municipal do Mercado Público.

A oposição definitiva às possibilidades de demolição foi encontrada em dezembro de 1979 com o tombamento da edificação pelo poder público municipal. O Mercado Público fez parte dos primeiros cinco prédios protegidos pelo interesse histórico na cidade, juntamente com o Paço dos Açorianos, a Ponte de Pedra, o Solar dos Câmara e a Capela do Bom Fim.

As iniciativas para criar uma legislação que tivesse como objetivo preservar o patrimônio histórico municipal começaram no início dos anos 70 do século XX, como

uma reação da comunidade de intelectuais e formadores de opinião ao processo de destruição da memória material de Porto Alegre.

O modelo de modernização urbana, na forma como foi implantado na cidade, desde as primeiras décadas do século passado, gerou um processo de reação que culminou num movimento pela preservação dos bens de valor patrimonial. Um movimento com este caráter se constituiu num campo de práticas e normatizações de interesse do patrimônio, difundidas a partir de um grupo de comunicadores, funcionários públicos, professores, arquitetos e intelectuais com representatividade na sociedade, que conseguiam repercutir suas representações de patrimônio histórico. O movimento que surgiu a partir da reação ao projeto de modernização urbana aplicado na capital, se aproxima ao que Lewgoy (1992) vai chamar de campo do patrimônio⁷:

Campo que se constitui num sistema de relações objetivas entre os agentes sociais encarregados das tarefas práticas e simbólicas ligadas ao tombamento e preservação de bens culturais (LEWGOY, 1992 p. 71).

Porém, o que interessa para os fins deste texto, com a rápida recuperação das razões das profundas modificações sofridas pela paisagem da área de entorno do mercado, e do seu tombamento no nível municipal, é a percepção dos mercadeiros a respeito do processo que resultou na proteção oficial do seu local de trabalho.

Os comerciantes possuem a clareza de que o tombamento (completou 30 anos em dezembro de 2009) do prédio onde exercem suas atividades laborais foi o resultado de uma resposta à mobilização de setores da sociedade às ameaças de demolição do prédio.

Como parte interessada sobremaneira naquela mobilização, os mesmos criaram em 1967 a Associação dos Permissionários (ASCOMPEPC), com a finalidade de defender o mercado da demolição. Sobre este acontecimento é importante relatar o depoimento de um dos fundadores da Associação:

Nos anos 70 o prefeito era Telmo Thompson Flores (1969 – 1975), afeito à obra e construção de túneis. E queria demolir o mercado. (...) A verdade também era que o mercado estava muito abandonado, o que reforçava a idéia de demolição. Achamos por bem defender o mercado. Um grupo foi ao prefeito com a proposta de pintar, arrumar e fazer o que fosse preciso para

⁷ Para exemplo de ação dos atuadores do campo do patrimônio em campanha em prol da preservação de exemplares da arquitetura colonial portuguesa em Porto Alegre, ver Possamai, Zita Rosane. Nos bastidores do Museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: EST Edições, 1991

recuperá-lo. E em três anos, então, o mercado seria entregue para o prefeito que aceitou a proposta. Daí em diante começou a mobilização pela defesa e permanência do mercado, com apoio expressivo da imprensa. (Jornal do Mercado n°8 maio de 2008 p. 16)

O depoimento relata que a necessidade de organização dos comerciantes em torno de uma associação foi em decorrência de um plano de modernização da cidade que abarcava a construção de grandes obras viárias, e que o prédio do mercado, sujo e mal cuidado, era uma unidade material ultrapassada naquele modelo de urbanização que não deixava espaço para projetos de conservação da memória da capital.

Outro ponto importante da narrativa apresentada é que ocorreu um movimento de mobilização pela salvação da edificação com o apoio expressivo da imprensa. Fazendo coro com o depoimento comentado, outro permissionário, que associa sua longevidade à frente de uma das bancas comerciais, às mudanças ocorridas na fisionomia do entorno do mercado, acrescenta que a população também se mobilizou pela causa da preservação:

Vi o desenvolvimento de Porto Alegre. Vi quando todos esses grandes prédios foram desenvolvidos a partir de 1960. A gente cresceu junto com a cidade. Relembro a época quando queriam demolir o mercado. Foi quando a rodoviária estava sendo construída. Felizmente a insana idéia não foi em frente, pela resistência da população e da imprensa. (Jornal do Mercado n°4 dezembro de 2007 p. 16)

Os permissionários, por meio de depoimentos, demonstram que percebiam a atuação de um grupo de influência em prol da preservação do Mercado Público e da importância econômica do prédio para o sustento de suas famílias. Um dos comerciantes é enfático a esse respeito:

Foi feito um grande movimento para evitar tal tragédia, jornalistas, historiadores, políticos, advogados e clientes, todos nos apoiaram, fazendo corrente muito sólida. Eles não estariam destruindo um prédio e sim famílias inteiras (Jornal do Mercado n°6 março de 2008 p.12)

Entretanto, nenhuma manifestação por parte dos mercadeiros apontou na direção de que percebiam a existência de uma dimensão mais ampla no movimento de comunicadores, intelectuais e clientes a favor de uma política de preservação para o patrimônio cultural da cidade.

A constituição de um campo do patrimônio e a idéia de processo que conduziu à existência na atualidade de projetos urbanos de re-qualificação das áreas centrais consideradas patrimônio de Porto Alegre é vista com clareza por técnicos da área patrimonial e por algumas das vozes que deram eco ao movimento preservacionista dos anos 70 do século XX.

Em entrevistas ao JM, alguns dos participantes do movimento pela preservação do Mercado Público, mostram que a sua luta era mais ampla e consistia num embate contra o modelo de modernização urbana que estava sendo implantado. Com fins de sustentação dos argumentos acima se apresentam as palavras de um dos jornalistas que liderara o movimento pela preservação patrimonial em Porto Alegre:

Foi em 1972. Enchi de ouvir falar em viadutos, era só o que tratava o prefeito de então (Telmo Thompson Flores – 1969 a 1975). E descobri, até porque ele anunciou publicamente, que estaria destruindo “aquela velharia”, o Mercado Público, para abrir uma grande avenida. Foi aplaudidíssimo pelos que diziam que era preciso transformar Porto Alegre numa metrópole (Jornal do Mercado nº 8 maio de 2008 p. 3)

As razões para lutar pela preservação patrimonial e em especial do Mercado Público aparecem logo a seguir na concepção de patrimônio, ilustrada por um dos líderes do movimento preservacionista:

Aquilo me irritou. Como? Derrubar o Mercado? Um prédio do fim do século XIX, harmônico em suas linhas simples, mas indiscutivelmente, uma marca do centro da capital gaúcha, uma referência histórica e sentimental (Jornal do Mercado nº8 maio de 2008)

A entrevista apresentada merece uma breve análise. Por primeiro ponto de encaminhamento de questões nota-se que existe um sentimento, que se transforma em movimento, de resistência a um modelo urbano onde a “cultura do automóvel” é responsável por uma construção de uma cidade despersonalizada. O ideário de metrópole oferecido pela prática da administração municipal e apoiada por grupos influentes da população naquele período histórico, mostrava como atraso (“velharia”) a existência de prédios que tinham forças para representar um modelo de cidade do passado e as classes sociais produtoras daquela arquitetura. Na verdade estava em discussão a necessidade que as cidades possuem de ter uma identidade própria.

Merece destaque também a idéia de que a luta pela preservação do mercado estava inserida dentro de um escopo mais amplo onde seria necessária a permanência no

espaço urbano de edificações classificadas como patrimônio histórico (CHOAY, op.cit.).

Nessa linha de pensamento se posiciona um historiador, articulador do movimento preservacionista em Porto Alegre, na segunda metade do século XX:

O Mercado ficou sendo o referencial mais importante da cidade velha. Nossa capital destruiu todos os seus referenciais mais antigos. Das igrejas sobrou a da Conceição, nem sei como. A velha matriz que era de 1780 derrubaram para fazer a catedral moderna de estilo Renascença italiano. A das Dores é agora a mais antiga da cidade, mas já desfigurada. A fachada foi projetada por um alemão e era originalmente barroca e lusitana. A única igreja que se mantém com o estilo original é a da Conceição. Houve isto em Porto Alegre: uma mudança de gosto, que atingiu os próprios luso-brasileiros, seduzidos pelo gosto germânico (Jornal do Mercado n° 17, maio de 2009 p. 8)

O depoimento pode ser interpretado em mais de uma vertente: a primeira é a de que o movimento pela preservação do mercado não era vista de forma isolada, e o segundo viés de interpretação mostra que havia uma preocupação com a preservação em particular, de evidências materiais que representassem a arquitetura luso-brasileira, pois se corria o sério risco de perder a memória da “cidade velha”.

A visão, porém, de que existe hoje uma mentalidade propícia à preservação do patrimônio cultural da cidade, e de que esta visão foi gerada por um longo processo que envolveu a formação de um campo do patrimônio em Porto Alegre, como reação ao processo de demolição de prédios significativos para a memória da cidade, é realçada com nitidez na entrevista dada por uma arquiteta ligada à área do patrimônio ao Jornal do Mercado:

Acho que Porto Alegre está preparada para esta nova mentalidade. O primeiro trabalho é não deixar demolir, como queriam fazer com o Mercado, a Usina do Gasômetro, o Hotel Majestic. Aos pouquinhos foi sendo feita uma lei, cadastro, inventários dos imóveis, depois é que se chegou na restauração. (...) Porque a gente dependeu daqueles que lá nos anos 70 foram os precursores. Movimentos propulsores, com gente que estudou, que se dispôs a ir para a rua protestar, até na época da ditadura. (Jornal do Mercado n° 26 março de 2010 p. 5)

Os mercadeiros, por outro lado, embora manifestem a compreensão de que a resistência para a manutenção do prédio do Mercado Público, empreendida nos anos 70 do século passado, foi apoiada por um forte apelo de grupos sociais influentes na

comunidade porto-alegrense da época, enxergam os movimentos decisivos para a não destruição do seu local de trabalho a partir das práticas tradicionais construídas na relação com os clientes.

A esse respeito, seguiremos com as citações de depoimentos:

A luta deu resultados e o Mercado não veio abaixo. Suspeito que na verdade o general Médici tenha dado uma ordem expressa de não destruí-lo. (Jornal do Mercado nº 8, maio de 2008 p. 16)

Sobre a relação com clientes que foram presidentes no regime militar brasileiro (1964-1985), relata um dos permissionários:

Até o presidente da república, general Ernesto Geisel visitou o Mercado e fez aqui suas compras. (Jornal do Mercado nº6 março de 2008 p. 16)

Outro tradicional mercadeiro que acompanhou *in loco* a luta pela preservação da edificação relata ao Jornal do Mercado a influência de supostos clientes no processo de assegurar a salvaguarda do Mercado Público:

Foram várias noites mal dormidas até que veio a notícia pelas ondas da Rádio Guaíba, no Repórter Esso, “20 gaúchos que residiam no Rio de Janeiro, quando souberam que iam demolir o Mercado, se reuniram e foram à Brasília. No meu entender o Mercado só está tombado como um patrimônio histórico graças a atitude desses porto-alegrenses residentes no Rio de Janeiro (Jornal do Mercado nº7 abril de 2008 p. 12)

A análise deste capítulo até o momento oferece perspectivas para a compreensão da visão que os mercadeiros possuem sobre o que venha a ser patrimônio cultural, e a relação deste patrimônio com o processo que gerou o tecido urbano encontrado na zona central da cidade na atualidade.

Os dois últimos depoimentos apresentados relacionados ao movimento social que defendeu a permanência do Mercado Público no local onde está, compondo a paisagem urbana do centro da cidade, mostram que a compreensão sobre o desfecho do processo que culminou no tombamento da edificação é percebida a partir de suas práticas sociais.

Denominada pelos mesmos de tradição, essas práticas compreendem um conjunto de técnicas de trocas comerciais entre permissionários e clientes, personalizadas, balizadas por uma permanência no tempo.

Nessas trocas os comerciantes criam uma situação de interação com seus clientes onde são passados valores importantes para a identidade do grupo de

mercadores, como a valorização do trabalho, a democratização do espaço de vendas, a resistência à despersonalização dos novos centros de abastecimento e de lazer e a longevidade do Mercado Público (pela produção de símbolos como fotografias e objetos).

O Mercado Público é destacado pelos comerciantes como resistente – sobreviveu aos incêndios de 1912, 1972 e 1979 e à enchente de 1941 – e permanente no tempo como destaca o Jornal do Mercado:

A República, ainda nem havia sido proclamada, assim como a escravidão também não tinha sido abolida, mas o Mercado já havia erguido suas paredes no distante ano de 1869 em estilo neoclássico. (Jornal do Mercado nº21 setembro de 2009)

A fala dos mercadores quando referida à história do Mercado Público, traz consigo uma aproximação com a trajetória pessoal daqueles comerciantes. Os mesmos se enxergam como resistentes, pois alguns deles relatam que foram atingidos pelos dois últimos incêndios (1972 e 1979) acontecidos no prédio. Resistiram às tentativas de demolição da edificação. Também resistem à concorrência feita pelos supermercados, e por fim aos prejuízos econômicos que sofreram durante a restauração entre os anos de 1992 a 1997.

A permanência no trabalho de mercador é de longa duração e o início das atividades na profissão se deu pelas mãos dos pais, já permissionários, ou por parentes e amigos. Assim a presença deste grupo social nas dependências do Mercado Público é reforçada nos seus depoimentos, tanto para as entrevistas colhidas, quanto na afirmação de sua identidade de mercador expressas no Jornal do Mercado, como uma espécie de memória do Mercado Público.

No trabalho (árduo) no mercado construíram suas famílias e iniciaram nas atividades de mercador os filhos, parentes ou amigos. O longo tempo das atividades de comércio naquele prédio e a passagem de um saber – as técnicas de comércio – de geração para geração são vistas com destaque no depoimento de um dos mercadores a seguir:

Como pessoas que estão de geração a geração há 140 anos, aqui vivendo, trabalhando e principalmente sendo responsáveis pelo nosso Mercado. (...) Como o Cláudio Klein (também mercador – grifo meu) lembrou, certa vez Mário Quintana lhe disse: “O Mercado é protegido pelos fantasmas do tempo” (Jornal do Mercado nº 10 julho de 2008 p. 15)

3.1 “O Carregador, com carrinho de frutas, o que ele faz aqui é patrimônio”⁸

A interpretação auferida pelo texto até aqui conduz a pensar-se que nas várias situações de interação com o outro, nesse caso entendido não apenas como o cliente, mas os produtores do espaço e mesmo as pessoas atingidas pelo JM e pelo o site do mercado, a interlocução estabelecida entre os mercadeiros e os demais sujeitos, quando os comerciantes se reportam à trajetória do Mercado Público, se manifesta por meio de um enunciado de auto-representação.

Sobre o objeto (Mercado), entendido aqui como documento, Menezes (1998) pensa que pela razão de que os objetos estão permanentemente sujeitos a transformações de toda a espécie (morfologia, função, sentido), estes objetos materiais têm em si uma trajetória.

Tal trajetória pode ser lida como uma espécie de biografia do objeto. Como qualquer estudo biográfico se faz necessário estudar este objeto em situações – que podem ser históricas – determinadas.

Menezes (op.cit.) chama a atenção de que “não se trata de recompor um cenário material, mas de entender os artefatos na interação social. (...) a biografia dos objetos introduz um novo problema: a biografia das pessoas nos objetos” (MENEZES, 1998 p. 92)

Essa linha de condução de pensamento leva a perceber que a relação patrimonial estabelecida entre mercadeiros/sujeitos e mercado/objeto faz com que os primeiros enxerguem o Mercado Público como um objeto pessoal como fazem os colecionadores privados, o que significa que o objeto passa a representar suas próprias trajetórias e, como enfatiza Menezes (op.cit.), nesse caso os objetos vão funcionar como vetores de construção de subjetividades.

Em outras palavras a atribuição de valores dados ao Mercado Público como resistente (lutador), permanente no tempo, lugar de trabalho, são representações da auto-imagem dos mercadeiros.

Essa condição, de certa forma justifica que os depoimentos apresentados nas fontes pesquisadas mostrem o cenário do entorno do mercado como uma paisagem

⁸ Depoimento encontrado no vídeo “Vidas que passam pelo Mercado” – Trabalho de conclusão do Curso de Pós-Graduação em Educação e Patrimônio Cultural – FAPA 2000. Autoria: Daisy Senna e Maria Lúcia Roig

mutável, onde os permissionários, a partir de uma estrutura material com perenidade no tempo se convertem em testemunhas oculares das mudanças no centro da cidade.

Nesse sentido, é recorrente que as palavras de comerciantes e clientes, se reportem, por exemplo, aos anos 1940 e 1950, quando o Mercado Público fazia parte do roteiro boêmio do centro, relatem as mudanças no modal de transportes com a substituição dos bondes pelos ônibus e por último sobre as mudanças no entorno do prédio ocorrido com a construção da estação do metrô.

É importante para o grupo de produtores do espaço estudados no capítulo anterior, entre as funções do conceito de patrimônio que constituíam o repertório de análise daqueles técnicos, a visão de que patrimônio é bom para representar era predominante, ou seja, para aqueles técnicos patrimônio é uma categoria que serve para identificar: estruturas materiais, períodos históricos, repertórios arquitetônicos, projetos urbanos, e outros. (GONÇALVES, 2003)

Para os mercadeiros, suas práticas sociais, as quais entendem por tradição, não estão apenas na substância das trocas comerciais realizadas de forma peculiar, mas manifestam-se também na produção de uma série de símbolos.

Para esse grupo não importa tanto a recuperação da arquitetura original (identificada pelos técnicos) relacionada ao interior do prédio, mas a manutenção de sinais e símbolos que remetam a ser o Mercado um espaço tradicional da cidade. Para estes, faz sentido estampar o ano de fundação das bancas nas placas de identificação do estabelecimento, organizar as mercadorias, no formato de feira onde se misturam gêneros alimentícios, usar uniforme de feirante e, sobretudo, fazer a mediação com o passado por meio de imagens que atestam a antiguidade do mercado e de seus fatos mais marcantes (símbolos de resistência) como a enchente de 1941 e o incêndio de 1912, pendurados nas paredes de restaurantes e outros estabelecimentos comerciais.

Gonçalves (op. cit.) chama a atenção para um ponto extremamente importante, que é o fato de que os seres humanos usam seus símbolos para agir, e não somente para se comunicar. Na ótica do grupo que estamos analisando neste momento, patrimônio é usado não somente para simbolizar representar ou comunicar: serve para agir. Quer dizer, não existe somente para “representar idéias e valores abstratos e para ser contemplado (*grupo de técnicos*). O patrimônio de certo modo, constrói, forma as pessoas”(grifo meu) (GONÇALVES, 2003 P. 27).

A idéia apresentada por Gonçalves (op. cit.) de que patrimônio também pode se formar na ação, na formação das pessoas, de certa forma justifica o fato de os mercadeiros darem sentido ao processo que culminou na proteção formal do Mercado Público na década de 1970, a partir de suas práticas sociais.

De igual forma, o grupo de comerciantes, não valoriza, nos mesmos termos que os produtores do espaço, a volta do desenho original do interior do Mercado Público, por meio da reconstituição do antigo espaço do pátio interno, pois esta intervenção na escala interior do prédio é vista como uma representação de valores abstratos ou de uma idéia de representação histórica.

É certo que por esmagadora maioria os comerciantes reconhecem que a restauração do prédio nos anos 90 do século passado trouxe melhorias e valorizou o ambiente de trabalho. No entanto, a representação da planta original do Mercado Público conseguida com a restauração que lhe devolveu a escala anterior quando a edificação possuía um pátio interno, não é vista como essencial para o desenvolvimento de suas práticas de vendas.

Esse entendimento sobre patrimônio, Fonseca (op.cit.) pensa como possível, na medida em que patrimônio passa a ser visto como uma relação da sociedade com a sua cultura. À relação social entre o objeto patrimonial e os grupos que dele fazem uso, a pesquisadora citada denomina de patrimônio cultural.

Outra aproximação factível entre as percepções dos mercadeiros sobre a restauração do Mercado Público e a dos técnicos produtores do espaço estudados no capítulo anterior, é a de que o processo de restauração daquele prédio foi um marco para a conservação do patrimônio da capital.

É consensual entre os técnicos a afirmação de que a experiência obtida com o trabalho desenvolvido no Mercado Público foi um divisor de águas entre a prática na área de restauração levada a cabo em Porto Alegre até o momento de restaurar a edificação analisada, e a concepção sobre restauro que se definiu a partir das obras empreendidas no Mercado Público.

Porém, para os mercadeiros, como já afirmado, não é importante a modelagem técnica de restauração adquirida e implantada a partir da experiência consagrada através das obras no mercado conduzidas pela equipe de técnicos, a visão entre os dois grupos se aproxima quanto à necessidade da existência de um projeto de conservação do patrimônio cultural do centro da cidade. Os mercadeiros, contudo, dão ênfase a que essa

qualificação do centro deve partir do mercado, entendido pelos mesmos como o coração da cidade.

É importante acrescentar, por fim, que diferente dos produtores do espaço, que fazem a ligação entre as edificações protegidas pela legislação patrimonial e a conformação espacial do centro (como foi demonstrado nos mapas mentais), as matérias do JM destacavam monumentos isolados. Não há uma preocupação por parte dos comerciantes com a questão urbana de configuração de um centro onde estes prédios, em momentos históricos diferentes, representaram um projeto de desenvolvimento para a cidade.

3.2 Um mapa de símbolos

Os desenhos apresentados a seguir formam uma espécie de rota ou mapa, que permite seguir os sentidos atribuídos pelos mercadeiros ao mercado público e à zona central da cidade, enquanto bens patrimoniais. Da mesma forma que no capítulo dois, foi solicitado aos entrevistados que expressassem por meio de um desenho o significado do mercado para os mesmos. Logo após este primeiro desenho temático, foi pedido aos interlocutores que procedessem a um segundo esboço mostrando como percebem o centro da cidade.

Um dos entrevistados não manifestou vontade de realizar o segundo ensaio sobre o centro da cidade, no entanto, perguntado sobre o que gostaria de ter desenhado, relatou que seria a Casa de Cultura Mário Quintana.

Para o entrevistado número 1, o Mercado Público é percebido de acordo com o desenho abaixo:

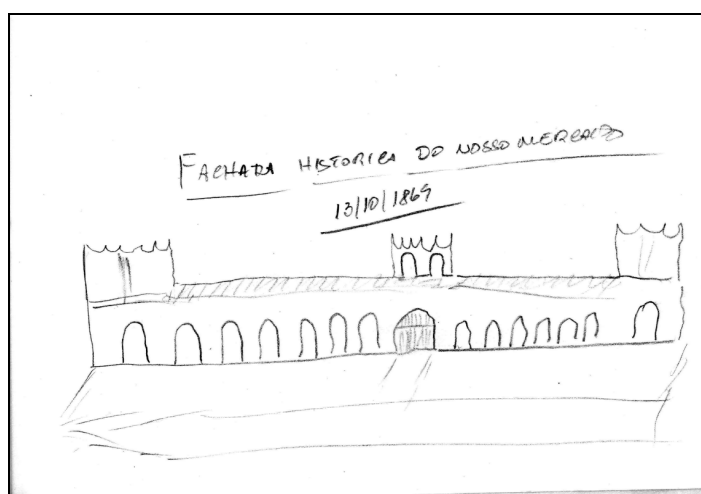


Figura 7. Mapa mental/objeto mercadeiro 1

O desenho mostra a fachada externa do prédio inaugurado em 1869, com apenas um piso e quatro torreões e que foi modificado em 1912, quando passou a ter a morfologia atual, mantendo dois pavimentos e o repertório arquitetônico visto nos dias de hoje.

O mercadeiro por meio deste esboço, aliado aos resultados obtidos com a análise da entrevista, se propõe a invocar uma idéia de perenidade, ou permanência no tempo, de tradição, de resistência.

A fachada externa, da edificação de um só pavimento é mostrada soberana na paisagem. O prédio é visto como único na cidade. O entrevistado possuía a informação que ao tempo da sua construção o Mercado Público era o maior edifício de Porto Alegre.

Este informante não atendeu à solicitação de fazer um segundo desenho sobre o centro da cidade. Como foi explicitado anteriormente, demonstrou que teria desenhado a Casa de Cultura Mário Quintana, abrigada no antigo Hotel Majestic.

A informação acima, coerente com o corpo do texto desenvolvido neste capítulo, leva a pensar que este mercadeiro faz aproximações entre o prédio mencionado e o Mercado Público.

O Mercado Público e o prédio onde está instalada a Casa de Cultura são patrimônios históricos da cidade. Como veremos em outros exemplos, os mercadeiros, ao contrário dos produtores do espaço, não fazem relação entre edificações e a organização do espaço. Nesse sentido aquele equipamento cultural é também uma instituição de longa permanência no tempo e tradicional.

O informante número 2 vai apresentar os seguintes desenhos:

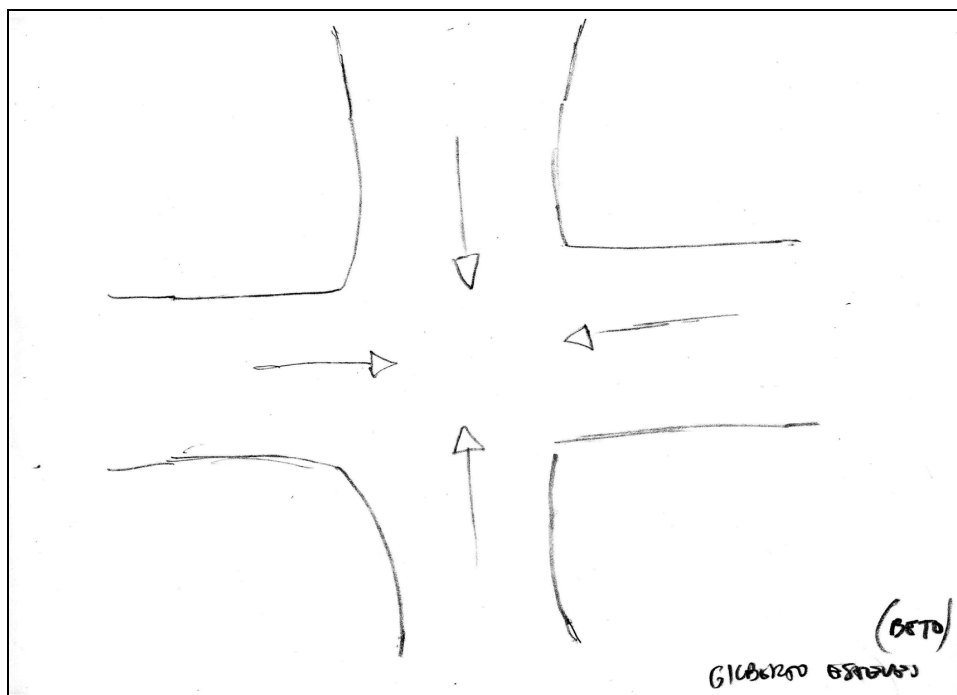


Figura 8. Mapa mental/objeto mercadeiro 2

Este informante diz na entrevista que a escolha da imagem desenhada, que é o cruzamento no centro do Mercado Público, significa, na sua visão, o lugar que permite a circulação, os cruzamentos, isso cria muita energia.

É importante salientar que este mercadeiro trocou de ramo de negócios após a restauração do Mercado Público, deixando de atuar em um açougue para abrir um restaurante no segundo piso. Essa informação é importante, porque o comerciante em questão faz uma distinção entre os perfis de clientes do primeiro e do segundo pavimento. Percebe que a “parte de cima” é nova, mas ressalta que o mercado é tradição. Relaciona os equipamentos contemporâneos colocados quando da restauração a uma idéia de modernização, capaz de trazer a juventude e turistas, porém conservando a tradição, por meio, em especial, da manutenção de lugares que “tem história” como cita o Gambrinus, o Naval, a Banca 40. Valoriza a arquitetura e a restauração do mercado em especial por ter oportunizado a criação de um pólo de gastronomia no segundo pavimento, se diferenciando do centro de abastecimento no primeiro andar. Porém ressalta que mesmo no andar de cima o mercadeiro não mudou,

continua na frente do estabelecimento, mostrando o produto, conversando com o cliente, mantendo a essência, a identidade do mercado, que é a tradição.

Em suma, o desenho destacando um ponto do prédio valorizado pela restauração, mostra a relação destes mercadeiros que trocaram de ramo de negócios a partir das novas estruturas advindas com o projeto de restauração, com o segundo piso encarado como um elemento moderno.

A percepção sobre o centro será comentada a seguir:

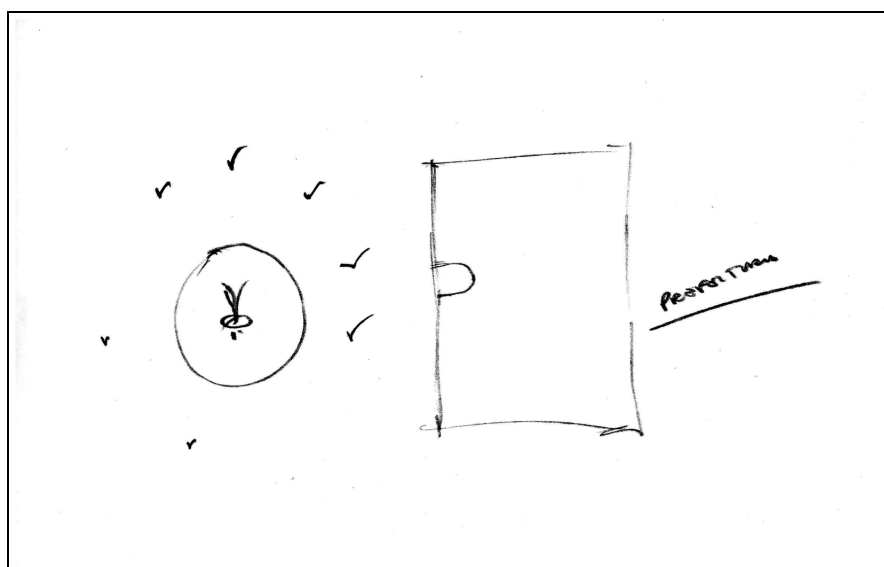


Figura 9. Mapa mental/cenário mercadeiro 2

O desenho é um esboço do Paço Municipal. Pode ser identificada a Fonte Talavera. Da mesma forma que o primeiro entrevistado, este permissionário também destaca no centro da capital um prédio que é patrimônio histórico, de forma isolada.

Nenhum dos desenhos dos mercadeiros representando o centro da cidade como cenário, aponta para uma noção de organização espacial. Prevalece a identificação entre o Mercado Público e os demais prédios tombados na área central.

Para o entrevistado número 3 o Mercado Público representa a sua casa como pode ser visto a seguir:



Figura 10. Mapa mental/objeto mercadeiro 3

O desenho mostra o Mercado Público não como um local de trabalho, mas como o próprio lar. Essa representação é comum nos depoimentos, onde os comerciantes destacam que passam mais horas no trabalho do que em casa. O desenho pode remeter ainda à questão de que muitos dos mercadeiros foram trazidos ao mercado pelos pais ou parentes, depois em muitos casos passam o negócio para os filhos.

Sobre o centro este informante esboça o seguinte desenho:

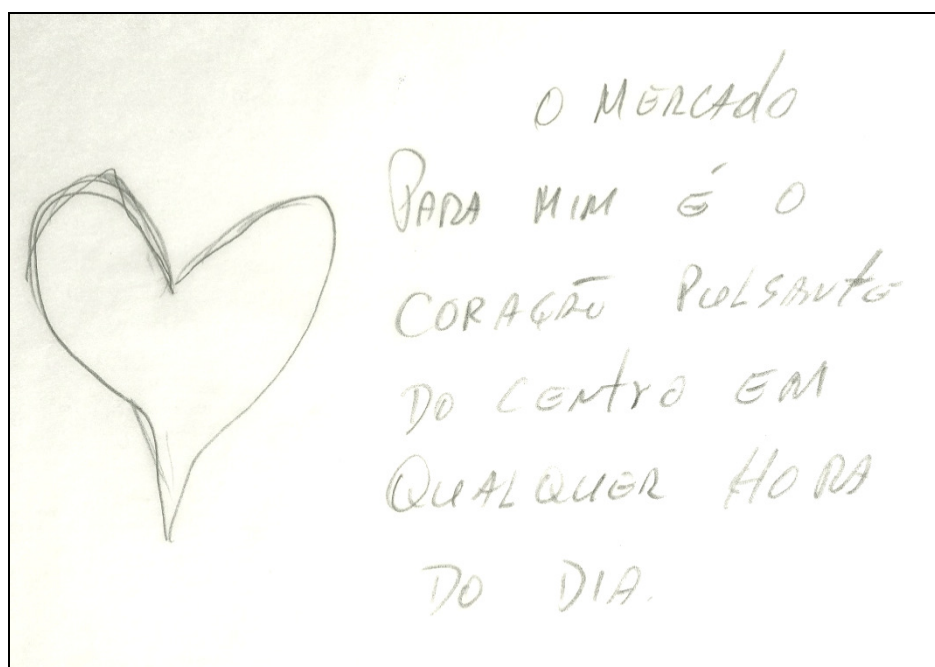


Figura 11. Mapa mental/cenário mercadeiro 3

O desenho está de acordo com um dos pontos apresentados ao longo deste capítulo, que é a visão de enxergar o centro, ou o cenário a partir do Mercado Público.

Os mapas mentais apresentados mostraram que o Mercado Público é percebido como auto-representação dos mercadeiros, onde predominam valores como tradição e permanência no tempo.

Interessante sobre a visão do entorno (centro) é o que o mesmo é visto como um conjunto de prédios com permanência no tempo, identificados com as características atribuídas pelos mercadeiros ao Mercado Público. Porém estes prédios são classificados como entes materiais isolados, sem relação com processos sociais ou políticos ou com a organização espacial do centro da cidade.

3.3 Entrevistas e mapas mentais: uma inter-relação convergente

As considerações parciais de fechamento do capítulo apontam para uma convergência de interpretações entre as duas ferramentas de análise utilizadas, a saber: as entrevistas e os mapas mentais.

Tal afirmação pode ser permitida em razão de que a pesquisa caminhou no sentido de entender que a relação patrimonial estabelecida entre os mercadeiros e o objeto Mercado Público é calcada num processo de construção ou reforço da identidade do grupo.

Em outras palavras, pode-se dizer que as identidades são afirmadas por meio de um processo subjetivo, conformado por situações de interação. Ou seja, as identidades são definidas diante do outro. Assim os mercadeiros se auto-afirmam pelo estabelecimento de práticas sociais que se manifestam diante de um interlocutor.

No caso do grupo estudado, a edificação que abriga o Mercado Público, pode ser vista como uma representação das suas trajetórias. Menezes (1998), alerta que objetos podem funcionar como vetores de construção de subjetividade. Ao analisar as coleções de cunho pessoal, o estudioso apontado, afirma que nesses casos fica “patente esse caráter de interlocução (da coleção), sendo que o que está em jogo é a subjetividade em diálogo” (grifo meu). (MENEZES, 1998 p. 93).

Por esse ponto de vista ganha sentido a compreensão que possuem sobre o movimento que levou ao tombamento do Mercado Público, estar baseado na influência de seus clientes e no fato de sua percepção de cenário urbano estar pautada em edificações isoladas e de longa permanência no tempo.

A noção de patrimônio predominante para estes comerciantes é de que o patrimônio ganha expressão na ação, ou seja, na formação das pessoas e, em consequência, no reforço da identidade destes sujeitos sociais.

4. Alupo Bará⁹ e os movimentos por afirmação

Este momento da pesquisa aborda outros dois grupos sociais que com o Mercado Público estabelecem uma relação patrimonial particular: os sacerdotes de religiões de matriz afro-brasileira e os militantes do movimento negro local.

Para a melhor compreensão do leitor o capítulo será subdividido em duas partes, cabendo à primeira as análises que envolvem os religiosos mencionados e a seguinte dedicada à percepção sobre o papel da edificação que abriga o Mercado Público para os militantes do movimento negro em Porto Alegre.

Ao exemplo das divisões anteriores deste trabalho, o texto está balizado em entrevistas, sendo em número de três as enquetes realizadas com primeiro grupo estudado, e em igual número as entrevistas colhidas com o segundo grupo. Seguindo a metodologia de pesquisa empregada até aqui, foram esboçados mapas mentais visando captar a percepção dos depoentes sobre o Mercado Público e a relação deste com centro da cidade.

4.1 Os sacerdotes de religiões de matriz africana e o patrimônio cultural negro

Para os sacerdotes de religiões de matriz afro-brasileira o mercado pode ser lido em duas dimensões: a primeira numa perspectiva sagrada e a segunda é a percepção de que o prédio erguido ainda no século XIX é capaz de invocar um passado selecionado que contribui para a construção da identidade do grupo em questão. Esta identidade também se mostra tributária de um imaginário que provê representações do continente africano.

A dimensão sagrada do Mercado Público para os religiosos tratados neste capítulo está relacionada ao espaço no centro daquele prédio, ponto de encontro entre as

⁹ Saudação proferida pelos religiosos de matriz africana ao orixá Bará. Cada orixá possui uma saudação específica.

quatro entradas da edificação, local destinado ao assentamento do Bará, localização essa permeada por valores simbólicos.¹⁰

O local contém o que os batuqueiros chamam de axé, ou seja, a energia vinda do orixá Bará catalisada através do fluxo contínuo de pessoas, de “religião” ou não, que passam por ali.

O Bará, segundo o batuque, simboliza a divindade responsável pelos “caminhos”, “cruzeiros”, ou “encruzilhadas”. Situa-se em locais de movimento com grande fluxo de energias, pois sua função é “abrir os caminhos dos indivíduos cuja vida apresenta problemas de diversas naturezas: falta de dinheiro, brigas familiares, etc.” (FERNANDES, 2004, p.10)

Em alguns países africanos, segundo os entrevistados, Bará é o senhor dos mercados, por ser este tipo de centro de abastecimento, o lugar dos encontros, da comunicação, e das trocas de energia.

Pertencente à escala de orixás do *panteon* africano, onde a ordem de homenagens às entidades sagradas guarda uma hierarquia etária que vai de Bará a Oxalá, sendo então, o Bará o mais novo dentre estes entes e, assim, numa progressão ascendente até Oxalá, considerado o “pai dos orixás” (BRAGA, 1998). Portanto, é ele, o Bará, o primeiro a ser homenageado, quem inicia os rituais, bem como as festas dos terreiros em que são evocadas as divindades. Seus elementos são a chave, a foice, a corrente de ferro e as moedas junto às oferendas.

Sendo a entidade que abre caminhos, não é por acaso que o assentamento está próximo ao porto entendido como a entrada da cidade. Aqui cabe ao Bará a função de guardar e proteger Porto Alegre.

Fernandes (op. cit.) acredita que o significado dado ao assentamento só tem sentido a partir da ação permanente dos indivíduos seja através do Passeio (ritual de apresentação dos novos filhos de santo), seja pelas moedas jogadas, ou a meditação ao passar pelo mercado e fazer pedidos. Não exclusivo aos batuqueiros, o fato de jogar moedas no espaço onde está assentado o Bará também pode ocorrer às demais pessoas que possuem conhecimento sobre esse fato.

¹⁰ Fernandes, Mariana B. Relatório de Situação sobre a Tradição Bará do Mercado/SMC e Pesquisa realizada pela Equipe do Memorial do Mercado para a exposição O Bará do Mercado – Memorial do Mercado Público/SMC

Em relação à questão da proteção da cidade alegada à Bará pelos religiosos, Cunha (2007) associa esta ao fato de o Mercado Público ter sido erguido no período escravista, ainda no ano de 1869. As palavras do autor citado estabelecem a relação entre o assentamento em homenagem a Bará e a existência de negros escravizados na capital:

Na memória coletiva, o Bará em Porto Alegre, aparece associando os africanos escravizados ao Mercado Público. O cruzeiro que se forma nos corredores principais do Mercado teria sido o lugar de um assentamento, do orixá Bará para a proteção e prosperidade dos africanos e seus descendentes. O local tornou-se passagem obrigatória para todas as religiões de matriz africana existentes no Rio Grande do Sul. (CUNHA, 2007 p. 12)

A oferenda, no caso a prática de jogar moedas, não somente simboliza um elemento característico do orixá – dinheiro, metal e comércio – mas também o destino incerto da oferta. O fato das moedas serem juntadas por outras pessoas não importa, pois esta prática se insere numa relação de reciprocidade por quem dá e por quem recebe o presente que é o orixá. Mariana Fernandes, ao analisar Marcel Mauss, insere este ato num sistema de trocas simbólico baseado na idéia de “dar, receber, e retribuir” dos indivíduos que estão no jogo. Não se trata de simples trocas de caráter econômico, mas de bens simbólicos inseridos num contexto coletivo. (FERNANDES, 2004, p.12)

O ato de compra de alimentos para o ritual, ou outros elementos para homenagear os orixás como velas, doces, imagens de “santos”, etc. se insere numa prática simbólica para os pais e mães de santo, pois tais elementos adquiridos no Mercado possuem o axé do Bará.

Embora não se tenham dados precisos, pode-se inferir que a ocorrência da Tradição Bará do Mercado é economicamente importante para o Mercado Público. No primeiro pavimento existem em torno de cinco bancas que vendem produtos religiosos. Próximos também se encontram estabelecimentos encarregados da venda de produtos alimentícios e hortigranjeiros, além de chás, ervas, e doces. Nas imediações do Mercado se instalaram várias lojas especializadas em produtos religiosos.

Voltando à questão das oferendas, o ato de jogar moedas no centro do Mercado Público, tem passado por uma revisão, logo após a restauração ocorrida no prédio, por parte dos religiosos no sentido de ser colocado um cofre no local sagrado, para direcionar o valor monetário obtido para instituições que prestam caridade. O religioso 1 em sua entrevista alega que essa medida é necessária em razão de as moedas serem

coletadas em sua maioria por jovens drogados, e que as mesmas retroalimentam o tráfego de drogas desvirtuando o sentido da oferta.

Não se pode perder de vista que antes da restauração ocorrida entre os anos de 1992 a 1997, o centro da edificação que abriga o Mercado Público, era tomado por uma banca denominada de Banca Central. A existência daquele ponto de comércio sobre o local onde está, para os sacerdotes, o assentamento de Bará, nunca impediu a ocorrência do Ritual do Passeio, nem tampouco, a oferta ao orixá na atitude de jogar moedas em direção à banca de comércio mencionada. Também não aparece nas entrevistas dadas pelos religiosos, alusão a nenhum tipo de impedimento ou censura sobre quem recolhia as moedas ofertadas e sobre o destino que a estas davam.

A esse respeito, no sentido de estabelecer um diálogo necessário para a compreensão dos argumentos desta pesquisa, é trazida a voz dos mercadeiros em relação à prática ritual de jogar moeda realizada pelos religiosos na área onde estava localizada a Banca Central. O Jornal do Mercado, ao destacar as práticas simbólicas que caracterizam aquele prédio, reproduz a palavra de um dos sócios (desde 1968) da banca referida:

No tempo que a Banca ficava no centro os religiosos jogavam moedas debaixo da banca, que a gurizada pegava. (Jornal do Mercado nº 24, dezembro de 2009 p. 4)

Outro dos comerciantes, também sócio no negócio de comércio da Banca Central faz coro ao relato acima, afirmando:

A Central antes da reforma ficava exatamente em cima do “cruzeiro” do Mercado, onde os afros religiosos acreditam que está assentada a Pedra do Bará. Respeito a lenda. Eu não sei dizer se ali tinha alguma coisa, sei que ali passava água da rua lá embaixo. E a turma atirava moeda para tudo que é lado, quase pegava na nossa cara. E os funcionários de noite passavam a vassoura e pegavam tudo (Jornal do Mercado nº11 agosto de 2008 p.16)

Pode-se pensar, no entanto, que para os religiosos a inserção no piso do Mercado Público, de um cofre com o objetivo de dar um destino à oferenda que homenageia o orixá, é a manifestação de um sentimento de falta de valorização, ou melhor, de uma valorização insuficiente deste grupo nas representações de patrimônio cultural que o Mercado Público enseja.

Para voltar ao argumento acima com maior rigor explicativo, é necessário fazer algumas considerações breves sobre as manifestações simbólicas relacionadas aos orixás.

Em termos amplos, como salienta Braga (1998), enquanto a religião católica venera seus santos por meio de imagens esculpidas, os orixás são “sentados”, ou seja, são fixados por meio de rituais, em pedras denominadas “ocutás”. São representados, não por imagens, mas por objetos de ferro e madeira através de suas características simbólicas, como se pode tomar, por exemplo, cores, formas, elementos da natureza e objetos associados a cada entidade sagrada.

Os orixás diferentes dos santos católicos, não contam com templos exclusivos dedicados ao seu serviço, mas possuem “moradas”, entendidas como locais onde os orixás vivem e respondem, ou seja, lugares onde recebem suas oferendas.

Os mesmos são divididos, quanto aos seus hábitos e lugares onde respondem às oferendas em dois grandes grupos, os orixás do “seco” e o “povo da praia”. O Bará é componente do primeiro e suas moradas são os cruzeiros ou as encruzilhadas.

Este orixá em particular, segundo Braga (op.cit.) se divide em dois tipos, o de “dentro de casa,” conhecido como Ajelú e ou Aduque, e o “da rua”, denominado de Lanã e ou Lodê. O de dentro de casa é tido como calmo e por esse motivo permite-se que praticantes das religiões afro brasileiras sejam “aprontados” como seus filhos. O de rua ao contrário possui temperamento instável, é visto como inquieto, sendo que não se fazem filhos para ele por ser considerado violento. O Bará conhecido como Lanã ou Lodê (de rua) é simbolizado em pequenas casas vermelhas colocadas nos pátios, na entrada das residências e sua função é proteger o interior da moradia. Essa simbologia pode ser encontrada no Mercado Público na função atribuída ao orixá de proteção da cidade e dos escravos e seus descendentes.

O Bará de casa, chamado Ajelú e ou Aduque, é protegido em pequenas moradas ou outras estruturas de proteção no interior das residências e terreiros. Esse sentido de proteção ao orixá dado por uma pequena morada ou outro tipo de estrutura que tenha a mesma função, era entendido pelo religioso 1 como uma atribuição da Banca Central em função de estar localizada no centro do pátio central do Mercado Público, como afirma o entrevistado:

Havia algo preservando o centro do mercado e com a reforma desapareceu. Agora, deixar vazio o local foi uma afronta, tinha que ter alguma coisa que preservasse o local. Os arquitetos disseram que no meio não passa tubulação para respeitar o local

A princípio a manifestação simbólica do Bará do Mercado ser uma entidade “de casa”, ou Ajelú, e por tanto possuir a necessidade de uma proteção estruturada, não foi compreendida pelos produtores do espaço (RONCAYOLLO, 1988), que buscaram resolver essa questão de cunho simbólico por meio de uma solução de projeto que proporcionou o desvio das redes necessárias ao funcionamento da edificação, de passarem pelo centro do edifício, onde supostamente existe o assentamento dedicado ao orixá.

Embora as pesquisas realizadas pelos técnicos que executaram a restauração do Mercado Público (1992 a 1997) apontassem que o grupo de religiosos de matriz africana se relacionasse para o desenvolvimento dos rituais de homenagem à Bará, com o espaço formado pelo cruzamento das quatro entradas do prédio, e não com a existência naquele local de uma banca comercial, a visão dos primeiros é de enxergar patrimônio cultural como representação do passado e, nesse sentido, a prioridade dada à obra era de ir ao encontro do resgate das estruturas originais do prédio.

Os religiosos por outro lado, manifestam sua percepção de patrimônio cultural a partir de suas práticas (GONÇALVES, 2003), no ato ritual e no costume cotidiano de fazer ofertas ao orixá por meio da atitude de jogar moedas no centro da edificação. Nesse sentido, a referência espacial para este grupo social é a formação de um cruzeiro composto pelo encontro do alinhamento das quatro entradas do prédio que abriga o Mercado Público.

Assim, para estes atores sociais, não importa se existia um ponto comercial no local aludido, e nem tampouco se aquele estabelecimento de comércio era um impeditivo para que se mostrassem as arcadas internas da construção, arcos estes, que em diferença aos pais-de-santo, possuem uma implicação estética e histórica fundamental para os produtores do espaço, pela capacidade de recuperação da conformação de um pátio interior.

A demanda dos pais de santo pela colocação de um cofre no lugar onde se encontra “sentado” o orixá, com a justificativa de ordenar a recolha das moedas para a prática caritativa, deve ser entendida primeiro, do ponto de vista litúrgico como uma estrutura para abrigar ou proteger o Bará de “dentro de casa” e, mais importante, como uma marca visível da presença negra no Mercado Público.

A prática (ritual do passeio e ofertas jogando-se moedas) de reverenciar e buscar o axé do orixá se dá pela presença cotidiana dos sacerdotes das religiões de matriz africana nas dependências do prédio construído no século XIX. A tradição religiosa ocorrida naquele mercado possui para aqueles praticantes o sentido de ser um símbolo da resistência e da presença negra na cidade de Porto Alegre.

A esse respeito o religioso 3 se manifesta da maneira a seguir:

Com certeza ali tem algo mais do que simples espaço comercial. É uma construção (o mercado) de negros, a gente compreende que essa energia (axé) do Bará, que foi enterrado ali pelos escravos ou pelo Príncipe Custódio, é também do próprio negro, é uma história de resistência. (...) Quando o filho de santo sai do terreiro, o primeiro contato com o mundo é a relação com o mercado, que é o símbolo da resistência do nosso povo, a memória de toda a contribuição dada pelo povo negro para a sociedade gaúcha

A idéia de resistência da população negra ao apagamento de sua memória é vista na ótica do grupo estudado, como relacionada à longevidade da prática religiosa no interior do Mercado Público. O entrevistado 1 é enfático a esse respeito, conforme suas palavras abaixo:

Nasci numa casa de religião oió¹¹, e desde os sete anos de idade ia ao Mercado fazer obrigação. (...) Nasci em 1935, minha mãe em 1915 e minha avó em mil oitocentos e pouco e todas iam ao Mercado, iam defendendo a nossa raça e querendo fazer as coisas para o negro. O Bará do Mercado é nossa tradição de luta, de resistência e que não pode se perder

O religioso 2 em sua entrevista também confirma sua percepção sobre a importância que possui o Mercado Público para a memória da presença negra na cidade. Seu depoimento é interessante porque este informante passou a ser religioso a partir da década de 1980, e suas palavras relatam que mesmo antes de ter sido “aprontado” já tinha conhecimento da relação do mercado com as religiões de matriz africana. Esclarece o sacerdote:

Lembro que ia com meu pai no Mercado na minha infância, isso lá pelos anos 50, depois quando jovem frequentava o Mercado porque trabalhava no centro. Ainda não participava da religião, mas como negra sabia que tinha alguma coisa lá, tinha algum conhecimento por causa da família. No final da década de 80 me tornei religiosa e aí fiquei sabendo do assentamento e da importância dele para religião e para o povo negro, o Mercado é um ponto de encontro, de reunião, antes os escravos trabalharam aqui.

¹¹ As diferentes matrizes culturais africanas são chamadas de “lado”. Estes remetem às várias origens: o Jêje (do atual Benin), o Ijexá e o Oió (dos povos iorubás) e a Cabinda e o Moçambique (Bantos). Para mais detalhes ver: Braga, Reginaldo Gil. Batuque Jêje-Ijexá em Porto Alegre; e Corrêa, Norton Figueiredo, O Batuque no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Editora da Universidade-UFRGS.1992

A presença negra no Mercado Público aparece marcada na fala dos sacerdotes de religiões de matriz africana em outros momentos além do período escravocrata que se encerrou oficialmente em 1888.

Associado sempre a ocupações laborais marginais, o conhecimento e a habilidade dos trabalhadores negros são destacados. As chamadas negras-minas, personagens que faziam parte da paisagem do centro da cidade e do Mercado Público, vendendo quitutes e ervas medicinais da segunda metade do século XIX até meados do século XX, são valorizadas pelo seu conhecimento quanto ao consumo de ervanário destinado à cura de determinados males do corpo.

Os estivadores que freqüentavam preferencialmente o Bar Naval entre as décadas de 1920 a 1960 são outro grupo de trabalhadores, onde a maioria é negra, que são vistos pelos religiosos como presenças marcantes. Sobre estes profissionais Rolnik (1989) argumenta que com a substituição dos negros libertos pelos imigrantes nas ocupações mecânicas (ainda no século XIX), uma das poucas fontes de emprego para negros e mulatos da cidade eram os serviços domésticos e o trabalho ocasional nas estradas de ferro e no carregamento nos portos.

São ainda referência da presença negra no Mercado Público os contingentes de negros que procuravam trabalho nas suas portas, onde funcionava uma bolsa informal de trabalho, fato este apontado também na pesquisa levado a cabo pelo grupo de técnicos que desenvolveram o projeto de restauração da edificação estudada. Esta bolsa funcionou com maior vigor entre as décadas de 1940 e 1950, embora esta prática continue a existir. Sobre este perfil de trabalhadores se refere o entrevistado 1:

Na frente do Mercado procuravam emprego, os biscateiros, pedreiros, cabungueiros (recolhiam lixo orgânico), escariolistas (revestimento de parede que imita mármore), pintores, muitos eram filhos de santo de minha mãe que morava no centro.

Este momento é oportuno para retomar a discussão que trata da relação entre a demanda por um cofre sobre o assentamento que representa a morada de Bará e as representações de patrimônio que a arquitetura do Mercado Público enseja aos babalorixás e iyalorixás.

Uma primeira leitura a respeito da simbologia de proteção ao Bará de “dentro de casa” já foi oferecida com a discussão acima apresentada sobre a visão de proteção ao orixá que Banca Central representava na ótica daqueles religiosos. De certa forma,

embora a morada da entidade sagrada assentada no centro do Mercado Público seja mantida independente da existência de um ponto comercial sobre ela, e ainda que a liberação daquele espaço sagrado, com a restauração tenha propiciado uma maior possibilidade de aglutinação de religiosos para realização de rituais, existe por parte dos sacerdotes a necessidade de que seja cumprida a liturgia simbólica de proteger o assentamento.

Porém a estratégia de demandar um cofre a ser colocado sobre o cruzeiro onde o orixá “responde” tem um objetivo mais amplo do que cumprir a necessidade, que realmente passará a ter, de proteger aquele local sagrado.

Os religiosos representantes das religiões afro brasileiras enxergam no Mercado Público um espaço de resistência negra, uma espécie de monumento, caracterizado pela natureza afetiva de seu propósito, conforme a visão de Choay (2001).

O Mercado Público para o grupo em questão, não é visto de forma prioritária como importante pelo seu repertório arquitetônico, nem tampouco pela função de testemunho histórico (monumento histórico na proposição de Choay)¹² de como era a cidade na segunda metade do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, quando assume nesse caso o sentido de representação tão caro aos orientadores do espaço. Importa mais para os sacerdotes a razão de ser um memorial que fortalece a identidade do grupo pela longevidade da sua presença naquela edificação.

Para os religiosos analisados existe hoje a necessidade de marcar no interior do Mercado Público a permanente presença negra naquela construção. Do ponto de vista daqueles atores sociais a permanência negra é referenciada por estar presente naquele local o assentamento à Bará, sendo o mercado nesse caso entendido como a morada do orixá.

No sentido de esclarecer a afirmação acima, um importante sacerdote de religiões de matriz africana explica ao Jornal do Mercado que:

(...) Os religiosos gostariam de ter um espaço claramente demarcado, com lajotas diferentes, vermelhas, com inscrição identificando o local e um cofre para as moedas que são ali depositadas, porque o Bará do Mercado é um patrimônio do povo negro gaúcho (Jornal do Mercado nº24 dezembro de 2008 p.12)

¹² Conforme já visto Choay (2001) procede a uma divisão, onde conceitua monumento como estruturas materiais destinadas e reconhecidas pela comunidade à função de lembrar e monumentos históricos, classificadas como estruturas construídas com outra função original, mas que no entanto são escolhidas para representar a memória de algum acontecimento, fato, ciência, arte ou engenho humano.

A manifestação transcrita aponta para a direção de uma luta pelo reconhecimento de ser o prédio que abriga o Mercado Público um marco físico de referência da resistência e da história do negro em Porto Alegre. A visão de que a afirmação da memória negra na cidade está ligada ao reconhecimento de suportes materiais de memória aparece com clareza no depoimento concedido pelo religioso 3:

Todo o mestre ou griô (velhos memorialistas na tradição Iorubá) tem medo de ser esquecido, e ninguém quer cair no esquecimento, e que as pessoas esqueçam as nossas referências. Hoje é preciso um marco ali para referenciar, que salte aos olhos. O cofre vai ser um marco, hoje se não se consegue materializar as coisas, não se consegue perpetuar nada.

No entanto, existem razões para acreditar que a postura de marcar a presença negra naquela construção por meio de um suporte material permanente ganhou força a partir do processo de restauração do Mercado Público.

As pesquisas realizadas pela Equipe Técnica de Restauração descortinaram uma prática religiosa desconhecida da maioria da população da cidade. A visibilidade alcançada pelo grupo de religiosos alvos deste trabalho por meio de seus rituais e oferendas a um orixá “assentado” em próprio municipal tombado como patrimônio histórico da capital gaúcha trouxe ao grupo em questão a necessidade de construir uma narrativa capaz de justificar a origem da sacralização do lugar que marca o encontro das quatro entradas do Mercado Público e, por conseguinte mostrar a permanência no tempo das práticas religiosas que acontecem naquela edificação. O religioso 2 se posiciona sobre a questão agora levantada, com o depoimento transcrito na seqüência:

(...) No decorrer deste período eu vi as reformas que fizeram diferença no espaço. Antes achava mais bonita aquela disposição, hoje tem mais conforto, mais praticidade de se deslocar. Antes da reforma não era comentado sobre o Bará. Sei que surgiu a celeuma depois da reforma sobre quem fez o assentamento, se foram os escravos ou o Príncipe Custódio.

O mesmo depoente chama atenção para o fato de que a visibilidade alcançada no processo de restauração alavancou as possibilidades do grupo de religiosos de obter sucesso em suas reivindicações. A demanda por uma publicação e vídeo sobre a Tradição Bará do Mercado, que fosse objeto de subsídio para tornar esta prática patrimônio imaterial de Porto Alegre, surgiu após a conclusão das obras de restauração do prédio. Esta reivindicação foi atendida no ano de 2007. Em direção ao sentido apontado, destaca o religioso 2:

(...) Antes da reforma não se falava sobre quem fez o assentamento. Quando as pessoas souberam do assentamento, despertou a atenção de estudantes, professores, pesquisadores, o assunto virou moda. Hoje religiosos vem do

interior fazer o Passeio (ritual de apresentação de neófitos ao Bará) aqui, antes não vinham. Nossas organizações, a partir de 2002, reuniram muitos religiosos aqui, que é agora ponto de reunião dos religiosos aqui no Mercado com a proteção do Bará. Isso ajudou na luta pelas nossas reivindicações.

A entrevistada 1 se posiciona na sua fala na mesma direção apontada até aqui, quando diz:

Depois da reforma mudou muito porque eles respeitaram o centro, o local, porque ali é o nosso fundamento. (...) Antes não podia fazer nada ali, a gente fazia e ia embora, e depois do Passeio (ritual de apresentação) a gente faz compras para ter o axé. Agora a gente faz o Passeio mesmo no domingo.

A restauração do Mercado Público ao iluminar uma prática religiosa de conhecimento quase exclusivo de iniciados trouxe consigo a necessidade, para os sacerdotes, de manter e preservar sua identidade. Nesse caminho devem ser entendidos os esforços deste grupo para construir uma pauta de reivindicações que contempla o uso de mecanismos de representação da sua memória no patrimônio cultural da cidade.

A construção da identidade do grupo passa pela aproximação entre o Mercado Público, entendido como a morada de Bará e a memória da população negra de Porto Alegre. O mercado, para os religiosos é para “o povo negro um espaço marcado por suor, carne e sangue”, conforme a entrevista do religioso 2.

Para tanto, a visibilidade das práticas religiosas aqui apontadas, conseguida com o processo de restauração do prédio que abriga o mais antigo centro de compras da capital motivou, pelas trocas sociais acontecidas com pesquisadores e outros setores da sociedade civil, a necessidade de construir uma narrativa que explicasse aos não iniciados a razão do assentamento ao orixá no Mercado Público e a relação deste fato com a história da etnia negra em Porto Alegre.

Faz-se crer pelos depoimentos apresentados até o momento, que as práticas religiosas em honra ao Bará atuam diretamente sobre a memória do grupo estudado. As paredes internas do Mercado Público possuem, nesse caso, a virtude de comporem uma mediação afetiva com a memória daqueles religiosos.

Alguns dos informantes sublinharam que a “celeuma” sobre quem é o responsável pelo assentamento do orixá, se os escravos que trabalharam na construção do prédio alvo deste estudo ou o Príncipe Custódio, surgiu após a restauração efetuada pela Equipe Técnica de Restauração. Esta discussão entre os sacerdotes marca dois períodos históricos diferentes: a segunda metade do século XIX (construção do prédio) e o trecho de tempo histórico que vai do começo do século XX, quando da chegada à

cidade do Príncipe, até aproximadamente a década de 1940, quando ocorre a morte de Custódio e se acentua o processo de verticalização do centro da cidade e o de periferização progressiva da população negra.

Como será visto a seguir, as versões assinaladas sobre a execução do assentamento, carregam consigo uma divisão espacial da cidade na ótica de onde habitava a maioria da população negra nos períodos históricos acima citados.

As narrativas sobre a responsabilidade pelo assentamento devem ser complementadas pela descrição simbólica do Ritual do Passeio, conforme os dados extraídos da exposição “O Bará do Mercado: os caminhos invisíveis do negro em Porto Alegre”, realizada pelo Memorial do Mercado no ano de 2002.

Na sua forma completa (ocorrem pequenas variações na execução) os religiosos adentram o Mercado Público pelo portão do Largo Glênio Peres, em seguida dançam e apresentam os neófitos no centro do mercado, onde acreditam está “assentado” o Bará, depois prosseguem até o portão da Rua Júlio de Castilhos, onde era a antiga doca do peixe, e que simboliza a honra a Oxum, orixá dos rios (hoje as oferendas a Oxum são feitas no bairro Ipanema), daí caminham até o portão da Rua Borges de Medeiros, prosseguindo a procissão até o portão da Praça Parobé, simbolizando a caminhada até antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, atual Igreja do Rosário.

A arquitetura do Mercado Público é lida de uma forma simbólica pelo grupo de religiosos: o fato de ser um quadrilátero com quatro portões é visto como uma encruzilhada ou um cruzeiro. O motivo de ser uma edificação construída para abrigar um mercado é entendido como sendo o território do Bará (Senhor dos mercados). O local da construção próximo ao Lago Guaíba, e ao porto pode ser relacionado com a característica do Bará de estar na entrada da cidade para protegê-la. Alie-se a esses fatores a questão de o número quatro (para alguns é o número sete) ser considerado por muitos religiosos o número sagrado do orixá.

A sumária descrição apresentada sobre a narrativa performática do Ritual do Passeio pode ser entendida como o percurso cotidiano feito por negros no centro da cidade no século XIX. No período de construção da edificação que abriga o Mercado Público (1864-1869), era comum o trânsito de escravos e negros libertos no trecho que compreende a Praça da Alfândega, o Largo do Paraíso (atual Largo Glênio Peres),

Mercado Público e a Igreja de Rosário dos Pretos. Era de praxe esta população ficar encarregada do despejo de dejetos nas margens do Lago Guaíba e da venda de comestíveis ao longo da orla do Guaíba no trecho assinalado.

A versão que narra o papel do Príncipe Custódio no assentamento do orixá está ligada aos bairros da cidade, onde predominavam populações negras, até a década aproximada de 1940. Estes bairros, na compreensão dos religiosos, eram marcados pela presença ou influência do dignitário citado nas manifestações religiosas de matriz africana. Nestes bairros de grande presença negra foram assentados outros Barás. Porém, o axé do orixá assentado no Mercado Público é considerado o mais forte e o mais importante.

A pesquisa realizada pela Equipe Técnica de Restauro com o objetivo de compreender a relação do grupo de religiosos com o espaço do Mercado Público fornece elementos importantes para traçar um roteiro que contempla a existência de outros assentamentos que possuem o axé do Bará nos bairros de Porto Alegre. Embora os atores sociais estudados admitam a existência de outros assentamentos, o do Mercado como foi dito é o mais forte ou é o primeiro:¹³:

“(...) sentaram os sete Barás em Porto Alegre, sendo que o primeiro foi lá no centro do Mercado” (L.A)

Outra religiosa confirma os demais assentamentos, não havendo concordância, porém, de onde seriam exatamente os mesmos, apenas o Mercado ganha consenso:

“Ele (Príncipe Custódio) plantou dizem sete Bará. Eu nasci e me criei ali, lá onde ele morou e o que eu sei é que é quatro. (...) E aí nós consideramos o meio do Mercado do Bará (L.A)

O que é importante, todavia, é que o assentamento está relacionado com o fato de o Mercado ter sido construído com mão de obra escrava em sua maioria:

“Então muito braço escuro trabalhou ali e debaixo da banca central (foi retirada com o restauro), colocaram uma pedra, que na linguagem africana se diz ocutá. Assim as obrigações do batuque ou nação passaram a ser no Mercado”.(AS)

A versão de que o assentamento foi feito por escravos também aparece na fala abaixo:

¹³ Pesquisa baseada em 16 entrevistas com vivenciadores de religião de matriz africana pela Equipe Técnica do Mercado sob coordenação de Zita Possamai em 1995. Os nomes dos depoentes foram omitidos.

“Nossos antepassados que, inclusive participaram da construção fincaram os alicerces do Mercado, também colocaram uma entidade com a finalidade de proteger essa obra e servir de referência para os religiosos” (SM)

Esse depoimento chama atenção para a proteção da obra. O Mercado passou por três incêndios, além de ameaças de destruição, até ser tombado em 1979. A proteção passa, pela perenidade do assentamento e pela interferência direta do orixá na manutenção do seu lugar. Algumas falas se referem a esses acontecimentos e colocam que sempre foi o axé do Bará que salvou o Mercado. O próprio projeto original de Friedrich Heydtmann, que previa um quadrilátero de apenas um piso e quatro torreões nas extremidades teria sido concebido sob inspiração do Bará.

Além da mão de obra escrava negra, o assentamento no Mercado também é percebido por ser o centro a região onde está localizado, como de grande confluência de negros no século XIX, devido principalmente ao porto e ao intenso comércio nas imediações, como é dito no depoimento a seguir:

“Isto aqui antes do Mercado existir, era uma praça e os escravos faziam seus batuques aqui dentro porque era perto da praia. Depois da construção do Mercado eles continuaram fazendo batuque no mesmo lugar. Esse mesmo lugar é hoje o centro do Mercado. Então ali foi plantado o axé.” (G.S.)

No entanto, o assentamento está ligado na maioria das versões ao Príncipe Custódio. Personagem emblemático e controverso, apontado como principal responsável pelo assentamento e pela transmissão da tradição aos seus seguidores.

Custódio Joaquim de Almeida viveu em Porto Alegre de 1901 a 1935 e foi uma referência para comunidade de religiosos de matriz africana. Silva (1999) supõe ser Custódio nominado em sua terra Osuanlele Okizi Erupê, filho primogênito do Obá (rei) Ovonramwen, do Benin, país que o príncipe deixou na segunda metade do século XIX, pressionado pelos ingleses.

Contam os religiosos do batuque, que o assentamento do Bará foi realizado anteriormente, ou durante a construção do Mercado por Custódio, com o objetivo de proteger-se de perseguições, já que era um negro africano politicamente bem articulado e poderia causar perigo aos membros da elite, depois acabou fixando residência em Porto Alegre e por este motivo plantou o axé do Bará próximo a entrada da cidade. A figura do príncipe confere uma aura de mito para a origem do assentamento, como diz o relato abaixo:

O falecido príncipe Manoel Custódio era um príncipe africano. Foi quem trouxe os cultos, era o grande líder dos cultos africanos (...) quando chegou

da África aqui, e alguns outros também, vindos daquela época, já estavam dentro da bacia de Montserrat, resolveram fazer o assentamento dos orixás em Porto Alegre. Então naquela época foi o falecido príncipe Manoel Custódio, o falecido Antônio de Oxum, o falecido Chico de Iemanjá, Paulino de Ogum, Idalino de Ogum (“...”) que sentaram sete Barás em Porto Alegre, sendo que o primeiro foi no Mercado Público” (L. A.)

O depoimento revela que o príncipe possuía influência na comunidade religiosa, e por outro lado mostra que esses pais de santo viviam no bairro Montserrat, hoje bairro Rio Branco, e conhecido na época como Colônia Africana.

Além da Colônia Africana, outros relatos mostram o percurso seguido por esses religiosos, que deveriam ser os locais de concentração de negros na cidade:

Eu nasci e me criei lá onde ele morou (Cidade Baixa), e o que eu sei é quatro (assentamentos). Ele plantou um na frente da Igreja Pão dos Pobres por ali, porque aquela igreja é centenária, depois ele plantou outro lá na ponta do Guaíba, onde hoje está a Usina. (LA)

A fala traz a Cidade Baixa, a Ponta do Gasômetro, Praia de Belas, como lugares de referência para essas religiões, regiões essas que nas primeiras décadas do século XX tinham grande concentração da população negra. Por outro lado, admite que o assentamento possa ter sido feito antes da chegada à cidade do príncipe, que se deu em 1901, mas foi Custódio quem de certa forma sacralizou o assentamento.

Outra linha de construção da identidade do grupo de religiosos é a ligação que os mesmos fazem entre os mercados, entendidos como território de Bará e as representações sobre estes centros de abastecimento que emanam do continente africano.

Melhor dito, os sacerdotes de religião de matriz africana percebem o Mercado Público como fonte de representações de uma África imemorial e ao mesmo tempo, como uma cidade cujo centro se dava a partir do mercado africano antigo.

A relação entre os mercados, centros que proporcionam movimentos intensos de pessoas e de produtos, com a presença de Bará é relatada com clareza na entrevista dada pelo religioso 3, quando diz que os mercados antigos de Rio Grande e Pelotas, no Rio Grande do Sul, são vistos pelos praticantes do batuque como o lugar de Bará. O mesmo informante em seu pronunciamento, mostra a importância de se construírem mercados, para proporcionar o axé de fartura e de proteção que estão na alçada de atribuições do orixá. Diz o entrevistado:

Um grupo de religiosos de TRAMANDAÍ-RS fez conosco o Passeio no Mercado, e nos disse que solicitaram á prefeitura de lá a construção de um

Mercado Público para poderem fazer um assentamento e poderem cultivar na região da praia o Bará.

Para Bittencourt (1996), a memória coletiva africana, baseada na repetição, mitos e práticas rituais, sedimenta qualquer identidade que a tome por base. Assim, os negros “elaboram representações de imaginário, dos quais a comunidade negra se vale para a projeção da identidade negra contemporânea. A identidade é constituída pelos costumes, ritos e imagens que estruturam subjetivamente a etnicidade”. (BITTENCOURT, 1996 p.152).

O sentido de centro é entendido pela visão de catalisador atribuída ao axé do Bará do Mercado – o primeiro e o mais forte – em relação aos demais axés (há divergências se são sete ou quatro) “plantados” nas regiões do Montserrat, Cidade Baixa e Ponta do Gasômetro.

Nesse caminho, Anjos (2007) interpreta o Ritual do Passeio como uma reterritorialização do negro no centro de Porto Alegre. O antropólogo referido, em sua análise destaca a força da permanência da presença negra na memória dos protagonistas do Ritual do Passeio:

Quando um dos babalorixás reivindica no fim do ritual, que esse espaço é nosso, é um espaço sagrado da religião afro-brasileira (grifo do autor) e outros babalorixás reclamam a ausência de um monumento no centro do Mercado, por instantes essa ausência está saturada pela forma viva com que os expulsos se fazem presentes e os símbolos religiosos afro-brasileiros encarnam corpos vivos e dissolvem a instância temporal entre representado e representação. (...) Instaura-se um sempre aí (grifo do autor), que é presente profundo dos ex-escravos, circundando o centro da cidade na forma por vezes de jovens negros na Esquina Democrática nas sextas-feiras à noite ou, em outros dias, de pretas minas vendendo quinquilharias. Quando as iyalorixás restauram o Bará no centro do Mercado, o ritual não evoca as velhas minas. Elas não são lembradas, pois o ritual é uma reiteração, é a repetição cotidiana do sempre já aí (grifo do autor) rotineiro. (ANJOS, José C. 2007 p.53).

Com o intuito de tecer considerações parciais sobre este momento do capítulo que abrange a relação patrimonial estabelecida entre o Mercado Público (objeto) e os religiosos de matriz africana enquanto sujeitos sociais procedem-se às considerações abaixo.

A argumentação do estudioso citado é a de que se os negros perderam seus territórios de moradia no centro e nas áreas circundantes ao longo do tempo, expulsos para as periferias da cidade, este grupo étnico reorganizou um território simbólico nas dependências do Mercado Público, lugar de onde nunca saiu – ocupou enclaves como o

Bar Naval, o Bar Santos, as floras e o cruzeiro, a morada de Bará - e, onde sempre esteve mesmo antes da construção da edificação. Anjos (2007) com propriedade manifesta o sentido do Ritual do Passeio como reiteração, mais do que rememoração, na medida em que se trata de uma presença negra permanente.

A visão acima mostrada, embora não tenha a preocupação clara de buscar o sentido do que é patrimônio cultural para aqueles religiosos, fornece subsídios para que numa aproximação com a percepção de patrimônio cultural auferida pelos mercadeiros, pense-se que o patrimônio – entendido como formação de valores e seleção de bens que oferecem uma visão de mundo - para os sacerdotes seja construído na ação cotidiana da prática religiosa no interior do Mercado Público, ou seja, patrimônio é bom para agir. (GONÇALVES, 2003).

Este entendimento sobre essa percepção de patrimônio cultural para os babalorixás e iyalorixás, não exclui a manifestação por alguns dos entrevistados da necessidade surgida a partir da restauração do prédio, de mais de cento e quarenta anos, que marca a zona central da cidade, de que é preciso a existência de um marco físico que haja como suporte da memória da prática religiosa e marca da resistência negra naquela construção.

Outra aproximação possível entre as leituras que os grupos sociais mercadeiros e religiosos fazem da construção que abriga o Mercado Público é a de que existe um mercado “para dentro” e outro “para fora”. O religioso 3 em sua entrevista diz que “o Mercado em si já é um monumento, mas existem os espaços para dentro”. Sobre a questão da compreensão de monumento nesse caso o entrevistado 2 esclarece que: “teve a reforma e hoje é ponto turístico. O Mercado é um patrimônio histórico da cidade, fator da cidade antiga, atrai as pessoas ao Mercado”

O Mercado “para dentro”, no entanto, é entendido pelos religiosos como um território sagrado: além do cruzeiro existem as floras, uma em cada entrada. O religioso 2 afirma “cada porta é de um orixá. Lá se adquire os artigos de religião. Uma em cada entrada é um símbolo, é coisa dos orixás”.

A associação da localização das floras com os desígnios dos orixás é unânime em todos os entrevistados, “cada porta tem seu dono. Nas floras tem tudo, auguidá, quartinha e também lá dentro tem peixe vivo, camarão, tem tudo” confirma o religioso 1. O entrevistado 3 sobre a localização das floras se manifesta em uníssono com os

demais entrevistados: “cada porta representa um Exú, e Exú é um espaço de movimento”.

A idéia de existir um Mercado Público “para fora” no sentido de ser um patrimônio histórico valorizado e que dá sentido histórico ao centro da cidade era também manifestada pelo grupo de mercadores, como fazia referência o mercador 3 quando dizia: “O Mercado para as pessoas é um prédio bonito, é patrimônio histórico, mas para nós patrimônio é o que a gente faz aqui dentro”.

As entrevistas com os permissionários e com os religiosos leva a pensar que estes grupos enxergam o Mercado Público de uma forma dicotômica: de um lado, a estrutura externa ou as paredes externas e seu repertório arquitetônico, que representa um modelo de cidade antiga, e que por esse motivo os “outros” interpretam o prédio como patrimônio histórico e, por outro lado, o interior do mercado onde é praticado o patrimônio cultural dos dois grupos.

4.2 O Cruzeiro, a morada de Bará

Este momento é dedicado à avaliação dos mapas mentais dos sacerdotes de religiões de matriz africana.

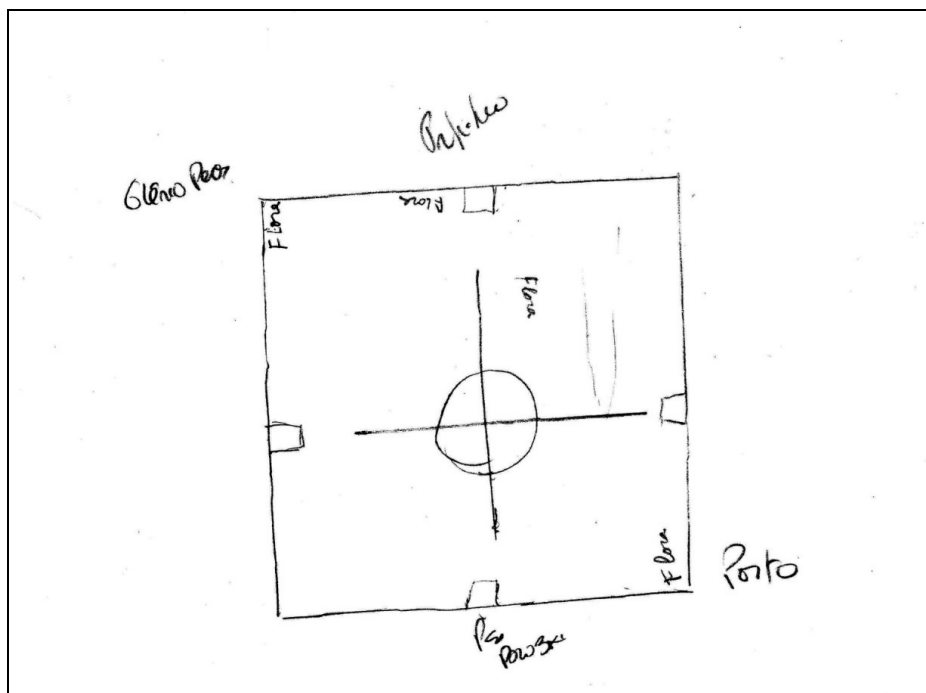


Figura 12. Mapa mental/objeto religioso 1

O esboço oferecido pelo sacerdote 1 destaca a necessidade (por meio da marcação de um círculo) de proteção do cruzeiro onde está assentado Bará. O fato de as canalizações terem sido desviadas daquele ponto pelos integrantes da Equipe Técnica de Restauo, não foi suficiente no sentido adequar o projeto de restauração à necessidade litúrgica de haver alguma estrutura ou elemento material sobre o assentamento.

O desenho mostra também as quatro entradas e em cada uma a disposição espacial de uma das floras. O texto mostrou que no entendimento destes sacerdotes cada entrada é protegida por um orixá, e a questão da localização das floras, que vendem produtos para os rituais além de chás e ervas se dá por determinação destes entes sagrados. Estes pontos comerciais já existiam com a mesma localização há várias décadas, e o projeto de restauração os manteve na mesma referência espacial.

Este sacerdote não realizou o mapa mental do cenário onde ocorre a relação patrimonial entre os mesmos e o Mercado Público na condição de objeto a ser interpretado, porém perguntado sobre a relação do mercado com o centro da cidade manifestou-se com a argumentação de que o Mercado Público possui o primeiro e mais forte axé de Bará de Porto Alegre, sendo, portanto o centro para onde se encaminha para fazer oferendas, depois de passar por outros lugares como a Cidade Baixa.

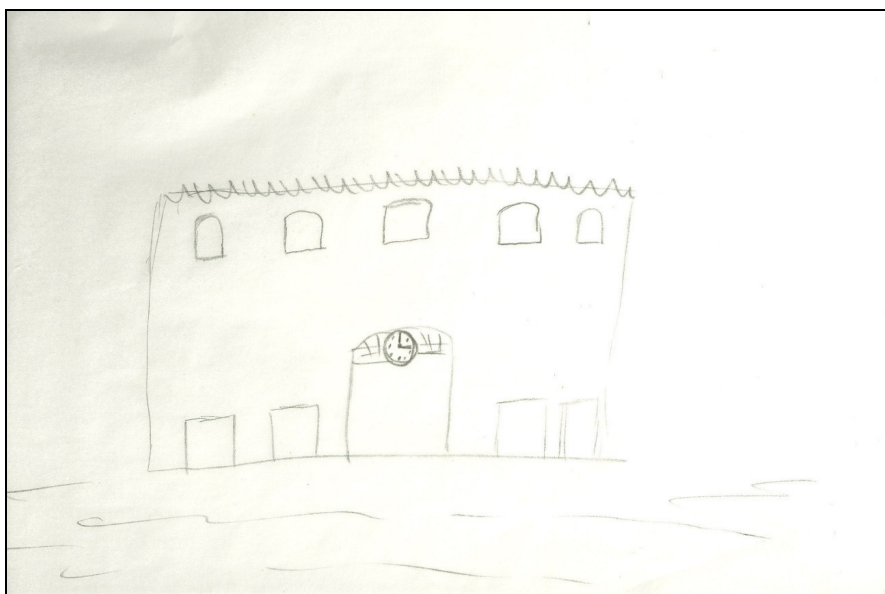


Figura 13. Mapa mental/objeto religioso 2

Quanto ao sacerdote 2, a princípio seu mapa mental poderia estar próximo das percepções, como será visto no decorrer do capítulo, dos militantes do movimento negro, de vez que o desenho mostra o Mercado Público “para fora”. No entanto, as razões apontadas em seu depoimento sobre a escolha de tal desenho aparecem nas representações do imaginário africano subsaariano. O religioso justifica seu modelo declarando que vê o Mercado Público como bonito e acolhedor e por esses motivos atrai as pessoas, e esclarece: “o Mercado é o centro do movimento, da cidade, ele atrai as pessoas como os mercados na África”

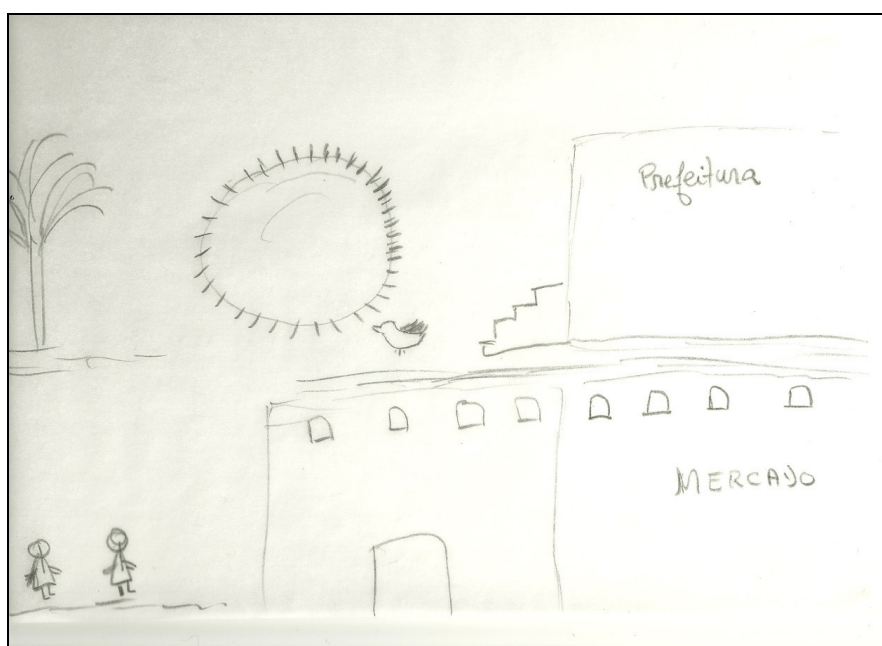


Figura 14. Mapa mental/cenário religioso 2

No mapa mental que trata da relação do Mercado Público com o centro da cidade o entrevistado 2 mostra, se considerar-se apenas a estrutura pictórica, uma aproximação com o grupo de mercadeiros que relacionavam o Mercado Público com outras edificações na zona central da capital de forma isolada, considerando estes prédios tradicionais e históricos a exemplo do Mercado Público. Entretanto, a análise do desenho do sacerdote entrevistado relaciona a “antiguidade” dos dois prédios ao fato de que na sua concepção as duas construções contaram com mão de obra escrava. Do ponto de vista histórico, o prédio da Prefeitura Municipal de Porto Alegre foi inaugurado em 1901, depois do período escravista, portanto. Todavia esta informação não é do conhecimento do sacerdote em questão, sendo que o seu pensamento foi

orientado para a proximidade entre as duas edificações – área de grande movimentação de negros na cidade no século XIX e primeiras décadas do século XX – e pelo fato de os dois edifícios serem declarados patrimônio histórico do município.

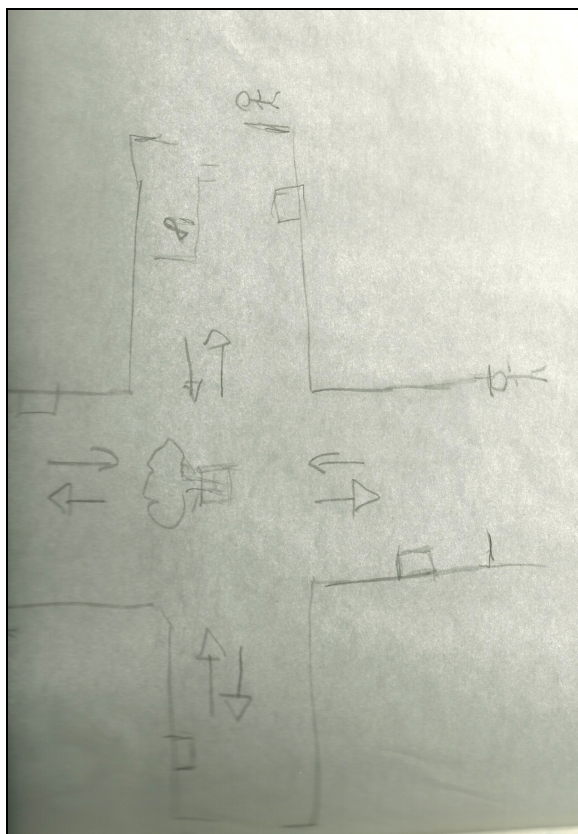


Figura 15. Mapa mental/objeto religioso 3

O sacerdote entrevistado na seqüência referencia seu mapa mental em muitos detalhes que dão prosseguimento e complemento às análises realizadas no corpo do texto deste capítulo.

O mapa é um guia que conduz à encruzilhada no centro do Mercado Público que é a morada de Bará. O sacerdote produz elementos para uma leitura simbólica onde relata que a encruzilhada significa diversas oportunidades oferecidas “que um padrão ocidental não admite”. Estas possibilidades latentes oferecidas pelo local do assentamento, o mesmo sintetiza na palavra *Npambo Nzila* na linguagem banto.

A árvore no centro do desenho tem em sua concepção o sentido de que a árvore é um elemento da natureza que dispõe, que dá, que entrega. Segundo o religioso a árvore tira sua energia da terra e oferece para o outro o que tem de melhor. No mesmo, sentido Exu (Bará) também é terra (é a energia que alimenta que gera a vida) e ele

também dispõe. Como para o primeiro sacerdote visto, aqui também aparecem as floras guardando as entradas do prédio.

Note-se que no canto superior esquerdo do esboço aparecem um peixe e duas figuras humanas. O peixe representa a fartura que o Mercado Público oferece e em especial o único lugar na cidade, segundo o religioso, onde se encontra peixe vivo para os rituais. A localização das bancas que vendem peixe é mostrada aproximadamente no quadrante indicado no desenho, e antes da reforma se mantinham naquele local. O religioso relata que adentrava ao mercado pelo lado da Rua Júlio de Castilhos para comprar os peixes, por isso as figuras humanas naquela entrada.

A interpretação dada pelo religioso 3 para o Mercado Público pode ser entendida como um ponto que evoca uma memória emotiva, um lugar que agrega elementos para uma leitura simbólica que é instauradora da identidade do grupo.

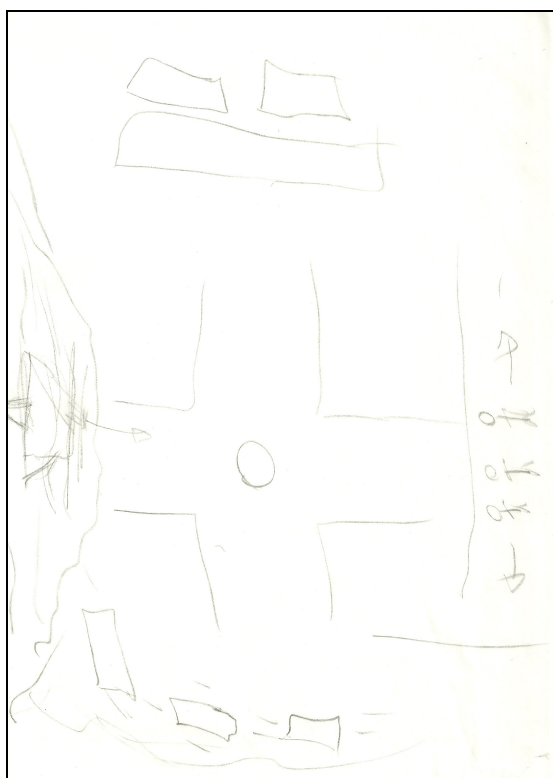


Figura 16. Mapa mental/cenário religioso 3

A inserção do Mercado Público no cenário – a zona central de Porto Alegre – onde ocorre a relação patrimonial entre os sacerdotes estudados e o Mercado Público é

interpretada pelo terceiro religioso entrevistado da seguinte maneira: o Mercado Público é uma porta para tudo, ele liga as pessoas, ou os religiosos de matriz africana ao centro do mundo através do rio (Lago Guaíba). A figura mostra também o movimento por meio de figuras humanas e pelos automóveis (elementos retangulares). A idéia que pretende passar é a de perenidade no tempo. Os automóveis são ininteligíveis no desenho, porém o “rio” é enquadrado e bem esboçado. Tanto o Mercado Público quanto o Guaíba são longevos, numa alusão tanto à presença de negros naquele prédio, quanto das práticas religiosas ali realizadas.

4.3 Os militantes do movimento negro e o Mercado – um território negro no centro da cidade

Para um grupo social mais amplo, os militantes do movimento negro local, o Mercado Público também representa uma centralidade, no sentido de se constituir num espaço onde os negros identificam um patrimônio cultural representante da sua etnia.

Exemplo desse entendimento, é que todas as manifestações públicas referentes à memória e as reivindicações políticas e sociais, bem como datas comemorativas têm seu roteiro iniciado pelo Mercado Público, assim como a maioria dos pontos fortes dessas manifestações, com utilização de plataformas para discursos e atrações musicais e artísticas diversas, se dão naquele local ou em frente, no Largo Glênio Peres.

As entrevistas e as fontes de pesquisa utilizadas para inferir a relação patrimonial estabelecida entre os militantes do movimento negro na cidade de Porto Alegre e o Mercado Público apontam que não só para os sacerdotes de religião de matriz africana, o Mercado Público é visto como um território negro, ou como referência de cultura negra na capital. Outros grupos sociais, que elaboram sua identidade étnica a partir de outras variáveis do imaginário africano que não a vertente religiosa, possuem essa compreensão.

Bittencourt (1998), ao analisar a concentração e a movimentação de grupos de negros no centro de Porto Alegre, vê esse fenômeno como constituinte de um território negro. Em sua ótica esses territórios são:

Espaços físicos, onde por meio das respectivas relações sócio-culturais, os negros desenvolvem um ethos específico, uma subjetividade e estéticas singulares, um estilo de vida multifacetado. Os valores estéticos e morais são vivenciados pelos negros valendo-se por si mesmos e tendo a força de uma cultura afirmativa desenvolvida por meio de uma sociabilidade inscrita nos espaços centrais do cotidiano urbano (BITTENCOURT 1998 p.219).

Interessante na análise do estudioso referido é a relação que o mesmo estabelece entre comunidade negra, tomada como um valor, e a idéia de território de transição. Como comunidade negra, os negros constituem múltiplos espaços sociais e existenciais no contexto urbano. Nesse caso, para Bittencourt (op.cit.), os eventos sociais que expressam alguma manifestação cultural de profunda influência afro-brasileira podem não possuir nenhum compromisso com qualquer realidade delimitada geograficamente. O meio urbano potencializa espaços sociais com acentuada presença e circularidade de negros. Propicia encontros que ao final de seu evento, demarcados por traços simbólicos e por signos da cultura negra, fazem com que os sujeitos sociais se dispersem, desfazendo-se também o caráter comunitário ou gregário, que se por um lado representam um marco territorial residencial, por outro articulam um território transicional.

Dito de outra forma, a manifestação de valores da comunidade negra na constituição de uma identidade étnica positiva, pode dar-se pela demarcação de territórios simbólicos, muitas vezes longe dos locais onde habita a maioria da população negra da cidade. Pode-se pensar que as marcas da presença histórica negra foram progressivamente banidas do centro da cidade, restando lugares de trânsito obrigatório para a cultura negra que possuem significado para a sua identidade. Esses trânsitos tanto no espaço como no tempo deixam vestígios, ou sensações de pertencimento que o espaço pode consolidar.

Quanto aos territórios negros contemporâneos, estes se constituem no meio urbano na medida em que, conforme o pensamento de Bittencourt (op. cit.), o território negro opera por contraste estético e social em relação aos segmentos não negros da população civil.

Os territórios negros contemporâneos que se fazem e se refazem cotidianamente na zona central da urbe podem ser conceituados como transicionais por propiciarem o agrupamento de negros em locais específicos do centro, onde manifestam sua cultura por meio de performance artística, gestos, fala, modo de vestir, desfazendo logo a seguir

a aglomeração dos grupos e retornando aos locais de moradia, geralmente na periferia da capital (BITTENCOURT, 1998)

Os negros que foram paulatinamente expulsos do centro da cidade e das áreas de entorno ao longo das primeiras décadas do século XX são hoje residentes, em sua maioria, em áreas cuja configuração espacial é definida por Rolnik (1989) como território urbano, ou seja:

Espaço vivido, obra coletiva construída peça a peça por certo grupo social. Assim ao falarmos de territórios negros, estamos contando não apenas uma história de exclusão, mas também de construção de singularidade e elaboração de um repertório comum. (ROLNIK, R. 1989, p. 30)

No entanto, a permanência da presença negra no centro da cidade foi garantida pela ocupação, pode-se dizer de enclaves territoriais, lugares que mais do que pontos de encontro se afirmaram como espaços de sociabilidade negra ao longo do tempo. Entre estes espaços destaca-se o cruzamento das avenidas Borges de Medeiros e Rua dos Andradas – a Esquina Democrática (para os negros, Esquina do Zaire) – e seus arredores, que ganhou visibilidade a partir da década de 1960 e, em especial, o Mercado Público.

A localização espacial do Mercado Público próximo a zona portuária é entendida pelo militante 2 como uma referência importante para sua ocupação pelos negros na capital:

O Mercado tem uma relação direta com a geografia do centro, por isso é o mercado central. O vínculo com o rio (Lago Guaíba) forma uma configuração espacial que é referência dos grupos do entorno.

Na trajetória pessoal dos entrevistados a presença negra no mercado é percebida pela relação familiar na infância ou na juventude, antes de se tornarem militantes da causa negra. O militante 1 diz que:

Na juventude ia ao Mercado comprar frutas com a mãe. Lembro quando era criança, (aproximadamente década de 1950) do rio batendo nas escadas, da banca do peixe e da estação Ildfonso Pinto. Era uma alegria, nessa época o passeio com o pai, que era uma pessoa conhecida de muitos no Mercado e ia lá porque era lugar de ter contato com negros.

O segundo informante também conta sobre seus laços com a edificação aqui tratada e o fato de que, mesmo sem na época em que relata possuir uma consciência sobre as demandas que a causa negra viria a exigir, percebia a importância do Mercado Público para a religiosidade negra:

Quando tinha entre dez e onze anos, por volta de 1940, ia muito ao Mercado porque diziam que lá tudo era mais barato. Mas vinha mesmo era buscar produtos para as sessões de umbanda, buscava ervas, não apenas carne, meu pai era umbandista, embora eu não fosse religioso, mas ainda pequeno já percebia que o Mercado era importante para a religião africana.

O Mercado Público, por sua relação de permanência no tempo, se mostra como um marco referencial constituinte da memória negra na capital. Sua capacidade de representar a comunidade negra pode ser vista não só na tradição Bará do Mercado, mas também na apropriação de seu espaço e entorno (Largo Glênio Peres), pelas correntes do movimento negro organizado e outros desvinculados de uma militância orgânica, como é o caso das manifestações do dia 20 de novembro, da Semana da Consciência Negra e uma série de marchas reivindicatórias que partem ou se organizam a partir do Mercado e seu entorno.

Exemplo da importância como referência para as manifestações da cultura negra, este fato é mostrado em todo o circuito de divulgação das entidades negras, que compreende jornais militantes, boletins e divulgação por meio eletrônico. Assim o prédio do Mercado Público pode ser visto na transcrição da notícia abaixo:

No domingo 16/08/2009, no portão do Mercado Público do Largo Glênio Peres, foi o local de início da 4ª caminhada pelos pontos negros do centro de Porto Alegre. A data foi escolhida por integrantes da Associação Negra de Cultura – ANdC, por ser o dia de aniversário do escritor e poeta Oliveira Silveira. Participaram da caminhada, a filha do escritor Naiara Silveira, o neto Elias, a rainha e o rei do Moçambique, de Osório, que vieram prestigiar o evento. Também participaram os artistas plásticos Grace Leveridge Patterson e Américo Souza, a atriz Vera Lopes, amigos e admiradores de Oliveira Silveira. Os locais visitados pela caminhada foram o próprio Mercado Público, a Igreja do Rosário, a cadeia velha, atual Departamento de Arte Dramática da UFRGS, a Casa de Espanha onde Solano Trindade formou um grupo de teatro, a Esquina Democrática e a Igreja das Dores. (Boletim Negraldeia-Ano VI nº37 set. 2009 – ANdC- Associação Negra de Cultura)

A citação revela outros pontos no centro de Porto Alegre importantes para a memória negra. Nota-se que a maior parte destes é relacionada aos percursos negros no século XIX, cabendo à atuação do artista negro Solano Trindade na Casa de Espanha e à Esquina Democrática – cruzamento das ruas dos Andradas e Borges de Medeiros – os referentes negros importantes no século XX para os artistas negros. Entretanto, é o Mercado Público o ponto de irradiação da manifestação.

Existe, por parte dos militantes, a convicção de que o caráter “histórico” ou de permanência no tempo da estrutura arquitetônica neoclássica está relacionada a lugares de sociabilidades existentes no Mercado Público. Mostra esta relação o militante 2, com as palavras abaixo:

Antes e depois (da restauração) ele já era um território, é um ponto de encontro da comunidade negra, o mercado é histórico. O mocotó a feijoada é feito até hoje nos bares do Mercado e sempre, quando como lá, sinto que remete à comunidade negra.

Um sociólogo, também militante do movimento negro caminha na direção apontada acima, como mostra seu depoimento ao Jornal do Mercado:

Venho no Mercado há muito tempo, desenvolvi uma relação histórica com o Naval, uma relação de análise. O Mercado Público é a síntese da relação de qualidade porque aqui é uma feira do ponto de vista histórico. Ele concentra a cidade toda. (...) Por mais que o Mercado tenha passado pela reforma, o que o modernizou de certa forma, foram resguardadas as tradições e qualificado os ambientes de “baixos”. Porque aqui tu vens e faz uma refeição para todos os gostos de 10 a 30 reais, aqui encontramos todas as tendências e geografias da cidade. (Jornal do Mercado nº 1 setembro de 2007, p.11).

Mesmo agentes negros não militantes enxergam no Mercado Público uma relação entre a história da edificação e ação de trabalhadores negros, como mostra a entrevista abaixo, concedida por uma cantora conhecida na paisagem cultural da cidade:

Eu acho interessante a história da construção do Mercado Público, tem até uma história com o Bará que está plantado no centro do Mercado, não tenho muita informação sobre isso, mas é um Bará. Até pegando pela questão do lado dos negros do Rio Grande, mais um marco da história que mostra o quanto o negro contribuiu para o estado. E o Mercado Público é uma das obras assim, que espelha exatamente essa contribuição do negro para a cultura gaúcha. (Jornal do Mercado nº 29 junho de 2010 p. 3)

Outra faceta apontada pelos entrevistados é a característica popular do Mercado Público. A natureza atribuída como democrática das relações de sociabilidade que ocorrem naquela edificação faz com que os negros não se sintam discriminados naquele espaço, como salienta o informante 3:

A realidade popular é a natureza da relação especial do Mercado com a cidade, o Mercado tem uma relação com trabalhadores também. (...) Ele (Mercado) sintetiza a desconstrução de classes, lá várias classes convergem, não representa antagonismo de classes, no Mercado os agrupamentos mais conservadores são influenciados para a convivência com a tolerância. O Bar Naval é um ponto de encontro do Movimento Negro.

A visão de que naquele espaço público se manifestam relações de tolerância econômica e étnica é manifestada não apenas pelos militantes do movimento negro local, mas também por mercadeiros (destacam a “democracia” das relações estabelecidas naquele prédio) e agentes sociais externos aos grupos estudados neste trabalho.

No entanto, as entrevistas com os militantes negros mostraram ainda a percepção do Mercado Público enquanto espaço de resistência política, como atestam as palavras do militante 3:

No governo militar o Mercado era visto pelos militantes como um espaço de proteção e solidariedade. Personagens vinculados a partidos de esquerda, da resistência a ditadura se encontravam no Mercado. O Naval era um ponto do encontro do pessoal do partidão, da esquerda. Não é por acaso que foi um governo petista que fez a reforma. Os partidos de esquerda tinham uma relação muito forte com o Mercado. (...) Do nosso ponto de vista foi na FRACAB (Federação Riograndense de Associações Comunitárias e Moradores de Bairros), onde era a reunião dos militantes de esquerda, reduto de resistência, que o MNU (Movimento Negro Unificado) foi fundado. O Mercado é a memória histórica das idéias e dos grupos.

A visão de que aquela construção quase sesqui-centenária era um espaço de resistência política à ditadura militar (1964- 1985) e ponto de circulação de idéias ligadas a grupos da sociedade civil e a partidos de oposição ao regime político do período citado, é destacada também pelos mercadeiros por meio de reportagens sobre esse assunto, divulgadas no Jornal do Mercado. Diz o JM em entrevista publicada em novembro de 2007, que:

Mesmo em tempos de repressão havia espaços de resistência democrática. A Coletânea (livraria que ocupou uma das salas do Mercado em 1977) era um destes lugares em que poderia respirar uma literatura mais crítica, e comprar jornais como Pasquim e Opinião (Jornal do Mercado nº 3 novembro de 2007 p.5)

O mesmo mensário que representa a voz dos comerciantes do Mercado Público salienta uma entrevista de um conhecido artista plástico gaúcho que trabalhou no Atelier Livre da Prefeitura Municipal¹⁴ quando esta oficina estava instalada no prédio do Mercado, onde o mesmo relata que lembra o “tenso momento em 1964, durante o golpe militar, quando o Atelier abrigou por alguns dias o ‘Comitê de Propaganda e Resistência Popular’ (Jornal do Mercado nº 26 março de 2010 p. 12)”.

Quanto às mudanças advindas com a restauração, a maioria dos militantes entrevistados assegura que aquele procedimento trouxe melhorias na qualidade e conforto de quem frequenta o prédio, porém sem descaracterizar os atributos de espaço democrático e popular. Sobre este aspecto o militante 3 afirma que:

Com a reforma o Mercado melhorou, mas manteve as vocações populares. A concepção da reforma foi inteligente porque pensou sobre os elementos

¹⁴ O Atelier Livre esteve instalado nos Altos do Mercado Público de 1962 a 1972. Fonte: Folheto de apresentação da exposição 50 Anos do Atelier Livre. Coordenação de Artes Plásticas, SMC/PMPA fevereiro de 2011.

simbólicos, e o projeto (de restauração) manteve os valores ancestrais do Mercado.

O segundo informante prefere destacar que com a reforma o prédio ficou mais em evidência, sendo que se passou a prestar mais atenção para o caráter histórico do mesmo. Como pensa o depoente, “o prédio, não sei o estilo, chama a atenção, lembra Porto Alegre colônia pelo valor arquitetônico da construção”.

A informação dada acima pode ser lida sob a perspectiva de que estes militantes dão valor ao fato de ser a edificação um patrimônio histórico dos porto-alegrenses, porém este sentido deve ser entendido como uma marca da permanência no tempo do prédio e dos negros na cidade, na medida em que é valorizada a questão de o edifício ter sido construído com mão de obra escrava.

Na condição de realizar as conclusões parciais do capítulo, no que se refere ao grupo de militantes do movimento negro local, são balizadas as considerações a seguir.

Este grupo, diferente dos religiosos, enxerga o Mercado Público “para fora”, na medida em que suas atividades ocorrem a partir do Largo Glênio Peres em frente ao prédio histórico. O Mercado Público é um marco de referência da presença negra na capital.

Outro aspecto que chama a atenção no depoimento dos militantes é a valorização do segundo piso da edificação. Não apenas os espaços de sociabilidade como os bares foram destacados, mas as salas que compunham o segundo andar daquela construção. Foi no segundo pavimento que foi fundado o MNU (Movimento Negro Unificado), foi lá também que foram materializados os focos de resistência ao Regime Militar, como Livraria Coletânea, o Atelier Livre da Prefeitura Municipal e a sede da FRACAB, ponto de reunião de setores da sociedade civil.

A restauração do prédio e a visibilidade da Tradição Bará do Mercado, alcançada com aquela intervenção técnica, mostrou aos militantes negros a importância daquela prática religiosa para a manutenção da memória da etnia negra na cidade. Tal prática antes do processo de restauração era desconhecida por alguns e pouco conhecida por outros, como atesta a entrevista do militante 1, quando diz que “fiquei sabendo com o trabalho ali”.

Importante é ainda ressaltar a visão sobre os procedimentos de restauração adotados que possui o militante 1. Este foi um dos profissionais do campo do

patrimônio envolvidos na restauração do edifício, quando compôs a Equipe Técnica de Restauo. O trabalho deste profissional no Mercado Público começou no ano que antecedeu à formação da Equipe e continuou no primeiro ano de existência da mesma.

Este militante afirma que quando desenvolveu, em companhia de um arquiteto da Equipe Técnica, a pesquisa de evolução urbana da região do Mercado Público, baseado nos dados históricos levantados por um historiador daquela Equipe, percebeu a importância da população negra na demografia daquela área. A partir daí dá-se conta do patrimônio negro da cidade e que este é invisível e ameaçado de cair no esquecimento. Rompe então com a Equipe Técnica, motivada pelo fato de que na sua concepção, a restauração deveria trazer elementos capazes de demonstrar “essas relações, relações negras, da mão de obra escrava, trazer a memória negra cuidar para não haver o apagamento desta memória”. Continua seu pensamento dizendo que:

Os profissionais tinham outros conceitos do ponto de vista da cidade e do ponto de vista tecnológico, isso sobre o ponto de vista da cobertura (telhamento) e escadas rolantes, que trouxe um padrão globalizante. Aquela cobertura tirou a oportunidade de manter no centro o único lugar onde se podia ver as estrelas.

Cabe esclarecer que este militante enquanto profissional de arquitetura não se posicionou contra a cobertura do prédio, que foi a solução técnica capaz de integrar os dois pavimentos do Mercado Público, sua oposição ocorreu, nesse caso com relação a formula técnica encontrada, na medida em que haveria outras maneiras de cobrir o prédio que deixassem às pessoas a oportunidade de “ver o céu”.

No entanto nesta proposta de estudo, o importante é compreender que para este profissional, na condição de militante do movimento negro, importava nos procedimentos de restauração a recuperação da construção o mais próximo possível do original, sem a introdução de elementos contemporâneos de grande impacto, para que a edificação fosse capaz de representar a memória negra com o destaque de elementos construtivos que lembrassem que o prédio foi construído por escravos negros.

Por fim, pode-se avaliar que a pesquisa conduz a que se pense que o prédio que abriga o Mercado Público possui, para os militantes do movimento negro, o valor de um monumento capaz de evocar uma memória emotiva, e ao mesmo tempo um elemento material de representação da sua presença na paisagem urbana de Porto Alegre.

4.4 O Mercado no mapa dos militantes do movimento negro

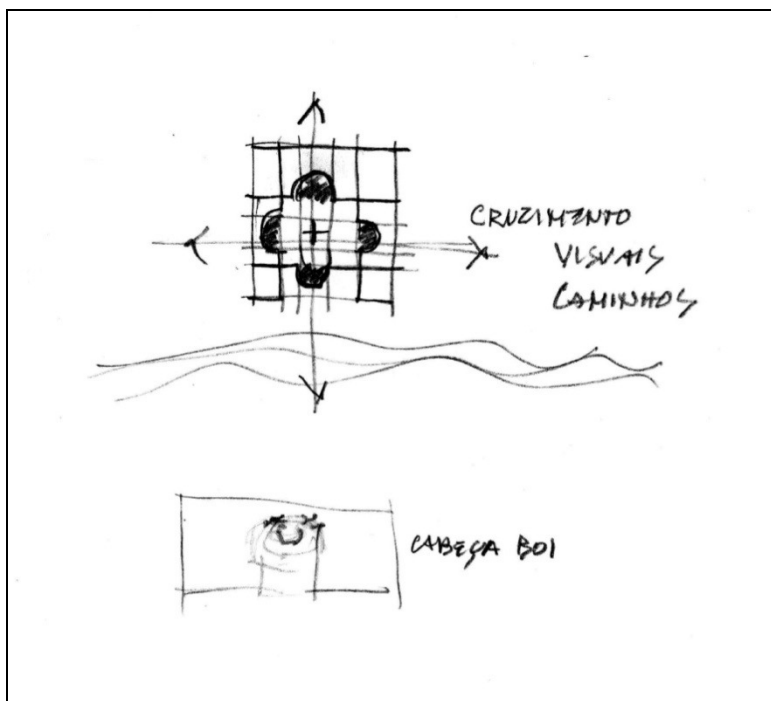


Figura 17. Mapa mental/objeto – militante 1

O militante 1 mostra no seu mapa mental uma recuperação das linhas básicas do desenho original do mercado. O mesmo destaca o quadrilátero que caracteriza o prédio, e o vigor das entradas que demarcam o pátio interno recuperado no projeto de restauração. O centro do Mercado Público pode ser entendido como lugar de encontros, cruzamentos, alternativas de caminhos.

A visão mostrada no decorrer do texto apresentado de que uma intervenção de restauro que recuperasse, ou se aproximasse o mais possível da integridade do prédio, estaria relacionada à memória da etnia negra, no sentido de assegurar a relação da arquitetura com a mão de obra escrava usada na construção da edificação é mantida neste mapa mental. O desenho conjunto com a inscrição “cabeça de boi” remete às lembranças da infância deste militante, que admirava o conjunto de cabeças de boi que ornamentava um conhecido açougue localizado na entrada pela Rua Júlio de Castilhos.

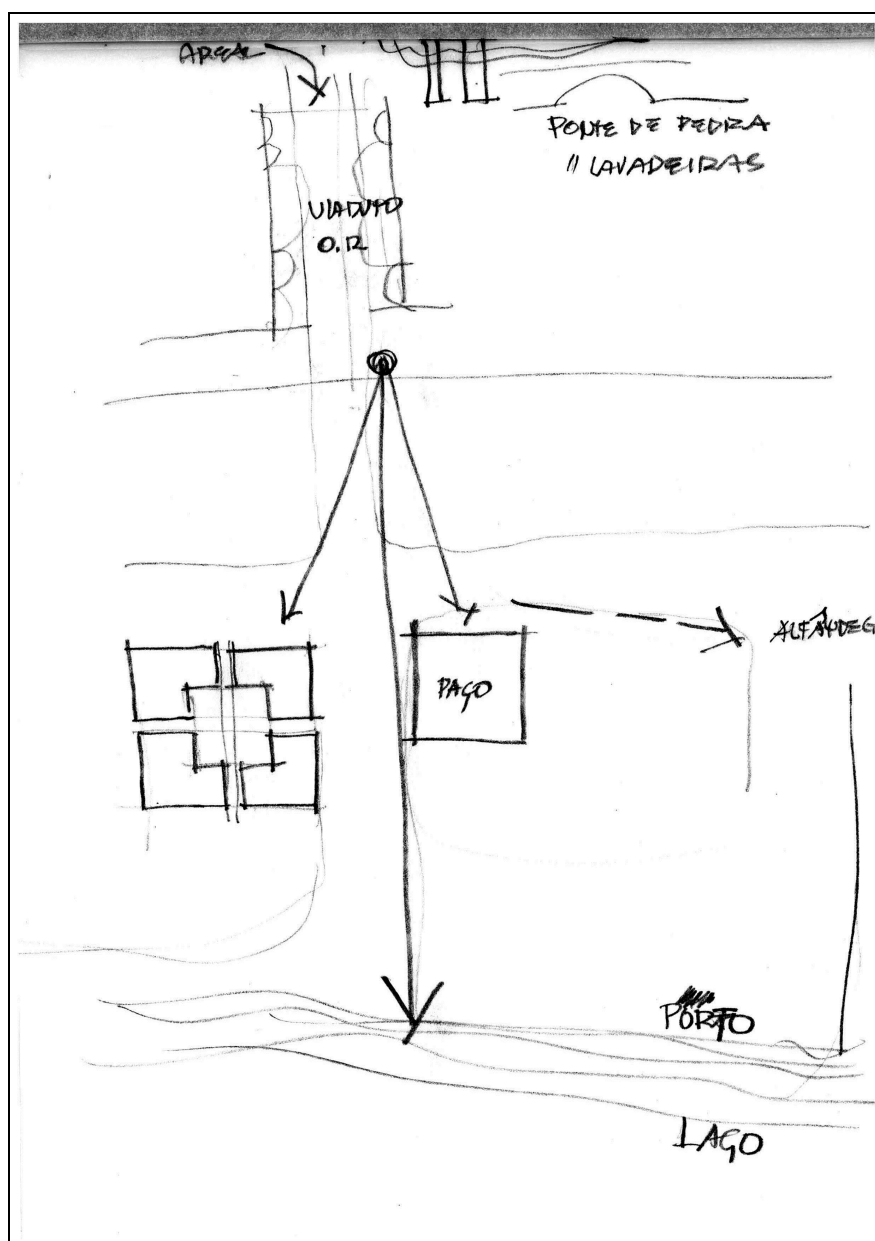


Figura 18. Mapa mental/cenário militante 1

A relação do Mercado Público com o centro da cidade se faz deveras interessante, ou exemplar num sentido mais objetivo, sobre a visão de militante e os territórios negros na zona central e arredores.

Nota-se um percurso transversal ligando o Mercado Público ao antigo Areal da Baronesa (Cidade Baixa), no lado direito da figura aparece a Ponte de Pedra e a inscrição “lavadeiras”.

O ponto de visão do observador é a elevação do Viaduto Otávio Rocha, de onde foram demarcados o Mercado Público, o Paço Municipal e a Alfândega (praça). A linha de observação se estende até o Guaíba, onde está inscrito “Lago” e “Porto”.

O sentido do vetor de direção é do Areal da Baronesa para o Mercado Público, caracterizando o Mercado como um centro. O roteiro Mercado, Paço Municipal, Alfândega, demarca o caminho cotidianamente percorrido por negros escravos e livres no século XIX. Na percepção deste militante que também é técnico do campo do patrimônio, a recuperação do desenho original do prédio, ou o mais próximo do original, deveria conduzir a esta memória negra que, no entendimento do mesmo, foi paulatinamente sendo apagada do patrimônio cultural da cidade.

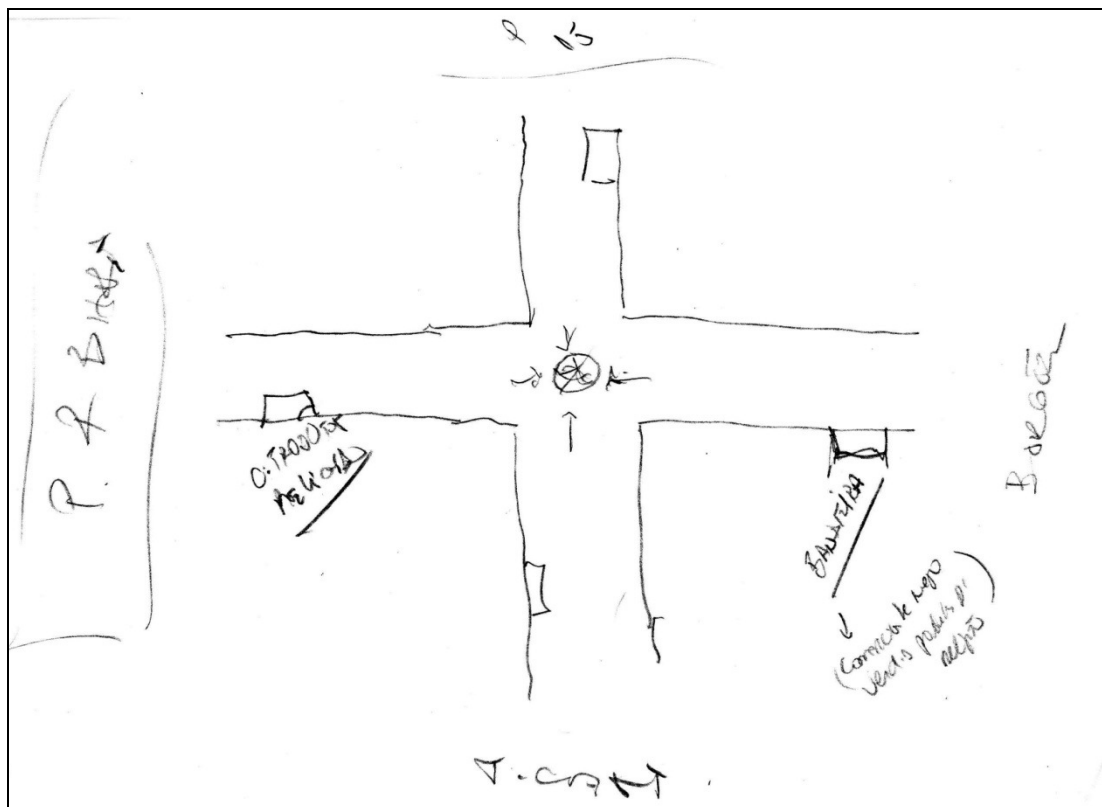


Figura 19. Mapa mental/objeto militante 2

O mapa ora apresentado é de autoria do militante 2 que destaca, a exemplo dos mapas anteriores dos religiosos, as quatro floras distribuídas uma em cada entrada do prédio do Mercado Público. O centro como ponto de convergência é relacionado pelo informante. Porém diferente dos religiosos o desenho mostra no quadrante inferior direito a inscrição “Bandeira” em uma das floras que marca a entrada ao Mercado Público pela Avenida Borges de Medeiros. A percepção deste militante neste caso é marcar o espaço do Mercado Público como um espaço negro desde o início de sua existência.

Os argumentos acima vão ficar evidenciados com a transcrição do depoimento dos atuais permissionários da flora denominada de Banca do Bandeira:

A Banca Bandeira foi aberta na época em que foi construído o Mercado, sendo, portanto a primeira de todas. (...) O Mercado foi construído por portugueses e quem fez as obras foram os escravos. Entre eles existia um príncipe que era o chefe dos escravos, conhecido pelo nome de Bandeira, daí o nome da banca. Os portugueses acabaram por dar um espaço para os escravos e o príncipe abriu a flora, um ramo que não havia ainda na cidade. Ela permaneceu de geração para geração de negros até 1985. (Jornal do Mercado nº 1 setembro de 2007 p. 11)

O depoimento dos atuais permissionários da Banca do Bandeira que refaz a narrativa da construção do prédio pela mão de obra escrava e a história do Príncipe Custódio, chama a atenção também para a falta de existência de floras na cidade e a ocupação desta lacuna pelo comerciante negro. A questão do comércio de floras nesse caso deve ser associada à figura das negras minas, especialistas e detentoras de conhecimento sobre ervas e suas aplicações. Para o militante 2 a existência desta flora, que o mesmo narra que freqüentava no fim dos anos 1940, e que era atendido por um comerciante negro mostra a percepção do ativista sobre a longevidade da presença negra no Mercado, e que esta presença está associada a práticas antigas, como no caso das negras minas.

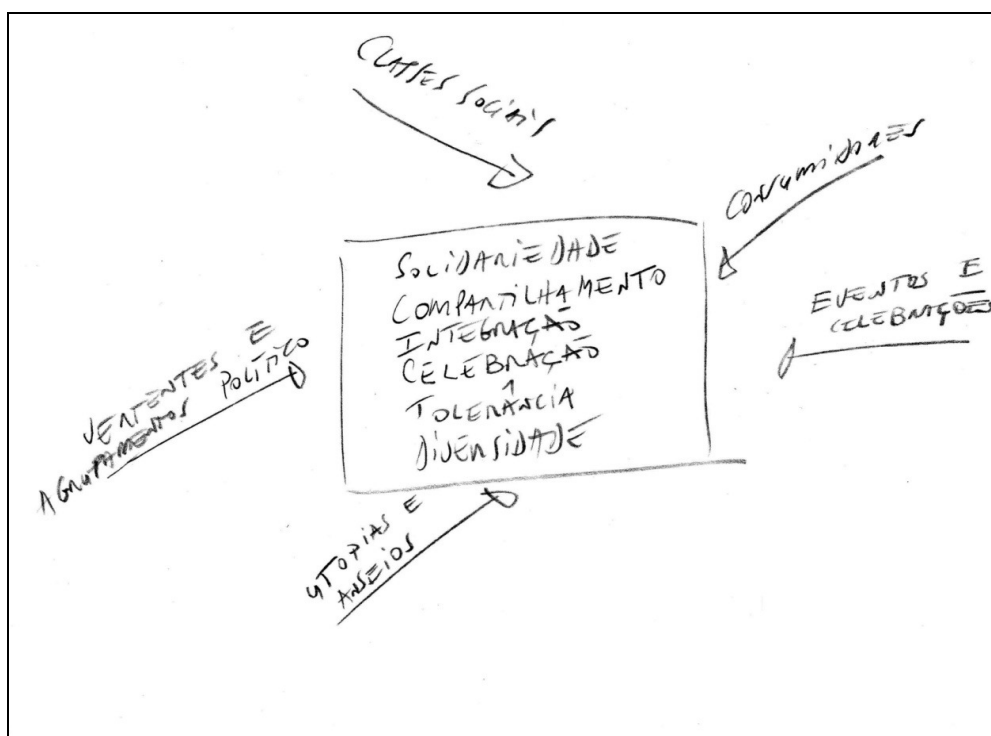


Figura 20. Mapa mental/objeto militante 3

O mapa mental acima realizado pelo militante 3 é quase auto-explicativo sobre a forma como entende o que é o Mercado Público na sua visão. A figura mostra que grupos de diversos interesses como agrupamentos políticos, consumidores e classes sociais diversas vão ao Mercado Público porque identificam naquele tradicional centro de compras valores como: solidariedade, compartilhamento, celebração, tolerância e diversidade.

O texto apresentado ao longo deste capítulo mostra que uma das percepções do grupo de militantes para descrever a relação entre o Mercado Público e a etnia negra e a própria atuação da militância que utilizava aquele espaço público para manifestar suas reivindicações, era a tolerância que as dependências do Mercado Público representam, no sentido de os negros não se sentirem discriminados. A proteção e a segurança que sentem os grupamentos políticos naquele local também aparecem em valores como solidariedade, compartilhamento e diversidade.

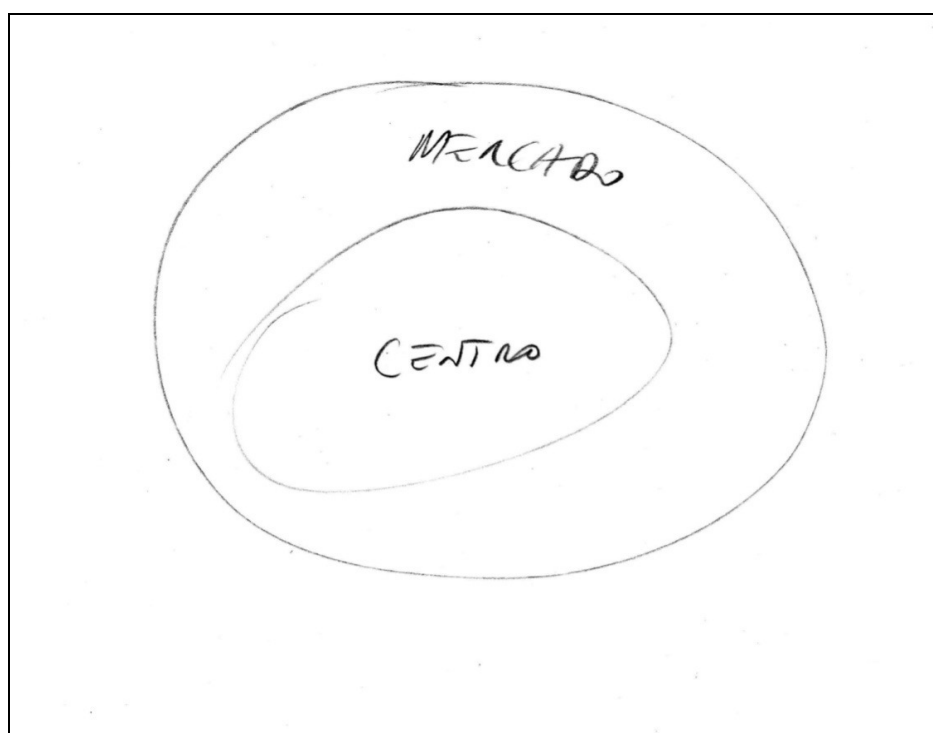


Figura 21. mapa mental/cenário militante 3

No esboço agora apresentado o terceiro militante entrevistado faz uma inversão e mostra o Mercado Público como maior que o centro da cidade, sendo que engloba o mesmo. Este mapa mostra a importância do Mercado Público para o grupo de militantes do movimento negro. Nessa perspectiva, aquela edificação com certeza é

vista como a referência material mais importante, superando mesmo toda a área central da cidade para este grupo, constituindo-se no valor estruturante para as manifestações destes atores sociais.

4.5 Sacerdotes, militantes e território negro: um mesmo centro e fronteiras diferentes.

A restauração levada a efeito no edifício que abriga o Mercado Público de Porto Alegre afetou sobremaneira o grupo de sacerdotes de religião de matriz afro brasileira, embora os atores sociais que conformam o movimento negro local, e que também extraem da relação patrimonial estabelecida com o mercado representações de caráter étnico, não possam dizer-se imunes aos efeitos do processo restaurador empreendido na década de 1990.

Como destacado no correr do texto, a visibilidade alcançada por esta prática religiosa tradicional, porém pouco conhecida, além do grupo de praticantes, trouxe àqueles religiosos a necessidade de construir uma narrativa que abarcasse a origem e as funções do assentamento em honra ao orixá Bará.

Tal necessidade, que pode ser condensada em duas inflexões, onde a primeira caminha em direção ao assentamento de consagração ao orixá ter sido feito por escravos negros no período de construção do prédio, no século XIX, e outra que reveste a invocação da morada de Bará no centro do Mercado Público, de uma origem nobre, delegando ao príncipe africano Custódio a tarefa de depositar no edifício o ocutá, ou seja, a pedra sagrada que define o espaço de residência simbólico dos orixás.

Essa discussão no seio do grupo de religiosos que foi repercutida a partir da restauração estudada aparece com vigor nas entrevistas. As enquetes demonstram também, que este assentamento no coração do Mercado Público não é o único existente na capital gaúcha. É sim o mais importante, uma espécie de centro para onde convergem os rituais e as homenagens, depois de ser cumprido um circuito de reverências em outros pontos da cidade.

No entanto, os mapas mentais esboçados por estes atores sociais concentram-se no mercado e seu entorno próximo, como se fosse um único e grande centro. Assim

como no caso dos mercadeiros, os desenhos apontam para prédios ou unidades isoladas. A diferença, neste caso, é que para os comerciantes as unidades materiais esboçadas remetem à tradição por serem edificações de longa duração na paisagem urbana da zona central. Para os sacerdotes os edifícios elaborados em seus desenhos, estão destacados por serem, na sua visão ou informação histórica de que dispõem, relacionados à presença de negros no passado, ou por terem sido construídos por mão de obra escrava.

A questão da projeção de territórios simbólicos por meio dos mapas mentais é seguramente a maior diferença apresentada nos desenhos dos grupos analisados neste capítulo. Enquanto os sacerdotes, como já referido, não incluem na exposição projetual que o desenho oferece os locais dos demais assentamentos de consagração aos orixás, os militantes, ao contrário, elaboram um mapa que a partir do mercado como um centro, demarcam uma zona de expansão que compreende o roteiro de negros no século XIX e primeiras décadas do século XX, e ainda pode-se entender a edificação amarelada como o pólo de irradiação de uma sociabilidade urbana anti discriminatória por ser marcada por enclaves negros, o que assegurou a esta população nunca ter deixado de frequentar o Mercado Público.

Os dois grupos sociais, a partir da restauração estudada, demonstram valorizar o conceito de patrimônio material, a partir da força imagética daquele objeto patrimonial para a população. O mercado, neste caso, tornou-se um catalisador para as reivindicações dos dois grupos, em especial para os militantes do movimento negro, que priorizam entre suas representações a idéia de um “mercado para fora”.

Para os sacerdotes, no entanto, a percepção de patrimônio mais importante, está voltada para o interior do edifício. Próximo aos mercadeiros é também na ação cotidiana e permanente no interior do Mercado Público por meio de rituais e oferendas, e no aprendizado diário sobre ervas, frutas e peixes, necessários à formação religiosa, que este grupo social constrói sua identidade. Neste caso também, patrimônio, mais do que um sentido abstrato de representação é reconhecido pelo seu papel de formação das pessoas e reforço da identidade do grupo.

Considerações finais? Relação patrimonial uma concepção em movimento

Esta pesquisa partiu das seguintes premissas ou questões orientadoras, sendo a primeira delas: Investigar se é estabelecida uma relação patrimonial entre quatro grupos sociais distintos e o Mercado Público central de Porto Alegre e, na hipótese de a mesma se configurar, se esta relação é capaz de influenciar a percepção destes grupos sobre o que deve ser valorado como patrimônio cultural no espaço da cidade.

A intenção com este questionamento foi, num primeiro momento, compreender quais objetos, espaços urbanos e significações sobre os mesmos, os grupos sociais escolhidos entendem como patrimônio cultural na zona central da cidade.

Partiu-se da constatação de que já existe na região apontada um conjunto de bens patrimoniais que receberam a chancela do Estado, e que, portanto, de forma oficial participam da construção de pertencimento, das identidades e continuidade da experiência social, no âmbito dos processos de formação histórica e social da capital, do Estado e da nação, de vez que estes bens são tombados como patrimônio (ARANTES, 2008) em pelo menos uma das três esferas administrativas, e alguns deles são protegidos em mais de uma instância da administração pública, de uma forma mutuamente não excludente, como prevê a legislação da área de preservação patrimonial.

A segunda questão orientadora, ou melhor, seria dizer, inquietação, foi entender como grupos sociais praticamente sem representação na composição do patrimônio material da capital gaúcha superam a dicotomia existente (ARANTES, 2004) entre a produção arquitetônica, e diria a produção de objetos patrimoniais (edificações e espaços), e a produção da sua cultura na condição de atores sociais locais.

Por este viés, acredita-se que dirigir o olhar com foco para a relação patrimonial estabelecida entre os religiosos de matriz afro-brasileira e os militantes do movimento com o Mercado Público, trouxe contribuições importantes para entender esta questão. O Mercado Público é um elemento fundamental para as referências que compõe a identidade negra em Porto Alegre, especificamente por ser onde ocorre uma prática religiosa que só existe naquele local, denominada de Tradição Bará do Mercado

e por estar lá o “marco zero” que localiza as manifestações políticas e reivindicatórias mais importantes para o movimento negro na cidade. Voltar-se-á a esta questão quando for feita a análise relativa aos dois grupos de representação étnica.

5.1 Técnicos do patrimônio, mercadeiros, grupos étnicos e o Mercado Público: visões de patrimônio e espaço urbano

Com fins de organização do texto será procedida a análise sobre cada um dos grupos estudados na ordem dos capítulos de forma crescente. Esta ordem, no entanto, não é sinônima de engessamento, de maneira que, quando houver pontos em comum entre os sujeitos sociais, as análises serão aproximadas e comparadas.

Em relação à pesquisa empreendida, foi mostrado que o grupo de produtores do espaço na relação patrimonial desenvolvida com o Mercado Público migrou continuamente para a compreensão de mais de um conceito de patrimônio, ora destacando a importância do patrimônio cultural, a partir das significações diversas atribuídas pelos demais grupos sociais ao prédio do Mercado Público, ora como o de patrimônio imaterial, quando sublinharam o papel da transmissão de conhecimentos pelos mercadeiros. No entanto o conceito dominante foi o de patrimônio histórico e a sua capacidade de representar algo.

Pode-se pensar o espaço urbano como uma coleção de artefatos (MENEZES, 2006) e por esse entendimento, a própria função atribuída ao grupo de classificar, tomar e restaurar bens patrimoniais induz a que esta coleção oficialmente protegida seja percebida como uma espécie de “propriedade” dos mesmos. A esse respeito, os mapas mentais destes agentes sociais mostram um espaço ordenado e referenciado por bens de valor patrimonial. A disposição é a de uma coleção de objetos. É uma representação da cidade marcada por edificações e espaços preservados, representantes de um repertório arquitetônico diferenciado construído em tempos diversos.

O ato de colecionar (GONÇALVES, 2003) tem como efeito demarcar um determinado domínio subjetivo em relação a um determinado “outro.” Em outras palavras, a atividade de formação de um patrimônio é um componente importante do processo de construção de identidade dos grupos sociais. Assim a identidade do grupo de técnicos está amparada na constituição de um patrimônio, onde a função deste é

representar algo – o conhecimento técnico do grupo, um estilo arquitetônico determinado, um período histórico, uma função urbana do espaço e mesmo o próprio grupo. Embora outros sentidos de patrimônio possam ser professados pelos produtores do espaço a partir do seu aprendizado com os procedimentos de restauração e com a relação de conhecimento dos demais grupos sociais, a pesquisa leva a concluir que para este grupo patrimônio é bom para representar.

Interessante ainda destacar que as entrevistas concedidas pelos técnicos dão espaço a uma espécie de flutuação de percepções sobre o conceito de patrimônio, ora afirmando o Mercado Público como patrimônio histórico, ora pensando uma extração de patrimônio cultural.

Os mapas mentais, por outro lado, como já descrito neste texto, sublinham a força das unidades materiais distribuídas no espaço central da cidade como ordenadoras do conceito de patrimônio.

Quanto ao segundo grupo na ordem dos capítulos, os mercadeiros, um ponto capital a relevar nessas conclusões é que é importante para este grupo tanto quanto para os sacerdotes de religiões afro-brasileiras, enxergar um mercado “para dentro” e outro “para fora.”

O mercado para fora é a noção de patrimônio histórico que o prédio adquire para os comerciantes, ou seja, uma unidade material que representa a cidade antiga, ao menos do ponto de vista do que o grupo pensa ser a percepção dos “outros”. Está baseado na valorização da arquitetura do prédio, na visão de que a edificação organiza a leitura do centro da cidade. É importante, revela a permanência no tempo, ou seja, um lugar que possui tradição. Existe um apelo econômico, que é o fato de o mercado ser um prédio atraente, inclusive para trazer turistas.

Faz-se interessante acrescentar que após a restauração, o conceito de patrimônio cultural, do ponto de vista de um bem que cumpre a função de contribuir para a construção da identidade dos porto-alegrenses, e da continuação da experiência social dos cidadãos, necessitar da chancela da proteção oficial, passa ser valorizado pelos mercadeiros. Suas entrevistas permitem que se pense que, embora o tombamento do prédio tenha ocorrido no ano de 1979, o mercado passa a ganhar valor enquanto objeto de representação da história, depois que o governo municipal investiu recursos na recuperação da edificação a partir do ano de 1992.

O mercado para dentro, por outro lado, mostra que é a relação dos mesmos com os clientes, estabelecida por meio de uma técnica de vendas, de comportamento e de transmissão de valores a que chamam de tradição, o elemento estruturante do conceito de patrimônio.

As profundas mudanças que o mercado sofreu no seu interior com a restauração, onde recuperou a escala grandiosa de um pátio interno de grandes dimensões, são entendidas pelos mercadeiros como uma reforma que trouxe mais conforto, melhores condições de higiene e oportunidade de atrair mais turistas.

No entanto, na percepção daquele grupo, o fato de ter havido um procedimento de restauração crítica que recuperou parte do desenho original do edifício, não é valorizado enquanto representação estética do passado, como é o caso do mercado para fora. Para os comerciantes, se não houvesse havido intervenção restauradora no interior do mercado não haveria diferença, pois a construção de sua identidade se configura por meio de uma transmissão processual de valores no interior do prédio que continuou a existir depois da restauração.

Transmitir valores de maneira processual, no caso dos comerciantes pode ser visto como uma espécie de jogo, ou seja, exigem-se outros parceiros para que um jogo ocorra. O jogo é uma situação de interação e se define, sempre, diante do “outro”. A subjetividade construída no jogo de interação com o outro, no caso dos mercadeiros, tem como vetor de interlocução o objeto Mercado Público. É se valendo da trajetória do prédio que abriga aquele centro de compras, que os comerciantes representam as suas trajetórias pessoais (MENEZES, 1998). O mercado para este grupo é um objeto biográfico, ou seja, é falando da trajetória do mercado que falam de si mesmos, seus depoimentos deixam patente o caráter de interlocução daquela edificação na interação com o outro.

Embora as referências ao conceito de patrimônio que os mercadeiros fazem quando tratam do mercado para fora possam parecer similares às percepções conceituais de patrimônio dominante para os produtores do espaço, é preciso cuidado e reconhecer que existem determinadas nuances que podem provocar imprecisões num julgamento mais apressado.

Primeiro, é necessário perceber que o julgamento dos produtores do espaço é baseado na unidade do objeto (enquanto para os mercadeiros existe uma dicotomia), e

ainda as estruturas por eles classificadas como patrimônio (sua atribuição) são vistas como boas para identificar.

Ao contrário, os mercadeiros, tal como os sacerdotes usam seus símbolos para agir mais do que representar (GONÇALVES, 2003). Em outras palavras, patrimônio para os comerciantes é construído na ação cotidiana de transmissão da tradição, bom para agir, portanto, e não, como é mais comum ao grupo de técnicos, bom para representar valores e idéias abstratas e para ser contemplado.

Por outro lado, o que pensam os mercadeiros a respeito de patrimônio no centro da cidade é mostrado através dos traços apostos nos seus mapas mentais. Interessante é que nesta condição estão registrados outros edifícios percebidos como antigos e com permanência no tempo, que se pode inferir, são edificações tradicionais. O conceito é próximo ao de patrimônio histórico, onde predominam construções isoladas, autônomas em relação as suas condições históricas de produção. Os desenhos mostram que para os comerciantes, as unidades materiais consideradas patrimônio não abrigam estilos arquitetônicos modernos.

Sobre os sacerdotes de religiões afro-brasileiras, pode-se começar falando das aproximações com o grupo de mercadeiros. Como referido, os religiosos também pensam em um mercado para fora e outro para dentro. A edificação para fora é materializada no conceito de patrimônio histórico da cidade. O reconhecimento formal das autoridades sobre a importância patrimonial do mercado é valorizado pelo grupo de religiosos, por dois motivos: o primeiro é a dignidade conferida à morada de Bará, e o segundo é a valorização, pela imponência do prédio, do trabalho dos escravos negros.

Este grupo, mais do que outros sofreu com maior intensidade as influências do processo de restauração. Com o procedimento daquele processo restaurador as práticas religiosas desenvolvidas pelos sacerdotes, até então pouco conhecidas, ganham visibilidade para o conjunto da sociedade. A partir deste acontecimento os religiosos se vêem confrontados com a necessidade de produzir uma narrativa que explique ao “outro”, principalmente como surgiu o assentamento ao orixá, e quem o realizou. Surgiram a partir daí versões diferentes sobre a quem coube assentar a entidade religiosa.

Estas versões destacam os escravos negros e o Príncipe Custódio como os possíveis protagonistas do gesto fundador do assentamento em consagração ao orixá. O

que interessa neste momento é que a visibilidade adquirida pela tradição religiosa levada a efeito pelos sacerdotes de religiões afro-brasileiras fez com que surgissem manifestações conceituais de patrimônio, onde predomina a função de reparação social e política do mesmo. A questão - que antes da restauração do prédio não estava na pauta de reivindicações dos religiosos - que trata da invisibilidade das manifestações e da memória negra na capital, passa a ser pensada como passível de reparação por meio do erguimento de elementos materiais com o fim de garantir a memória da atuação da etnia negra e das tradições religiosas na cidade.

No entanto, pode-se dizer que embora o sentido patrimonial de representação de identidade étnica esteja presente, predomina neste caso o sentido conferido à função do patrimônio de categoria específica de manifestação de uma divindade, ou seja, é um símbolo. Esse símbolo é utilizado, mais do que representação, para agir (GONÇALVES, op. cit.). Essa ação é materializada nos rituais e oferendas ao orixá, é uma manifestação que envolve a vivência e a transmissão de um conjunto de valores.

Esta forma de agir, ou seja, símbolo é bom para agir, é responsável por uma espécie de morfologia territorializada de percepção do patrimônio afro-religioso negro. O Mercado Público é visto como o centro para onde converge um conjunto de práticas e rituais que começam em outros pontos da cidade, conhecidos por terem sido locais de grande número de habitantes negros nas primeiras décadas do século XX, e zona de influência do Príncipe Custódio que foi morador da região da Cidade Baixa.

Os mapas mentais produzidos pelos sacerdotes, no entanto, não reproduzem de forma gráfica os argumentos levantados acima: um dos informantes, embora não tenha executado os esboços, manifestou em sua fala (que foi entendido como extensão da entrevista) sobre as oferendas cumprirem um ciclo que começa ou na Cidade Baixa, ou nas proximidades da Usina do Gasômetro, e mesmo na bacia do Montserrat – Colônia Africana, até 1910 – convergindo depois para as dependências do Mercado Público, onde ocorre a cerimônia mais importante do percurso ofertório, que pode se estender depois a outros lugares sagrados. O cimento que aglutina estas práticas são os axés do Bará, cujo mais forte e mais importante é o do velho mercado.

Outro mapa mental aponta para a relação do prédio estudado com o Lago Guaíba, curso d'água que define a geomorfologia da cidade e que na apreensão simbólica dos religiosos é visto como manifestação de Iansã e de Yemanjá, o que destaca o papel do mercado no mapa simbólico da religiosidade afro-gaúcha.

A visão de patrimônio como representação da etnia negra, aparece no desenho que mostra o prédio da prefeitura de Porto Alegre, suposto por aquele depoente tratar-se de uma edificação construída por mão de obra escrava.

Entretanto, de acordo com os argumentos apresentados cabe reforçar que os mapas mentais, em diferença às entrevistas, não dão destaque em seus esboços às áreas onde estão assentados os demais axés em sagração a Bará. Nestes mapas o Mercado Público (e seus arredores) é relatado como um centro que basta a si mesmo, pois não apresenta traços significativos dos demais territórios negros.

O último grupo analisado na pesquisa, os militantes do movimento negro, também enxergam o mercado como a referência material que limita um território negro simbólico no centro de Porto Alegre. A territorialização do espaço para os militantes, no entanto, é relacionada ainda a resignificações de espaços contemporâneos como a esquina da Rua da Praia (Andradas) com a Avenida Borges de Medeiros, conhecida na cidade como esquina democrática e chamada por aqueles ativistas de Esquina do Zaire.

O roteiro das manifestações organizadas pelas diversas correntes do movimento negro local segue a direção do Mercado Público até o Largo Zumbi dos Palmares (Largo da Epatur), outro ponto que ganhou uma significação contemporânea.

O Mercado Público é entendido como um lugar solidário, democrático e guardião de memória da resistência política. Este grupo é o único que valorizou no prédio, o segundo piso, que a rigor nunca teve a função de mercado antes da restauração (hoje possui relações de comércio), em função de ser naquele pavimento o lugar de reuniões de cunho político e importantes para a formação de grupos do movimento.

A rigor, os depoimentos mostraram que este grupo possuía, antes da restauração, pouco ou nenhum conhecimento sobre a tradição religiosa denominada Bará do Mercado. Sua visão é a de que no Mercado Público sempre foram mantidos enclaves de sociabilidade negra relacionados à localização do prédio, próximo ao porto e aos antigos núcleos de habitação negra no centro da cidade, por um lado, e o fato de ser a mão de obra usada na sua construção escrava em sua maioria, por outro.

Volta-se aqui à idéia de jogo e de espaço de interação, na visão de que ao definir o Mercado Público como território negro, esses grupos estão demarcando um espaço na diferença com o outro, mesmo que esse outro possa ser o grupo de religiosos de matriz afro-brasileira.

Enquanto os sacerdotes marcam sua territorialidade a partir da ação religiosa, pautados na comunicação de signos provenientes de uma entidade mística, os militantes negros percebem seu trânsito no mercado e nos lugares apontados na pesquisa, como uma vivência articulada por uma identidade afirmativa (BITTENCOURT, 2010). É uma postura política, portanto, inscrita numa prática territorializada de afirmação de valores, que faz com que esses militantes enxerguem no Mercado Público o único marco físico na cidade de Porto Alegre com capacidade de comunicar uma representação afirmativa de sua cultura.

É esta motivação, de uma prática afirmativa inscrita em espaços territorializados, que faz com que os militantes, observem como categoria dominante de patrimônio o conceito de patrimônio histórico, porque é o prédio, na área em frente ao Largo Glênio Peres, a marca de referência para as manifestações do movimento que ocorrem na cidade.

Por esta linha de pensamento vê-se que a valorização do prédio como patrimônio da cidade, repercutida a partir dos trabalhos de restauração, amplificou o alcance para a sociedade das reivindicações do movimento negro local. O edifício do Mercado Público, que antes da década de 1990, já era um elemento aglutinador das manifestações públicas destes atores sociais, passa com a restauração a adquirir um profundo caráter reflexivo sobre a ação social das entidades militantes, pela característica, destacada por Arantes (2004), de que espaços edificadas criados socialmente passam a participar da ação social por meio das significações que corporificam. Estas significações, que no entender dos militantes são inerentes ao prédio na condição de objeto patrimonial, estão relacionadas à construção do edifício pela mão de obra escrava, aos espaços de sociabilidade negra, e ao caráter de memorial das atividades políticas e militantes.

Este argumento, de nenhuma forma exclui a percepção, de parte daqueles atores sociais, de outros conceitos de patrimônio.

Os esboços que formam a matéria utilizada para analisar os mapas mentais do grupo em questão apontam na direção do comentário acima. Mostram a importância de valores como sociabilidade, resistência política, espaço democrático, entre outros. Também concebem o Mercado Público como o elemento material de permanência no tempo que baliza, ou referencia, um espaço da cidade que era no século XIX, e primeiras décadas do século passado caracterizado pela forte presença da etnia negra no

centro de Porto Alegre. Estes mapas, ao contrário dos esboços dos religiosos, demarcam um itinerário negro, ou um território simbólico que possui o mercado como referência.

5.2 Patrimônio e conceito dominante

Esta parte do capítulo de considerações finais da pesquisa é dedicado a discussão das referências teóricas que orientaram o escopo desta dissertação. O objetivo é oferecer ao leitor considerações sobre os limites de algumas das escolhas referenciais para entender o problema de pesquisa, bem como apontar outras escolhas conceituais que foram julgadas amplas o suficiente para a realização deste trabalho de cunho acadêmico.

Partiu-se da premissa de que o Mercado Público, bem como o conjunto de bens patrimoniais referidos pelos informantes, que fazem parte da paisagem da zona central da cidade é com certeza produto das tarefas práticas e simbólicas ligadas ao tombamento e preservação de bens culturais (LEWGOY, 1992) atribuídos aos produtores do espaço (RONCAYOLO, 1988), denominação conceitual na qual este trabalho incluiu a Equipe Técnica de Restauro do Mercado Público.

No entanto, o interesse desta dissertação era buscar as referências de atribuição de valor patrimonial no espaço central da cidade por parte dos demais grupos sociais estudados aqui. Grupos estes entendidos como atuadores do espaço (RONCAYOLO, op. cit.) e, seguindo esta concepção foram divididos, para fins de análise, em produtores e usuários do espaço.

Esta separação analítica em dois grandes grupos se mostrou parcialmente adequada à situação proposta no estudo realizado, que era empreender a busca de como se processa a relação patrimonial entre os atores sociais assinalados e a edificação que abriga o Mercado Público, a partir do recorte temático da restauração daquele prédio entre os anos de 1992 a 1997, que foi entendido para os fins deste trabalho como a produção de um novo espaço, a partir da inserção de um conjunto de regras, normatizações e conceitos sobre patrimônio.

No entanto, o arcabouço teórico defendido por Roncayolo (op. cit.), por conferir um papel notadamente passivo na produção de espaço aos três outros grupos

sociais, nesta pesquisa, enquadrados como usuários do espaço, não deu conta de explicar o fato de os demais sujeitos sociais produzirem uma rede de significações próprias com capacidade de organizar um espaço e criar um conjunto de regras que lhes dizem respeito.

Pode-se admitir que Roncayolo (1988) por meio de seu recorte teórico trata apenas da atribuição formal que possuem os técnicos de impor um conjunto de normatizações, regramentos sobre a atividade que exercem, sem ser preocupação do autor citado a produção de espaços simbólicos. Entretanto é possível, num exercício, aproximar a função de produção do espaço exclusiva do grupo de técnicos, da concepção de patrimônio dominante que estes sujeitos sociais extraem da sua relação com o Mercado Público, que é a concepção de patrimônio histórico. Neste exercício poderia se pensar que é o conhecimento sobre o objeto, como elemento que estrutura o conceito de patrimônio que garante aos profissionais do patrimônio a prerrogativa de produção do espaço. No entanto, a pesquisa demonstrou como foi visto no correr deste capítulo, que os grupos dos mercadeiros e os de religiosos, também produzem a representação de patrimônio histórico.

Além da oportunidade oferecida pelo procedimento de restauração citado, que é vista por técnicos do campo do patrimônio, por administradores públicos e por cidadãos como uma referência para a história da preservação de bens imóveis de valor patrimonial na capital, o Mercado Público foi escolhido como unidade de análise por ser um elemento material de referência na legibilidade da cidade (LYNCH, 1977), e ao mesmo tempo importante pelo repertório arquitetônico que apresenta e pelas técnicas e materiais envolvidos na sua construção. Mas o mais relevante, a sua permanência longa na paisagem do centro da cidade, é capaz de revelar valores simbólicos (FREIRE, 1997) e mentalidades inscritos naquelas técnicas, e ainda manter intacta a capacidade desta unidade material de referir sentidos diferentes para os grupos sociais que com ela mantém uma relação especial.

A necessidade, em primeiro plano, de trabalhar com a perspectiva de atribuições de sentido diversas dadas por grupos sociais diferentes para o mesmo objeto e, num segundo plano, de fugir ao enfoque dado pela maior parte dos trabalhos pautados na questão do patrimônio cultural e os espaços urbanos, que situam seu interesse no papel dos profissionais do campo do patrimônio, ou produtores do espaço, como encaminhamos neste texto, fez com que a opção assumida, do ponto de vista

metodológico, saísse do foco no objeto (Mercado Público) como elemento determinante do conceito de patrimônio (ARAÚJO, 2004) e se deslocasse para a relação que se estabelece entre sujeito(s) e o objeto, no tempo e no espaço.

É por certo compreensível que a relação anunciada como determinante do conceito de patrimônio ocorra em algum espaço físico. Esse espaço, que pode ser imaginado como o terceiro vértice de um triângulo cujos lados contemplam o sujeito, o objeto e o espaço, passa a ser denominado nesta relação de cenário (ARAÚJO, 2004).

Esclarecendo ao leitor, a argumentação apresentada ao longo do texto presta atenção à relação estabelecida entre os grupos sociais estudados na condição de sujeitos/conhecedores e o Mercado Público percebido como objeto patrimonial. Esta relação ocorre em um espaço determinado qual seja o centro da cidade, região onde está localizado o prédio pesquisado. Além do espaço recém mencionado, as análises apostas nos capítulos precedentes tecem considerações que partem do tempo presente referenciadas em percepções evocadas a partir das mudanças ocorridas no Mercado Público com as obras de restauração.

O conceito de relação patrimonial se mostrou dinâmico o suficiente para apreender as mudanças de concepção sobre patrimônio cultural para os diversos grupos pesquisados a partir das intervenções de restauração efetuada no Mercado Público. Essa dinamicidade está na compreensão de ser essa relação uma espécie de via de mão dupla, no sentido de que modifica a visão do sujeito sobre o objeto e, ao mesmo tempo, modifica o objeto, que para o sujeito passa a adquirir um novo sentido.

Conforme o texto de Araújo (op. cit.), pode-se acrescentar que a relação homem/sujeito/grupo social e o objeto/realidade se constituem ainda por uma interação informativa em que os dois lados desta relação se transformam: o grupo social pela apreensão da informação e o objeto pela revitalização e pela ampliação de seu valor simbólico.

Esse contexto de enxergar o Mercado/objeto como um documento material próximo a um museu o transforma num lugar informado, na medida em que produz aprendizado e comportamento dos agentes sociais em relação aos objetos patrimoniais.

O deslocamento do objeto para a relação, como elemento determinante do conceito de patrimônio, foi capaz de conferir à análise realizada certa elasticidade,

como foi demonstrado quando da avaliação dos resultados da pesquisa, em relação a qual conceito de patrimônio os grupos estudados se identificam.

O correr dos capítulos apresentados mostrou que as significações que os grupos pesquisados extraem da relação patrimonial estabelecida com o Mercado Público estão balizadas nos seguintes conceitos sobre patrimônio, a começar pelo de patrimônio histórico, conceito este referenciado no objeto que, neste caso, se apresenta com uma autonomia relativa em relação às suas condições de produção, sendo assim, percebido como essencial pela capacidade que possui de representação, ou seja, patrimônio é bom para representar.

Patrimônio cultural, por outro lado, leva em consideração a relação da sociedade com sua cultura (FONSECA, 2003), nessa forma de compreender a questão os objetos patrimoniais não devem apenas ser analisados em relação aos seus aspectos de autenticidade e excepcionalidade (patrimônio histórico), mas deve-se prestar atenção também para as mudanças e as transformações de sentidos de que estes bens são portadores.

Usando a mesma denominação de patrimônio cultural, Arantes (2008) destaca o papel dos bens patrimoniais na construção de pertencimento e das identidades das comunidades tributárias destes bens, numa aproximação com a compreensão acima, porém seu pensamento caminha na direção de arrolar como bens patrimoniais apenas os bens oficialmente protegidos.

Aqui cabe esclarecer porque esta pesquisa utilizou-se da categoria patrimônio como a estrutura conceitual que oferece elementos concretos para avaliar os resultados da relação patrimonial estabelecida pelos grupos estudados e o Mercado Público, como já foi dito acima, a relação entre sujeitos e objeto resulta em aprendizado e comportamento dos agentes sociais com relação aos objetos patrimoniais.

A associação entre patrimônio e comportamento é que faz com que se perceba que a noção de patrimônio oferece possibilidades para o entendimento da vida social e cultural (GONÇALVES, 2003).

O processo de restauração do mercado público é fundamental para as conclusões desta pesquisa.

A princípio, as hipóteses apresentadas ante o desenvolvimento do trabalho apontavam para o enquadramento dos grupos sociais estudados em uma das categorias

conceituais de patrimônio arroladas acima, e a restauração era entendida como um recorte temático com capacidade de orientar as enquetes. No entanto, os procedimentos de investigação mostraram que a restauração da edificação pesquisada marcou um recorte profundo, não apenas para os parâmetros de restauração e preservação do patrimônio que se estenderam para a cidade a partir daquele trabalho, mas, sobretudo reordenou os sentidos que os grupos sociais extraíam do Mercado Público.

O processo de restauração originou novas demandas, reivindicações e expectativas, mudou, para todos os grupos a forma de ver o papel da restauração e da preservação dos bens patrimoniais, originou um novo aprendizado e uma mudança de comportamento social e cultural.

Esta “surpresa” advinda com o descortinar da análise das entrevistas foi responsável para que se passasse a trabalhar com a noção de patrimônio dominante em relação a outros conceitos de patrimônio que apareciam na fala dos representantes dos grupos pesquisados. Tal percepção no trabalho com as entrevistas foi possível em decorrência da linha conceitual adotada, baseada na relação patrimonial dos grupos com a unidade de análise (mercado) que permite observar mudanças de significado que o objeto vai adquirindo para o informante.

5.3 Apontamentos e avaliação de resultados

Esta pesquisa propõe como avaliação dos seus resultados as seguintes ponderações:

- Sim à premissa de que é possível, a partir do estudo da relação patrimonial entre grupos sociais e elementos patrimoniais, inferir sobre o que é valorado como patrimônio no espaço da cidade;

- Quanto à segunda premissa da pesquisa, crê-se que os grupos sociais de representação étnica superam a falta de representação no conjunto patrimonial da cidade, por meio de uma concepção de patrimônio territorializada, que compensa, de certa forma, a dicotomia entre a produção do espaço e dos bens patrimoniais de um lado, e a necessidade de inscrever sua cultura neste espaço, por outro lado.

- As operações de preservação do patrimônio, como foi o caso da restauração do Mercado Público, podem influenciar decisivamente a todos os atores do espaço, envolvidos com o procedimento de preservação, quanto às percepções da categoria patrimônio e sobre as significações que o bem patrimonial passa a adquirir para os mesmos;

- Patrimônio é uma categoria essencial para o entendimento da vida social e cultural das cidades (GONÇALVES, 2003)

As versões da categoria patrimônio percebidas pelos grupos sociais na relação estabelecida com o objeto patrimonial se apresentam em mais de uma definição, sendo uma destas categorias a dominante.

- As versões da categoria patrimônio migram entre os membros do mesmo grupo em conformidade com as mudanças causadas pelas operações de preservação.

- A utilização da categoria de análise relação patrimonial como estruturante do conceito de patrimônio ao invés do objeto em si, se mostrou adequada aos estudos procedidos, pois conseguiu captar os movimentos de mudança de percepção de significações da categoria patrimônio durante e depois do processo de restauração do Mercado Público;

- A pesquisa chegou à conclusão de que para os grupos dos sacerdotes de religião de matriz africana e para os militantes do movimento negro a expressão de um patrimônio se dá de forma espacializada, por meio da inscrição de valores e práticas sociais em determinados territórios, ou áreas da cidade, das quais o Mercado Público constitui-se como referência;

- Os grupos acima são pautados por uma luta política para o reconhecimento dos valores da sua cultura, e para que esses sejam reconhecidos como parte do conjunto de bens patrimoniais da sociedade porto-alegrense. Nesse sentido, a restauração do Mercado Público deu visibilidade às manifestações públicas e práticas dos mesmos, trazendo uma nova orientação de sentido para as reivindicações destes representantes da etnia negra na capital;

Por fim, pensa-se que a pesquisa possa contribuir para ver-se que a produção (classificação, identificação, escolha e procedimentos de preservação) de bens patrimoniais no espaço da cidade e a significação conferida a estes bens pelos demais usuários do espaço, são um único e mesmo processo, sendo nesse sentido a categoria

patrimônio importante para investigações futuras, de vez que as avaliações sobre projetos urbanos no campo da conservação patrimonial, são ainda incapazes de integrar o pensamento dos atores sociais diretamente envolvidos com o bem patrimonial complexo à visão sobre este mesmo bem que possuem os especialistas deste campo.

A realização desta pesquisa deixa como sugestão desenvolver estudos que não apenas incluam os atuadores do espaço, mas aproximem as perspectivas de entendimento entre estes e os produtores do espaço na avaliação e formação de critérios para os trabalhos de conservação patrimonial em centros urbanos.

O argumento acima justifica em parte, que as preocupações com as avaliações e o monitoramento das práticas e projetos de conservação estejam voltadas, em sua maioria, para a construção de indicadores físicos, em detrimento de critérios subjetivos e sociais.

No entanto, a participação dos grupos sociais envolvidos no processo de conservação de bens complexos tem se tornado cada vez mais importante. Por esse lado, é fundamental pensar-se em mecanismos de avaliação e monitoramento, que façam destes atuadores do espaço urbano, colaboradores do processo de conservação de bens patrimoniais, aproximando os olhares e a construção de significados referidos aos bens patrimoniais por parte dos especialistas e grupos sociais.

REFERÊNCIAS

ANJOS, José Carlos dos. A Reterritorialização do Negro no Centro de Porto Alegre IN: ORO, Ari Pedro. ANJOS, José & CUNHA, Mateus. **A Tradição Bará do Mercado**. Porto Alegre: PMPA\SMC, 2007.

ARANTES, Antonio. **As Dimensões do Patrimônio**. Texto disponibilizado no curso Patrimônio Imaterial: Políticas e Instrumentos de Identificação, documentação e Salvaguarda. Ead/duo Belo Horizonte, 2008.

-----O Sentido das Coisas: Sobre a Construção Social dos Lugares. IN: SCHICCI Maria C. & BENFATTI, Dênio (org). **Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro**. Campinas: PUCCAMP\PROURB 2004.

ARAÚJO, Marcelo, M. Comunicação Museológica: desafios e perspectivas. **Seminários de Capacitação Museológica – Anais**. p. 304 a 315. Belo Horizonte: Instituto Cultural Flávio Gutierrez, 2004.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

BENÉVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 3ª ed., 2001.

BICCA, Briane Panitz. O Centro Histórico de Porto Alegre e o Projeto Monumenta: a estratégia dos eixos. In: (org.) VARGAS, Heliana Comin & CASTILHO, Ana Luísa Howard de Castilho. **Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri, São Paulo: Editora Manole, 2006.

BITTENCOURT, Iosvaldyr Jr. Os Negros de Porto Alegre e a identidade étnica. In: Mário Maestri & Assunção, Eusébio **Nós os afro-gaúchos**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

----- A Esquina do Zaire: territorialidade negra urbana em Porto Alegre. In: Leite, Ilka B. **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

.....BITTENCOURT, Iosvaldyr Jr, VILASBOAS, Ilma S. & SOUZA, Vinicius. **Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora Porto Alegre, 2010.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3ª Ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Ofício de Sociólogo: Metodologia da pesquisa em sociologia**. Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon, Jean-Claude Passeron. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 2004.

BRAGA, Reginaldo G. **Batuque Jêje-Ijexá: A Música no Culto aos Orixás**. Porto Alegre: Fumproarte. Secretaria Municipal da Cultura. 1998.

CASTRO, Magali. **A pesquisa com fontes orais – entrevistas abertas e construção de depoimentos orais**. Belo Horizonte: PUC - Minas, 2008, mimeografado.

CHOAY, Françoise **Pour une Anthropologie de L'Espace**. Paris: Editions Du Seuil, 2006.

----- **Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2001.

CORUJA Antônio Alves P. **Antigualhas e Reminiscências de Porto Alegre**. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1996.

CUNHA, Mateus. Orixá Bará. IN: ORO, Ari Pedro. ANJOS, José & CUNHA, Mateus. **A Tradição Bará do Mercado**. Porto Alegre: PMPA\SMC, 2007.

FERNANDES, Mariana Balem. **Relatório Parcial do Levantamento Antropológico – Projeto Assentamento do Bará no Mercado Público**. Porto Alegre: SMC/PMPA, 2004.

FONSECA, Maria Cecília L. Para Além da Pedra e da Cal: uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, Cristina. **Além dos Mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo**. São Paulo: FAPESP/SESC: Annablume, 1997.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1988.

GIOVANAZ, Marlise. **Lugares de História patrimonial na cidade de Porto Alegre (1960 – 1979)**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Dissertação de Mestrado.

..... Entrevistas com a Equipe Técnica de Restauração do Mercado. In: LORENTZ, Kátia B. & GIOVANAZ, Marlise. **Relatório de Pesquisa Mercado Público Central de Porto Alegre Parte II**. Porto Alegre: SMC/PMPA, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1996.

------. O Patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e Patrimônio, Ensaio Contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LEWGOY, Bernardo. **A Invenção de um Patrimônio: um estudo sobre as repercussões sociais do processo de tombamento e preservação de 48 casas em Antônio Prado/RS**. Porto Alegre: UFRGS: 1992. Dissertação de Mestrado.

LORENTZ, Kátia B. & GIOVANAZ, Marlise. **Relatório de Pesquisa Mercado Público Central de Porto Alegre Parte I**. Porto Alegre: SMC/PMPA, 2003.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Porto Alegre: Origem e Crescimento**. Porto Alegre: Sulina, 1968.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a Dádiva**. Lisboa: Edição 70, 1988.

MENESES, Ulpiano Bezerra de A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Victor H. **IPHAN: Patrimônio: Atualizando o Debate** – Vitor h. Mori, Marise C. de Sales, Rossano L. Bastos Haroldo Gallo (org). São Paulo: 9º SR/IPHAN, 2006 Documentos.

----- Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. **Revista Estudos Históricos v. 11 nº 21 1988, pg 89-103**. Rio de Janeiro: CPDDC/FGV.

MONTEIRO, Charles. Porto Alegre, urbanização e modernidade: construção social e espaço urbano. Porto Alegre: Edipuc, 1995.

MOREIRA, Corina M. **Patrimônio Cultural e Revitalização Urbana: Usos, apropriações e representações da Rua dos Caetés, Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2009.

NYGAARD, Paul Dieter. **Planos diretores de cidades: discutindo sua base doutrinária**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005. 286 p.

PESAVENTO, Sandra J. **Memória Porto Alegre: espaços e vivências**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991.

-----**O Imaginário da Cidade**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS. 2000.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal da Indústria e Comércio. **Cadernos de Obras do Mercado Público Central**. Porto Alegre, SMIC 1998.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Nos Bastidores do Museu-Patrimônio e Passado na Cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: Edições EST, 2001.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros na luta pela abolição. In: **A Cidade e a Lei – Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1997.

----- Territórios Negros: Etnicidade e Cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. **Revista Estudos Afroasiáticos nº 17**, Rio de Janeiro. 1989.

-----& BOTLER, Milton. Por Uma Política de Reabilitação de Centros Urbanos. IN: SCHICCI Maria C. & BENFATTI, Dênio (org.). **Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro**. Campinas: PUCCAMP/PROURB, 2004.

RONCAYOLO, Marcel. **La Ciudad**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1998.

SANT'ANNA, Márcia. A Face Imaterial do patrimônio Cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOUZA, Célia F. & MULLER, Dóris M. **Porto Alegre e sua Evolução Urbana**. - 2ed – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

THIOLLENT, J. M. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. São Paulo: Editora Polis, 1995.

SILVA, Maria Helena N. **O Príncipe Custódio e a Religião Afro-Gaúcha**. Recife: UFPE, Dissertação de Mestrado, 1999.

VARGAS, Pedro Rubens N. F. Memorial do Mercado Público Central: um breve histórico. In: **A Memória Cultural numa Cidade Democrática**. Porto Alegre: SMC/PMPA, 2001.

VILLAÇA, Flávio. Reflexões sobre o centro de São Paulo. IN: SCHICCI Maria C. & BENFATTI, Dênio (org.). **Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro**. Campinas: PUCCAMP/PROURB, 2004.

ZANETTI, Valéria. **Calabouço urbano – Escravo e liberto em Porto Alegre (1840-1860)**, Passo Fundo, RS: Editora Upf, Coleção Malungo, 2002.